



Brasil: 2013-2016 Relatório Final do período

O 2º Plano mostrou avanços nas áreas de transparência fundiária, ferramentas online de participação social, transparência corporativa e defesa do consumidor. Contudo, a maioria dos compromissos pouco inovou no status de governo aberto no país. O 2º Plano foi marcado por uma baixa confiança da sociedade civil nas ações desenvolvidas na construção e implementação do plano. Um fator positivo contudo foi a constituição do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil, ao final do 2º Plano, que representou uma janela de oportunidade para ações de co-criação de compromissos para o 3º Plano.

A Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership, ou OGP na sigla em inglês) é uma iniciativa internacional que busca assegurar compromissos concretos de governos para com seus cidadãos, com o objetivo de promover a transparência, a participação social, o combate à corrupção e a utilização de novas tecnologias que fortaleçam a governança democrática. O Mecanismo Independente de Avaliação (IRM, na sigla em inglês) avalia anualmente as atividades de cada país que participa da OGP.

Este relatório compreende os resultados do Brasil em seu 2º Plano de Ação, implementado entre Julho de 2013 e Junho de 2016. O Plano deveria encerrar-se em Dezembro de 2015, mas por orientação da OGP foi estendido para tornar-se equivalente aos períodos dos demais países participantes.

No Brasil, em 15 de setembro de 2011 foi publicado o Decreto que instituiu o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto, o Comitê Interministerial Governo Aberto (CIGA) e o Grupo Executivo do CIGA (GE-CIGA), coordenado pela Controladoria-Geral da União (CGU), que responde pelo plano e pela governança da OGP no país. O CIGA é formado por membros do Poder Executivo apenas, sem representantes da sociedade civil.

O último ano de implementação do Plano foi caracterizado por grandes mudanças no ambiente político, o que impactou também o período de elaboração do 3º Plano. O processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff, iniciado no final de 2015, desenrolou-se em 2016, até o fim do processo, em 31 de Agosto 2016, quando o Vice-Presidente Michel Temer a sucedeu na Presidência.

O governo publicou o relatório final do 2º Plano em Outubro de 2016. E em 2016 publicou ainda o 3º Plano de Ação, que contém 16 compromissos tanto em áreas similares ao Plano anterior, como dados abertos em Saúde, e participação social, como em áreas novas, como dados do Sistema prisional, meio-ambiente e abertura de dados no legislativo e no judiciário.

Tabela 1: Olhada rápida

Tabela 1: Olhada rápida		
	Relatório de progresso	Relatório final
Número de compromissos	52	
Nível de progresso (compromissos)		
Entregues	31	34
Substantivos	9	10
Limitados	11	7
Não iniciados	1	1
Número de compromissos com:		
Clara relevância para os valores da OGP	42	
De impacto pontencial transformador	3	
Entregues completamente ou de forma substantiva	40	44
Os três anteriores (⊕)	1	1
Compromissos com grau de abertura de governo:	Substantivo	6
	Transformador	2
Próximos passos		
Número de compromissos reaproveitados no próximo Plano	5	

Consultas com sociedade civil durante a implementação do Plano

Países participantes da OGP devem seguir processos de consulta com a sociedade civil tanto na etapa de desenvolvimento como na etapa de implementação do Plano de Ação.

Apesar disso, a aprovação do Plano de Ação foi caracterizada por uma quebra de confiança entre governo e sociedade civil, uma vez que a sociedade civil discordou da lista final de compromissos aprovados pelo governo. Fomentado por um processo pouco claro sobre os critérios de decisão final sobre quais compromissos seriam incorporados ou não, governo e sociedade civil tinham diferentes expectativas sobre a lista final de compromissos a serem incorporados no Plano de Ação. E se por um lado o governo considerou o processo transparente e participativo, as organizações da sociedade civil entenderam a decisão do governo como unilateral, e decidiram por abandonar o acompanhamento do Plano a partir de entãoⁱ. Mais detalhes sobre o desenvolvimento do Plano de Ação podem ser consultados no Relatório Intermediário do IRM 2013-14ⁱⁱ.

O distanciamento entre sociedade civil e governo ao fim do processo de consulta explica a baixa participação da sociedade civil na implementação do Plano. O relatório parcial de atividades, por exemplo, foi publicado pelo governo no site Participa.br para comentários, mas nenhuma organização da sociedade civil comentou oficialmente na oportunidade (enquanto em listas de discussão sobre o tema, houve até discussão sobre o processo de forma extra oficial).

O quadro de baixa integração entre as partes foi minimizado com a institucionalização do Grupo de Trabalho de Assessoramento (GE-CIGA/GT) em novembro de 2014.ⁱⁱⁱ Um grupo informal de trabalho existiu em abril de 2012 para apoiar as atividades do GE-CIGA, durante a fase de consulta do 2º Plano de Ação, mas deixou de ser ativo durante a implementação do Plano. O GT institucionalizado em 2014 seguiu processo formal de constituição, contando inclusive com processo eleitoral de representantes.^{iv} O chamada do processo eleitoral foi publicada online, e teve seu cronograma e regras divulgada com antecedência. A votação ocorreu entre 30 de outubro e 6 de novembro de 2015, e os selecionados incluem sete organizações da sociedade civil, um representante da academia e outro do sindicato. A primeira reunião do grupo aconteceu em dezembro de 2015,^v 6 meses antes do final do 2º Plano de Ação. O GT já teve cinco encontros desde então, e trabalhou ao lado do governo no processo de desenvolvimento do 3º Plano de Ação.^{vi}

Tabela 2: Processo de elaboração do Plano de Ação

Fases do plano de ação	Requisitos exigidos pela OGP (Artigos de Governança)	O governo cumpriu com o requisito?
Durante a elaboração do Plano	Houve fórum permanente de consulta durante a implementação?	Sim
	Consultas: abertas ou restrita para convidados?	Abertas
	Qual o grau de participação dentro da graduação IAP2	Consulta

ⁱ Carta da Sociedade Civil para o Comitê Gestor da OGP, 2014. <http://goo.gl/XK4m8d>

ⁱⁱ Relatório Intermediário IRM 2013-14 https://www.opengovpartnership.org/sites/default/files/Brasil_Relat%C3%B3rio2013-14_Final_0_0.pdf

ⁱⁱⁱ Resolução de Constituição do GT da Sociedade Civil, CGU, 2014. <http://bit.ly/2fSV9x7>

^{iv} Grupo de Trabalho da Sociedade Civil de Assessoramento do GT-SIGA, 2015, <http://bit.ly/2fSVlgS>

^v Histórico do GT, 2017, <http://bit.ly/2eWRpJK>

^{vi} Registros dos encontros do GT, 2017, <http://bit.ly/2eWRpJK>

Progresso de implementação do Plano

Todos os indicadores e métodos usados na pesquisa do IRM podem ser encontrados no Manual de Procedimentos, disponível em <http://www.opengovpartnership.org/about/about-irm>. Um indicador merece mais explanação, uma vez que foi desenhado para incentivar a competição construtiva entre os países participantes da OGP. Os Compromissos Estrelados (★), que são considerados exemplares na representação dos princípios da OGP. Para um compromisso ser considerado estrelado, ele deve obedecer a seguinte lista de critérios:

1. O compromisso deve ser suficientemente específico para que se possa fazer um julgamento sobre seu impacto potencial. Compromissos Estrelados devem ter uma especificidade média ou alta.
2. A descrição do compromisso deve deixar clara sua relação com os valores da OGP, e estar relacionado a pelo menos um dos três valores da OGP: Acesso à Informação, Participação Cívica ou Responsabilidade Pública;
3. O compromisso deveria ter um impacto potencial “transformativo”.
4. Finalmente, o compromisso tem de resultar em um progresso significativo durante o período de implementação do plano de ação, recebendo uma nota de implementação “substancial” ou “completa”.

Com base nesses critérios, no Relatório Intermediário o Plano de Ação em vigência tinha um compromisso estrelado, dentre os 52 propostos. Compromissos estrelados identificados no Relatório Intermediário podem perder o status de estrelados caso ao final da implementação tenham implementação inferior ao que limitada. Ao final da implementação do Plano, o cenário permanece o mesmo, sendo o compromisso estrelado listado abaixo:

- I.9- Ferramentas para transparência e melhoria da Governança Fundiária

Os gráficos dessa seção apresentam um resumo da qualidade dos dados coletados pelo IRM durante o processo de relatoria. Uma lista completa do banco de dados utilizado encontra-se disponível em www.opengovpartnership.org/explorer.

Sobre a variável o “O governo ficou mais aberto?”

Muitas vezes os compromissos são descritos de forma vaga ou genérica na contribuição que podem gerar sobre abertura de governos, ou realizam impacto transformador em outras áreas, que não a de governo aberto. De forma a identificar de forma mais precisa os avanços específicos em relação aos princípios da OGP, o relatório do IRM introduziu a variável “O governo ficou mais aberto?” no relatório final de atividades do Plano de Ação. O objetivo é prover uma avaliação que vá além dos entregáveis e dos objetivos específicos do compromisso, e olhar de forma específica às contribuições do Plano sobre as práticas e a cultura de governo aberto. Enquanto Compromissos Estrelados por exemplo observam impacto potencial, de forma ampla, a nova variável observa os impactos gerados em relação aos valores da OGP. A escala atribuída a cada compromisso dentro da variável de “O governo ficou mais aberto” é a seguinte:

- **Piorou:** compromisso reduziu a abertura do governo como resultado das ações implementadas.
- **Mantém status quo:** ações implementadas não avançaram nem retroagiram em relação à situação anterior
- **Pequeno avanço:** as ações implementadas geraram mudanças positivas, mas de pequeno impacto em relação à prática e cultura de governo aberto.
- **Moderado avanço:** as ações implementadas geraram mudanças positivas, mas não transformadoras em relação à prática e cultura de governo.
- **Transformador:** ações implementadas geraram mudanças transformadoras em relação à prática e cultura de governo na área do compromisso e/ou no país.

Para analisar essa variável o IRM identifica a situação anterior à implementação do compromisso, e analisa os entregáveis finalizados do compromisso. Com base nisso, analisa o impacto verificável gerado na cultura e práticas de governo aberto

É importante porém considerar as limitações do método. Como a análise de impacto é realizada logo após ou durante o final da entrega dos compromissos o foco da análise é sobre os resultados de curto prazo identificados. Uma análise propriamente de impacto requer metodologia mais complexa, o que requereria maior tempo de coleta e análise de dados.

Tabela 3. Análise de cumprimento por compromisso

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso		Intermediário		O governo ficou mais aberto?						
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Nenhuma	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substativo						Finalizado	
1.1 Defesa da Probidade e Recuperação de Ativos			↙		↙						↙					↙							
1.2 Implantação do oDP.nano			✓		✓						✓						✓						
1.3 Fortalecimento da CgU			✓		✓						✓					✓	✓						
1.4 Prestação de contas online de recursos para a educação			✓			✓				✓		✓			✓	✓							
1.5 Capacitação de operadores de recursos públicos educacionais e de conselheiros de controle social			✓			✓	✓	✓		✓						✓							
1.6 Programa nacional de Fortalecimento dos Conselhos escolares			✓			✓	✓	✓		✓							✓						
1.7 Paineiro unificado público de dados do Programa Água para todos				✓		✓			✓			✓					✓						
1.8 Inclusão digital dos conselhos de saúde				✓			✓	✓	✓		✓				✓	✓							
🌟 1.9 Ferramentas para transparência e melhoria da governança Fundiária				✓		✓			✓				✓				✓						✓

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)					Impacto Potencial				Nível de progresso		Intermediário Final		O governo ficou mais aberto?				
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Nenhuma	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substativo	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
1.10 Participação social no monitoramento do Plano Plurianual e na elaboração do orçamento Público				✓		✓	✓	✓	✓			✓					✓			✓		
1.11 sistema de monitoramento das Demandas dos movimentos sociais				✓		✓	✓	✓				✓					✓			✓		
1.12 Formação em educação Fiscal			✓			✓	✓	✓			✓				✓				✓			
1.13 Incentivo à adesão de estados e municípios aos quatro princípios da OGP				✓		✓	✓	✓				✓					✓			✓		
2.1 Biblioteca do acesso transparente à informação				✓		✓			✓			✓					✓				✓	
2.2 Banco de Preço da Administração Pública Federal				✓	✓							✓					✓		✓			
2.3 sítio brasileiro da Parceria para governo Aberto (OGP)				✓		✓	✓	✓	✓		✓						✓			✓		
2.4 Relatórios de monitoramento do sistema eletrônico de serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC)			✓			✓			✓		✓						✓			✓		

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)					Impacto Potencial				Nível de progresso		Intermediário Final		O governo ficou mais aberto?				
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Nenhuma	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substativo	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
		✓					✓	✓	✓		✓						✓			✓		
2.5 estratégia de comunicação sobre o controle social		✓					✓	✓	✓		✓						✓			✓		
2.6 Política de gestão da Informação do ministério da Defesa				✓		✓					✓					✓				✓		
2.7 Base de Dados de Documentos Administrativos produzidos pela marinha do Brasil				✓		✓			✓		✓						✓			✓		
2.8 Dados educacionais Abertos				✓		✓			✓				✓	✓					✓			
2.9 Aprimoramento da transparência dos dados do sistema nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec)				✓		✓			✓			✓					✓				✓	
2.10 Política de gestão de Documentos do governo Federal			✓		✓						✓						✓		✓			
2.11 Abertura dos dados da execução do orçamento da União e das compras governamentais				✓		✓			✓			✓					✓				✓	
2.12 Disseminação da cultura de abertura de dados		✓				✓			✓		✓						✓			✓		

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)					Impacto Potencial				Nível de progresso		Intermediário		O governo ficou mais aberto?				
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Nenhuma	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substativo	Finalizado					
																		Final				
públicos junto a governos locais																						
2.13 tecnologias de suporte e modelos de licenciamento para a publicação de dados abertos				✓		✓	✓		✓		✓						✓			✓		
2.14 Informações dos sistemas governamentais em formato de dados abertos:			✓			✓	✓		✓			✓					✓				✓	
2.15 gestão da Informação Corporativa na Previdência social (e-governança):				✓	✓						✓				✓					✓		
2.16 Aprimoramento da transparência Ativa e da ouvidoria do sUs (sistema Único de saúde)				✓		✓	✓	✓	✓		✓						✓			✓		
2.17 sistema nacional de Auditoria do sUs (sistema Único de saúde)				✓	✓						✓					✓			✓			
2.18 transparência da secretaria de Relações do trabalho:				✓		✓					✓				✓		✓			✓		
2.19 Recomendações sobre realização de audiências públicas			✓			✓	✓			✓							✓		✓			
2.20 Auditorias Participativas nas				✓		✓	✓	✓				✓					✓		✓			

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)					Impacto Potencial				Nível de progresso		Intermediário Final		O governo ficou mais aberto?				
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Nenhuma	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substativo	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
obras da Copa do mundo FIFA 2014																						
2.21 Indicadores municipais de participação				✓		✓					✓				✓					✓		
2.22 Indicadores de transparência dos municípios brasileiros			✓			✓						✓				✓				✓		
3.1 Reestruturação do Portal da transparência do governo Federal brasileiro				✓		✓			✓		✓				✓					✓		
3.2 Construção participativa do sistema Federal de ouvidorias				✓		✓	✓	✓	✓		✓						✓			✓		
3.3 Programa Brasil transparente			✓			✓	✓	✓	✓			✓					✓				✓	
3.4 Carta sUs	✓							✓		✓							✓					
3.5– Projeto Cidades Digitais			✓		✓								✓			✓				✓		
3.6 SINAPIR (sistema nacional de Promoção da Igualdade Racial)		✓			✓						✓				✓	✓				✓		
3.7 Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Participação social nas Políticas Públicas			✓				✓				✓						✓			✓		
3.8 Portal Brasileiro de Participação social			✓				✓		✓		✓						✓					✓
3.9 Dados abertos			✓			✓	✓	✓	✓			✓					✓			✓		

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)					Impacto Potencial				Nível de progresso		Intermediário Final		O governo ficou mais aberto?				
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Nenhuma	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substativo	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
no âmbito do Ministério da Justiça																	✓					
3.10 sistema eletrônico para consultas públicas na Agência nacional da Vigilância Sanitária				✓		✓	✓	✓	✓		✓						✓			✓		
3.11 melhoria dos serviços de saúde por uso do Cartão Nacional de Saúde			✓		✓						✓					✓			✓			
4.1 Aperfeiçoamento e valorização do Cadastro empresa Pró-Ética				✓		✓	✓	✓			✓				✓		✓			✓		
4.2 Cadastro de empresas Inidôneas e suspensas (CEIS) para licitar com a Administração Pública			✓			✓		✓	✓		✓						✓				✓	
5.1 monitoramento do Plano nacional de segurança Alimentar e nutricional (PLANSAN)				✓		✓	✓	✓			✓						✓			✓		
5.2 sistema de Informações sobre a Lei maria da Penha				✓		✓	✓		✓		✓					✓				✓		
5.3 Consulta prévia da Convenção 169 da Organização Internacional do			✓				✓					✓			✓		✓		✓			

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso		Intermediário		O governo ficou mais aberto?						
															Final								
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Nenhuma	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substativo	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	
Trabalho																							
5.4 Reformulação dos atuais programas de proteção				✓			✓					✓			✓					✓			

Visão geral dos compromissos

Como parte das atividades da OGP, países são requeridos a fazer compromissos com base em planos de dois anos de duração. O Relatório Final do IRM contém uma métrica adicional, 'O governo ficou mais aberto?'. E para compromissos que já estavam finalizados, esta é a única parte com dados atualizados. Para mais informações sobre estes compromissos, como também os demais, favor consultar o Relatório de Progresso do IRM.

O 2o Plano de Ação do Brasil contém 52 compromissos, agrupados em 5 grandes temas: Gestão mais efetiva dos recursos públicos, Aumento da Integridade Pública, Melhoria dos Serviços Públicos, Aumento da Responsabilidade Corporativa e Criação de comunidades mais seguras.

Tema 1: Gestão mais efetiva dos recursos públicos

I.1 - Defesa da Probidade e Recuperação de Ativos

Compromisso: atuação conjunta das unidades da AGU na defesa da probidade e recuperação de ativos, com o objetivo de tornar a AGU referência na atuação de defesa do patrimônio e da probidade, em especial, nas ações de combate à corrupção, até o ano de 2016. O compromisso prevê a intensificação da instauração de procedimentos de investigação prévia e de procedimentos prévios de coleta de informações, além do incremento do quantitativo de advogados públicos designados para atuar, com exclusividade, no combate à corrupção e na recuperação de recursos públicos.

Instituição responsável: Advocacia-Geral da União (AGU)

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Dezembro 2014

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial		Nível de progresso	Interme diário		O governo ficou mais aberto?
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço		Substativo	Finalizado	
I.1 Perfil			✓		Unclear					✓		✓		✓

Objetivo do compromisso:

O objetivo do compromisso foi encorajar o Advocacia-Geral da União (AGU) a empreender prévias investigações proativas. Nesse contexto, os resultados esperados incluem a expansão das atividades de investigação em casos envolvendo grandes somas, a recuperação de ativos e a coordenação de investigações prévias de casos de corrupção altamente importantes. Estes representariam resultados significativos, mas sugerem um impacto potencial menor porque se concentram na expansão das práticas governamentais já em curso.

Status

Até o relatório intermediário: Substantivo

Registaram-se progressos na maioria das ações empreendidas. A AGU, por exemplo, agora usa um novo sistema eletrônico para investigar transações bancárias, além de ter estabelecido grupos de trabalho, especialmente na recuperação de ativos, e de ter melhorado as instruções processuais para uma recuperação mais eficiente dos ativos¹. O compromisso, no entanto, não está totalmente concluído, uma vez que o número de advogados dedicados ao combate à corrupção e à recuperação de bens públicos não aumentou.

Versão para comentários públicos: favor não citar

Status final: Substantivo

O pesquisador IRM não constatou que houve progresso adicional desde a avaliação de meio termo.

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Mantém o status quo

Participação cívica: Mantém o status quo

Responsabilidade pública: Mantém o status quo

A AGU é uma agência chave no Brasil para promover os princípios da OGP, a exemplo da luta contra a corrupção. Os marcos incluídos no compromisso, entretanto, reforçam o *status quo* em termos de governo aberto, na medida em que eles sobretudo se referem aos avanços intragovernamentais na defesa da probidade e na recuperação de ativos e não contribuem para abrir a agência aos cidadãos. Como tal, nenhuma evidência sugere que o compromisso contribua diretamente para qualquer um dos três valores essenciais da OGP de acesso à informação, participação cívica e responsabilidade pública.

Próximos passos?

Esse compromisso não está incluído no próximo plano de ação. No futuro, o pesquisador IRM recomenda incluir oportunidades para que a Sociedade civil trabalhe com o governo na defesa da probidade e na recuperação de ativos.

¹ Fabio Serapião, Carta Capital, 2014. <http://goo.gl/lwlxix>

1.2 - Implantação do ODP.nano

Compromisso: Implantar, em governos estaduais, o chamado ODP.nano. A proposta consiste em difundir para os estados o modelo de atuação do Observatório da Despesa Pública (ODP) do Governo federal, de maneira a disseminar, em nível subnacional, a forma de atuação do ODP. Ou seja, serão aplicados métodos científicos para o cruzamento de dados de diferentes fontes, de forma a identificar sinais de má aplicação de recursos públicos, nesse caso, estaduais. Espera-se que o desenvolvimento do ODP.nano em âmbito estadual possa contribuir para o aprimoramento do controle interno e para o apoio à gestão pública nos estados.

Instituição responsável: Controladoria-Geral da União (CGU)

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Dezembro 2014

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso		Intermediário Final		O governo ficou mais aberto?				
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substativo	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
I.2. Perfil			✓		Unclear					✓						✓		✓			

Objetivo do compromisso:

O Observatório da Despesa Pública (ODP) é utilizado pelo Governo Federal para cruzar grandes dados e para identificar sinais de apropriação indevida de recursos públicos. O compromisso tem por finalidade o compartilhamento, pelo Governo Federal, desse modelo com os governos estaduais, o que inclui a transferência de *know-how* tanto quanto de tecnologia e de equipamento.

Status

Até o relatório intermediário: Completed

No período abrangido pelo relatório, foram realizados dois projetos-piloto. Dado que o compromisso não especificou o número de pilotos, o compromisso foi considerado completo. Cabe notar, no entanto, que um dos pilotos estava completo antes do início do plano de ação, e nem a abertura de dados ou o compartilhamento de metodologias com a Sociedade civil foram incluídos como atividades planejadas.

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Mantém o status quo

Participação cívica: Mantém o status quo

Responsabilidade pública: Mantém o status quo

O processo ODP trabalha com o cruzamento de grandes dados, a fim de identificar sinais de apropriação indevida de recursos públicos. Dessa maneira, é possível, em princípio, que a Sociedade civil trabalhe, ao lado do governo, na coleta e na análise de dados. Porém, o compromisso não envolve um elemento público. As organizações da Sociedade civil não têm acesso aos dados sobre recursos públicos ou à metodologia utilizada pelo processo ODP. Como consequência, o compromisso melhora a responsabilidade interna do governo, mas não mudou o *status quo* do governo aberto.

Próximos passos?

O compromisso não está incluído no próximo plano de ação. Se for levado adiante no futuro, o pesquisador IRM recomenda incluir elementos de transparência (como a abertura de dados) e de participação (como mecanismos participativos para analisar os dados e detectar possíveis sinais de corrupção).

I.3 - Fortalecimento da CGU

Implementar conjunto de ações de caráter organizacional, de gestão de pessoas e de infraestrutura, incrementando a capacidade institucional da CGU. A adequada qualificação dos servidores, a construção e a reforma de sedes próprias do órgão e a adesão a iniciativas como o Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira (Proprevine, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento) permitirão que a Controladoria-Geral da União tenha maior alcance e efetividade nos resultados desenvolvidos, a partir de suas atribuições precípuas.

Instituição responsável: Controladoria-Geral da União (CGU)

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Dezembro 2014

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso		Interme diário		O governo ficou mais aberto?				
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substativo	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
I.3. Perfil			✓		Unclear					✓					✓			✓			

Objetivo do compromisso

O objetivo do compromisso foi fortalecer as atividades da CGU, em particular através do aumento da capacidade de agir proativamente da Controladoria (incluindo atividades de controle permanente de serviços públicos) e expandindo a capacidade da agência de realizar investigações em empresas mistas, como a Petrobras. Entregáveis do compromisso incluem o desenvolvimento pessoal de servidores públicos da CGU, melhorias na infraestrutura das sedes da CGU, e apoio à iniciativa PROPREVINE (desenvolvida em outro compromisso do Plano).

Status

Até o relatório intermediário: Substantivo

O compromisso foi quase todo finalizado, com exceção dos entregáveis relacionados à melhoria da infraestrutura. A Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (DIPLD) treinou seus servidores que trabalham no gerenciamento de recursos públicos¹. Além disso, a adoção do programa PROPREVINE, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o que resultou na melhoria de gerenciamento de projetos, bases de dados e processamento de informação. Até o relatório intermediário, quatro escritórios regionais da CGU estavam em fase de

Versão para comentários públicos: favor não citar

planejamento (Pernambuco, Maranhão, Amazônia, e Rio Grande do Norte), e uma sede estava em construção (Acre), enquanto os trabalhos em outra seda não haviam começado (Pará).

Status final: Substantivo

Desde a revisão de meio termo, houve progresso no marco remanescente do compromisso – a melhoria da infraestrutura dos escritórios regionais da CGU. De acordo com o governo, obras foram concluídas no Paraná e no Acre, e estão em curso no Rio Grande do Norte, no Piauí, em Pernambuco, no Pará, em Santa Catarina e na Bahia. Ainda assim, uma vez que o compromisso não especificou a extensão da "construção e reforma" a serem realizadas até ao final do plano de ação, não é possível determinar se o compromisso foi totalmente concluído.

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Mantém o status quo

Participação cívica: Mantém o status quo

Responsabilidade pública: Mantém o status quo

O compromisso não abriu o governo porque os marcos não incluem valores públicos abertos, e referem-se somente às ações intragovernamentais.

Próximos passos?

O compromisso não está incluído no próximo Plano de Ação. Note-se que o compromisso foi proposto pela sociedade civil e concebido com o apoio da CGU. Para ser levado adiante, o investigador IRM recomenda pormenorizar como se pretende engajar o público e comprometer-se com os outros valores da OGP quanto a acesso à informação e a responsabilidade pública.

¹ Executado por intermédio da Escola de Administração Fazendária – ESAF e da Universidade Federal de Lavras – UFLA.

I.4 - Prestação de contas online de recursos para educação

Desenvolver forma de recepcionar, por meio do Sistema de Gestão de Prestação de Contas – Contas Online, a prestação de contas dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, destinados à implementação de políticas públicas por meio de programas e projetos educacionais. A interface a ser adotada possibilitará o cruzamento de dados entre sistemas, automatizará as análises de contas, parametrizará normas e procedimentos, racionalizando e integrando as etapas de prestação de contas. Além disso, disponibilizará relatórios e gráficos referentes à execução dos recursos para a sociedade.

Instituição responsável: Ministério da Educação (MEC)

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Dezembro 2014

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso		Intermediário Final		O governo ficou mais aberto?				
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substancial	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
I.4. Perfil			✓		✓			✓			✓			✓				✓			

Objetivo do compromisso:

O compromisso abordou a necessidade de um novo modelo de responsabilidade pública (*accountability*) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, com vistas a aumentar a capacidade e a eficiência dos seus processos. O modelo anterior apresentava um elevado tempo médio de processamento e um acúmulo de prestações não analisadas. O compromisso visava reduzir o tempo de processamento de relatórios de contas, automatizar tarefas e conectar agências governamentais para colaboração, além de implementar monitoramento em tempo real do controle de orçamento e de publicar relatórios e gráficos sobre o uso de recursos públicos.

Status

Até o relatório intermediário: Limitado

Desenvolveu-se o novo sistema, que contém uma grande quantidade de processos já migrados online. Um exemplo disso é o aplicativo que contém dados sistematizados sobre bens e serviços, despesas e pagamentos, credores e declarações sobre a alocação de fundos nos mercados financeiros. Com efeito, isso diminuiu drasticamente o tempo médio de processamento e eliminou o atraso relativo aos relatórios de contas. Apesar disso, não se alcançou um marco chave do compromisso: a divulgação pública de relatórios e de gráficos sobre o uso de recursos.

Status final: Limitado

Não houve progresso adicional constatado pelo investigador IRM desde a avaliação de meio termo. O sistema desenvolvido ainda não está disponível para acesso público, e a sociedade civil não pode acessar relatórios e gráficos sobre a execução de recursos online, mas pode enviar um pedido formal de informação à agência¹.

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Mantém o status quo

Este compromisso procurou desenvolver um aplicativo online para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, a fim de melhorar a *accountability* quanto a recursos educacionais, e incluiu um marco no sentido de abrir os dados do aplicativo para o público. A divulgação de dados foi o único elemento deste compromisso relevante para um valor de governo aberto da OGP. Uma vez que não foi alcançado, o compromisso não alterou o *status quo*. Conquanto a informação esteja agora mais organizada que antes e os cidadãos possam enviar pedidos de informação para acessar os dados internos da conta, o público não sabe como os dados estão organizados ou o que procurar. Além disso, como os dados não são disponibilizados online, poucas pessoas poderiam saber que a informação existe. Consequentemente, não é possível concluir que existe agora um maior acesso público à informação.

Próximos passos?

O compromisso não está incluído no próximo plano de ação. No futuro, o investigador IRM recomenda a implementação de um mecanismo online para acessar a informação, assim como para permitir o acompanhamento das despesas orçamentárias pela sociedade civil.

Versão para comentários públicos: favor não citar

I.5 - Capacitação de operadores de recursos públicos educacionais e de conselheiros de controle social

Intensificação das ações de política de capacitação da extensão corporativa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Tal política busca promover uma melhoria continuada de desempenho dos processos de gestão e de execução dos recursos públicos educacionais, assim como o fortalecimento de seu controle social e, por conseguinte, a elevação da eficiência, efetividade da política educacional e de sua transparência. Será implementado o Instituto Formar para a Escola, unidade responsável pelo desenvolvimento e fortalecimento das ações educacionais do FNDE, notadamente as de cunho corporativo e relacionadas às áreas de gestão e financiamento de políticas educacionais.

Instituição responsável: Ministério da Educação (MEC)

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Março 2015

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso		Interme diário Final		O governo ficou mais aberto?				
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substativo	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
I.5. Perfil			✓		✓	✓	✓		✓						✓			✓			

Objetivo do compromisso:

Conforme mencionado no texto do compromisso, este compromisso visava fortalecer a capacidade de funcionários governamentais e membros da sociedade civil para supervisionar o uso dos fundos nacionais de educação. O Governo pretendeu alcançar este objetivo por meio de: 1) atividades de qualificação contínua mediante já o existente Programa Formação pela Escola; e 2) criação do Instituto Formar para a Escola.

Status

Até o relatório intermediário: Substantivo

O compromisso foi substancialmente concluído. O governo criou um grupo consultivo para a educação, que trabalhará ao lado da UNESCO, e implementou comunicações de fibra óptica, a fim de conectar secretários estaduais de educação. Essas tarefas, embora não explicitamente mencionadas no texto de compromisso, são relevantes para o objetivo do compromisso quanto a capacitação, pois tratam-se de um primeiro passo para fornecer acesso à Internet a secretários estaduais e a conselhos escolares que anteriormente não podiam aceder a ferramentas básicas para desempenhar seu papel, como controle orçamentário.

Versão para comentários públicos: favor não citar

Graças ao Programa Formação para a Escola – um programa governamental que antecedeu o plano de ação –, mais de cinco mil administradores de educação pública e especialistas receberam treinamento presencial, e dezenas de milhares de outras pessoas (incluindo cidadãos) receberam treinamento online quanto a questões como educação básica, transporte escolar, nutrição estudantil e supervisão social². Ainda assim, embora o governo tenha realizado treinamento de supervisão social como exigido pelo compromisso, ele não criou um instituto independente Instituto Formar para a Escola com vistas a expandir o treinamento conforme planejado.

Status final: Substantivo

There has been no additional progress found by the IRM researcher since the midterm evaluation. According to the government self-assessment, the government decided not to implement the “Train for School” Institute after assessing its “viability and realigning the strategic planning of FNDE [National Fund for Education Development].”³

Não houve progresso adicional constatado pelo investigador IRM desde a avaliação de meio termo. De acordo com a autoavaliação governamental, o governo decidiu não implementar o “Instituto Formar para a Escola” depois de avaliar a sua viabilidade e de realinhar o planejamento estratégico do FNDE.

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Mantém o status quo

Participação cívica: Mantém o status quo

Responsabilidade pública: Mantém o status quo

De acordo com uma análise de 2013 na Revista Escola Pública, a má gestão dos recursos educacionais está associada à baixa qualidade da supervisão social⁴. Para ajudar a superar essa questão, o governo assumiu o compromisso de capacitar administradores públicos e cidadãos sobre como proporcionar uma melhor supervisão social dos recursos públicos na educação. No entanto, com a exceção de uma nova agência proposta (Instituto Formar para a Escola), o compromisso não incluiu novas atividades (treinamentos sobre supervisão social em educação já foram realizados antes do plano de ação por meio do Programa Formação para a Escola). Por essa razão, ao compromisso não foi atribuído nenhum impacto potencial na avaliação de meio termo.

Ao final do plano de ação, o governo treinou milhares de pessoas como parte do Programa Formação para a Escola sobre como aumentar a *accountability* do governo em questões que vão desde o gerenciamento de fundos para transporte escolar até o acesso a solicitações de informações. O compromisso, no entanto, não alterou o comportamento do governo, uma vez que, como mencionado acima, este Programa de Formação para a Escola existia antes do início do plano de ação. De fato, segundo os dados de inscrição, o número de pessoas inscritas no programa realmente diminuiu a partir de 2012 em diante⁵. Em outras palavras, o número total de pessoas treinadas pelo governo aumentou durante o período do plano de ação, ao passo que o número de pessoas treinadas a cada ano diminuiu. De acordo com o governo, isso ocorreu porque não foram abertas novas classes à medida que os recursos passaram para o desenvolvimento de um novo curso⁶. Nesse sentido, os treinamentos de supervisão social não foram expandidos. O Instituto Formar para a Escola, que supostamente expandiria os treinamentos, tampouco foi estabelecido.

Próximos passos?

O compromisso não tem prosseguimento no plano de ação posterior. Se for levado adiante no futuro, o investigador IRM recomenda tanto avaliar se o treinamento melhora a supervisão pública quanto alargar a inclusão da comunidade escolar no treinamento.

¹ Página de acesso, 2017, <https://www.fnde.gov.br/sigpc/login.seam>

² Dados estatísticos, FNDE, 2015. <http://goo.gl/NTYN3f>

³ Relatório de Avaliação Final – 2º Plano de Ação Nacional, Outubro 2016, <http://bit.ly/2f1BTQ5>

⁴ Filipe Jahn, “Dentro do Fundeb,” Revista Escola Pública, 2013, disponível em: <http://bit.ly/2fdHwIQ>

⁵ Sobre o programa Formação pela Escola, FNDE, <http://www.fnde.gov.br/programas/formacao-pela-escola>

⁶ Relatório de Avaliação Final – 2º Plano de Ação Nacional, Outubro 2016, <http://bit.ly/2f1BTQ5>

I.6 - Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares

Realização de cursos de capacitação, presenciais e à distância, com o intuito de formar profissionais de educação que possam atuar nas secretarias estaduais e municipais de educação. Esses profissionais devem ser disseminadores das ações do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, em seus respectivos sistemas de ensino, bem como, por meio de uma rede de tutoria, capacitar conselheiros escolares em efetivo exercício.

Instituição responsável: Ministério da Educação

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Janeiro 2014

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso		Intermediário Final		O governo ficou mais aberto?				
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substutivo	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
I.6. Perfil			✓		✓	✓	✓		✓							✓		✓			

Objetivo do compromisso:

Os Conselhos Escolares fazem parte do quadro regulatório da educação no Brasil desde 1996 e são instituições bem estabelecidas em todo o país.¹ Eles são formados por membros da escola (como professores e pessoal administrativo), por funcionários do governo e por representantes da sociedade civil (inclusive estudantes e pais). No que se refere à sua função, os conselhos escolares são responsáveis por supervisionar as regras internas das escolas e o orçamento, entre outras coisas.

Este compromisso objetivava apoiar um programa iniciado em 2004 para fortalecer os conselhos escolares. Especificamente, o governo pretendia treinar profissionais da educação e membros do Conselho Escolar. O compromisso também visava ampliar a capacitação aos representantes da sociedade civil (a qual costumava ser oferecida apenas aos profissionais das Secretarias de Educação).

Status

Até o relatório intermediário: Finalizado

Quarenta mil membros do conselho – 22% provenientes da sociedade civil – receberam treinamento online e presencial por meio do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, o qual abrangeu questões como direitos garantidos, fatores políticos e pedagógicos, e orçamentos. Vale ressaltar que os números acima foram apresentados pelo governo ao investigador IRM durante as entrevistas, mas não estão disponíveis publicamente (os dados estão disponíveis no site do Ministério da Educação apenas para usuários registrados).

Versão para comentários públicos: favor não citar

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Mantém o status quo

Participação cívica: Mantém o status quo

Responsabilidade pública: Mantém o status quo

Os Conselhos Escolares são mecanismos bem estabelecidos de participação cívica no Brasil, responsáveis pela supervisão do orçamento, pela abertura de acesso a solicitações de informação e pela organização de atividades educacionais. Ademais, os conselhos consubstanciam-se um mecanismo formal de *accountability* pública. Prova disso é que eles formalmente aprovam despesas escolares. Para ilustrar a importância dos conselhos, um estudo realizado pela UNESCO constatou que 20 escolas brasileiras em áreas de alto risco com desempenho excepcional dos alunos tinham conselhos escolares fortes². Como resultado, este compromisso concentrou-se na formação de membros do conselho escolar. No entanto, dado que o programa de capacitação – o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares – existia previamente ao início do plano de ação, e que o compromisso visava sustentar programas já existentes, não houve mudança no *status quo*.

Próximos passos?

O compromisso não tem prosseguimento no plano de ação seguinte. Se o compromisso for levado adiante no futuro, o investigador IRM recomenda educar os conselhos sobre novas ferramentas de governo aberto, como o Portal de Transparência e Participa.br. Esses instrumentos de *accountability* são essenciais para que os conselhos sejam eficazes em seu trabalho e para garantir que eles trabalhem com as informações o mais atualizadas possível. Outra sugestão é aumentar a transparência e a documentação do trabalho do conselho mediante a publicação online das reuniões e das decisões tomadas pelos conselhos em um formato de dados organizado e aberto.

¹ Ministério da Educação, Conselho Escolar, <https://goo.gl/f7JGKu>

² Aprova Brasil, “O Direito de Aprender,” 2007, https://www.unicef.org/brazil/pt/aprova_final.pdf

I.7 - Paineis unificados públicos de dados do Programa Água para Todos

Organizar e divulgar, mediante um painel unificado de informações, os dados de execução das ações do Programa Água para Todos, para os próprios executores, e para o público em geral. Essa ferramenta permitirá, especialmente, o acompanhamento periódico das ações, a geração de relatórios para tomada de decisões, o fornecimento de informações para a assessoria de comunicação do MI e a garantia de transparência e prestação de contas atualizadas aos gestores públicos, às autoridades e à sociedade.

Instituição responsável: Ministério da Integração Nacional

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Setembro 2013

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso		Interme diário Final		O governo ficou mais aberto?				
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substativo	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
I.7. Perfil				✓	✓			✓			✓					✓			✓		

Objetivo do compromisso:

O compromisso teve como objetivo divulgar informações sobre o programa “Água para Todos” por intermédio de uma plataforma online. A promessa era promover a transparência e a responsabilidade do relativamente pequeno porém importante programa de gestão de recursos hídricos do Brasil. O contexto do compromisso é muito importante. Em 2014, os recursos hídricos foram um tema de relevância nacional, não só pela crise hídrica em estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, mas também pelo seu impacto nacional e pelo aumento do custo da eletricidade.

Status

Até o relatório intermediário: Finalizado

O compromisso foi concluído com a revisão de meio termo. O painel de informações foi disponibilizado por meio do Observatório de Desenvolvimento Regional (ODR), um portal de acesso público criado para monitorar e avaliar planos, programas e atividades da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que inclui o Programa Água para Todos. O painel contém uma ferramenta de inteligência geográfica que permite o monitoramento georreferenciado da política, o qual inclui mapas de cisternas e de água reutilizada existentes atualmente. Outras melhorias abrangem bancos de dados expandidos com dados de desempenho financeiro, novas imagens de satélite para mapas mais detalhados, e a capacidade de usar a plataforma offline ou por tablet.

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Pequeno avanço

Conforme mencionado anteriormente, a gestão de recursos hídricos tornou-se uma questão de importância nacional no Brasil, em função da recente escassez de água¹. A questão tornou-se relevante para o governo aberto, na medida em que os cidadãos que enfrentaram escassez se mostraram frustrados com a falta de transparência na provisão pública de água², tendo alguns questionado a veracidade dos números oficiais do governo³. Este compromisso visou abordar essa preocupação por meio da divulgação de informações sobre o Programa Água para Todos, a qual incluiu indicadores mensuráveis e um portal aberto.

Embora a publicação de dados em formato aberto e mediante infográficos seja positiva, o compromisso é apenas um passo incremental em direção ao acesso à informação sobre os recursos hídricos, dado seu limitado escopo. Especificamente, os novos dados não cobrem a informação sobre a provisão geral de água, e concentram-se, ao invés disso, no Programa Água para Todos, que procura expandir o acesso à água para famílias carentes e residentes rurais.

Próximos passos?

O compromisso não tem prosseguimento no Próximo Plano de Ação. No futuro, o investigador IRM recomenda expandir os dados monitorados para além do Programa Água para Todos, além de incorporar ao portal ferramentas para participação e *accountability*.

¹ Rodrigo Martins e Miguel Martins, Carta Capital, 2015. <http://goo.gl/jYkFxR>

² TV Diário, 2015, <http://goo.gl/hZqubZ>

³ Rodolfo Wroli, Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, 2015, <http://goo.gl/E0tI7G>

Versão para comentários públicos: favor não citar

1.8 - Inclusão digital dos conselhos de saúde

Implementar o Programa de Inclusão Digital (PID) em todos os Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Saúde, de maneira a contribuir com o aperfeiçoamento do exercício do controle social do Sistema Único de Saúde (SUS).

Instituição responsável: Ministério da Saúde

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Dezembro 2014

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial	Nível de progress o		Interme diário Final		O governo ficou mais aberto?							
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substativo	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
				✓		✓	✓	✓		✓				✓					✓		
I.8. Perfil																					

Objetivo do compromisso:

Este compromisso procurou expandir o Programa de Inclusão Digital (PID), iniciado em 2006, para os conselhos de saúde em todos os níveis de governo. O PID estrutura-se sobre três pilares – equipamentos, qualificação do conselho, e conectividade – e é um elemento fundamental da política de supervisão social do Sistema Único de Saúde (SUS).

Status

Até o relatório intermediário: Limitado

A conclusão apresentou disparidades entre os três pilares do compromisso (equipamento, qualificação do conselho e conectividade). Em termos de equipamento, embora tenham sido entregues aos conselhos de saúde 3.200 kits de antenas, muitos conselhos municipais ainda não os possuíam. Quanto à capacitação do conselho, a política de “Educação Permanente para o Controle Social” englobou treinamento online e presencial para conselheiros de saúde, incluindo 3.200 membros do conselho treinados pelo Programa QualiCouncils e 1.850 membros com capacitação em gestão participativa e em controle social. O pilar de conectividade do programa, contudo, não foi concluído.

Status final: Limitado

De acordo com o governo, mais de 4.500 conselheiros foram capacitados por meio do Programa QualiCouncils. Além disso, até o final de 2015, foram entregues cinco computadores, mais de 2.000 televisores e quase 400 impressoras. Para completar o compromisso, entretanto, é necessário finalizar a entrega de equipamentos, expandir as atividades de qualificação, e universalizar a conectividade. O novo prazo do governo para implementar o compromisso é Dezembro de 2017.

O governo ficou mais aberto?

Participação cívica: Pequeno avanço

Responsabilidade pública: Pequeno avanço

Os conselhos de saúde são mecanismos centrais de participação no Brasil. Existem mais de 5.000 conselhos no país que estão habilitados pela lei para inspecionar as contas públicas e para exigir a *accountability*. Pesquisas mostram que os membros do conselho “incluem representantes de movimentos sociais, associações de pessoas com deficiência, grupos religiosos, associações de direitos civis e sindicatos”¹. Além disso, metade dos membros do conselho deve ser composta pela sociedade civil (usuários do sistema de saúde), porém essa regra é seguida em apenas 74% dos conselhos². Há também evidências de que os conselhos são prejudicados por sua falta de experiência digital³ e de treinamento⁴. Com efeito, esse compromisso buscou melhorar o controle social do setor de saúde ao fortalecer os conselhos de saúde mediante métodos de inclusão digital, como melhores equipamentos, conectividade e treinamento.

Embora o tema do compromisso seja importante, sua contribuição em termos de governo aberto é marginal, pois suas atividades baseiam-se principalmente em programas estabelecidos que antecedem o início do plano de ação. O principal resultado do compromisso foi a capacitação. De acordo com a autoavaliação do governo, cerca de 5.000 membros do conselho provenientes do governo e da sociedade civil foram capacitados em gestão participativa e em controle social em todos os 26 estados e no Distrito Federal⁵. Um estudo acerca desses treinamentos constatou que os alunos adquiriram um maior entendimento de seu papel nos conselhos de saúde e no processo político, o que supõe, na prática, uma mudança positiva, ainda que marginal⁶. No entanto, pesquisadores da Universidade de Toronto argumentam que capacitação no Brasil através dos Conselhos continua a ser um desafio importante⁷. As outras partes do compromisso – os padrões melhorados de equipamentos e os níveis de conectividade dos conselhos – ainda devem, igualmente, ser totalmente implementadas.

Próximos passos?

O compromisso não tem prosseguimento no plano de ação seguinte. Para o futuro, o investigador IRM recomenda investir em mecanismos de participação do conselheiro e em maior transparência para os casos investigados pelos conselhos de apropriação indevida de recursos. Uma das principais deficiências da execução do compromisso foi não entregar a expansão da conectividade para todos os conselhos de saúde.

¹ Guia de governo aberto, “Brazil’s Health Councils involve people in governing the health system,” <http://bit.ly/2fFMgYc>

² Conselho Nacional de Saúde, <https://goo.gl/qm2cn7>

³ Ilara Hämmerli et al., “Digital Inclusion and health counselors: a policy for the reduction of social inequalities in Brazil, 2009, <http://bit.ly/2fFOiaG>

⁴ Jilian Clare Kohler e Martha Gabriela Martinez, “Participatory health councils and good governance: healthy democracy in Brazil?” 19 fevereiro 2015, <http://bit.ly/2ghGd0s>

⁵ Relatório Final do Segundo Plano de Ação, Outubro 2016, <http://bit.ly/2f1BTQ5>

⁶ Assis Mafort Ouverney et al., “Democratization and continuing education: perception of former QualiConselhos students about its contributions to the improvement of health councils,” *Saúde em Debate* 40, no. spe (2016), <http://bit.ly/2nPGniy>

⁷ Martha Gabriela Martinez e Jilian Clare Kohler, “Civil society participation in the health system: the case of Brazil’s Health Councils”, 26 de Outubro de 2016, <http://bit.ly/2fhodhz>

I.9 - Ferramentas para transparência e melhoria da Governança Fundiária

Implantar o Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF), que terá a capacidade de integrar informações relacionadas à identificação, certificação e destinação de terras públicas, bem como dados como a ocupação do território nacional, assim como as diferentes instâncias ou entes governamentais responsáveis pela gestão do território, de tal forma a contribuir para o desenvolvimento efetivo de uma política de governança fundiária. Ao mesmo tempo busca garantir o acesso público às informações fundiárias e tornar mais eficiente o dispêndio governamental com a execução de georreferenciamento em terras públicas.

Instituição responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Dezembro 2013

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso	Intermediário		O governo ficou mais aberto?				
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador		Final		Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
I.9. Perfil				✓	✓			✓				✓			✓					✓

Objetivo do compromisso:

O compromisso objetivou implementar serviços de georreferenciamento de dados de terras, assim como receber, analisar e publicar parcelas territoriais georreferenciadas. Com isso, buscou-se permitir que cidadãos e outras partes interessadas mapeassem a maioria das áreas públicas e privadas das áreas rurais brasileiras. Disputas de terras são uma questão importante no Brasil, e não há dados públicos agregados de registros de propriedade rural. Alguns casos de disputa de terras remontam a séculos e estão profundamente relacionados a questões que vão desde áreas reservadas à população nativa até a urbanização forçada de grupos vulneráveis. Esses casos também envolvem disputas em torno de áreas reservadas a quilombolas – áreas de terra fundadas por quilombolas ou por escravos fugitivos de origem africana – às quais seus descendentes têm direito constitucional. Ao permitir o livre acesso aos registros de terras, com o auxílio de ferramentas de mapeamento gratuitas, o compromisso tem o potencial tanto de melhorar a transparência dos documentos públicos quanto de reduzir as ineficiências e a corrupção nos serviços públicos.

Status

Até o relatório intermediário: Finalizado

O sistema foi lançado em novembro de 2013 e registrou 90 milhões de hectares no momento da redação, incluindo 108 mil parcelas que serão objeto de regularização fundiária na Amazônia Legal, área correspondente a 8 milhões de hectares. A ferramenta permite aos cidadãos consultar e baixar dados individuais catalogados sobre parcelas de terra, requisitos, certificações e estatísticas sobre o total de parcelas de terra certificadas pelo governo. Por último, os cidadãos podem ter acesso a

Versão para comentários públicos: favor não citar

dados sobre fronteiras de propriedades rurais e sobre contratos de serviços para georreferenciar dados de terras.

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Transformador

O contexto histórico-político do compromisso é extremamente importante. De acordo com dados do governo, há mais de 50 milhões de hectares de terras federais não alocadas¹, muitas das quais estão sujeitas a crimes ambientais, a zonas incertas de direitos territoriais e a ocorrências de violência e de insegurança². A ferramenta implementa transformou esse cenário positivamente ao promover melhorias na governança da terra. Anteriormente, o processo de certificação de propriedade levava em média dois anos e meio, e após a implementação do sistema o mesmo processo é feito em tempo real. Além disso, as informações intermediárias do processo foram igualmente abertas, o que aumenta a transparência do processamento de dados, e há ainda a possibilidade de download de dados e introdução de ferramenta de visualização de dados. Com a informação tornada pública, os cidadãos podem verificar seus registros de terra sem intermediação de cartórios, e podem ainda identificar de forma independente irregularidades no registro, ou interseção de registro com terras de terceiros. É possível ainda identificar áreas não registradas, ou usar a ferramenta para verificar a veracidade de anúncios de vendas de propriedade.

O sistema online já tem mostrado resultados promissores. Desde o seu lançamento em 2013, o número de certificações de terras aumentou dramaticamente. De acordo com dados do governo, o número de terrenos certificados subiu de 9.029 em 2012 para 27.893 em 2013 e para 83.646 em 2015³. Além disso, a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação premiou o sistema com seu “Prêmio e-Gov 2014”⁴. Segundo o diretor da Associação dos Notários e Registradores do Estado de Mato Grosso (ANOREG-MT), em entrevista para o investidor IRM, o novo sistema é uma ferramenta muito importante para acompanhar os pedidos de atualização de registros oficiais, tendo melhorado a transparência não só para os notários e para os registradores, mas também para que os cidadãos pesquisem, identifiquem e verifiquem suas informações de registro de terras. Na opinião da ANOREG-MT, o sistema promoveu eficiência notável em um serviço público que antes era claramente desatendido⁵. Dado o modo como o sistema transformou o acesso do público à informação sobre a terra, considera-se que o compromisso contribuiu de forma notável para o governo aberto no país.

Próximos passos?

O compromisso não está incluído no Próximo Plano de Ação. Para o futuro, o investigador IRM sugere aumentar a participação da sociedade civil no que se refere ao uso da ferramenta e investir na expansão da política de dados abertos do sistema. Possíveis próximas etapas incluem traduzir o impacto e a importância do sistema para o leigo, usá-lo para investigar os problemas da terra, e incentivar os cidadãos a analisar as propriedades rurais com sinais de irregularidade.

¹ Apresentação do SIGEF, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013. <http://goo.gl/Wx96dC>

² Renata Mendonça, BBC Brasil, 2015. <http://goo.gl/ZGxj3U>

³ Richard Torsiano, “Georeferencing and the Land Management System – SIGEF,” 28-30 de Abril de 2016, <http://irib.org.br/files/palestra/35-regional-06.pdf>

⁴ Ivan Leonardi, “Sistema de Gestão Fundiária do Incra recebe prêmio e-Gov,” 30 de Maio de 2014, <http://bit.ly/1xnjw5n>

⁵ Oldemir Schwiderke (Director, ANOREG-MT), em resposta à chamada pública para comentários feitos pelo investigador IRM, março de 2017.

I.10 - Participação Social no monitoramento do Plano Plurianual e na elaboração do Orçamento Público Federal

Promover, em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a participação, a qualificação, a formação e o diálogo com a Sociedade Civil para o monitoramento do ciclo de planejamento público. O compromisso será o de aplicar a metodologia de monitoramento de programas transversais pela sociedade civil e de promover o debate para o recebimento de propostas e sugestões para o aperfeiçoamento do referido ciclo. Visa-se, então, ampliar a conexão entre a participação social e as expressões das escolhas estratégicas de governo, de forma a tornar o planejamento das políticas públicas um processo mais aberto, transparente e responsivo. Será dado início ao monitoramento participativo do Plano Plurianual (PPA) e ocorrerá o aperfeiçoamento da consulta virtual para recebimento de propostas da sociedade civil para a formulação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Instituição responsável: Secretaria-Geral da Presidência da República

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Fevereiro 2014

I.10. Perfil	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substativo	Finalizado	O governo ficou mais aberto?				
																	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
				✓	✓	✓	✓	✓			✓					✓					

Objetivo do compromisso:

O compromisso objetivou promover atividades de governo aberto no principal processo orçamentário brasileiro. O modelo orçamentário brasileiro é composto por três instrumentos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Juntos, esses instrumentos proveem o planejamento e a execução de políticas públicas federais. O compromisso procurou implementar uma metodologia para abrir o processo com vistas a uma maior participação da sociedade civil, inclusive por meio de eventos presenciais e do uso de aplicativos para smartphones e de ferramentas online.

Status

Até o relatório intermediário: Finalizado

O compromisso foi concluído com a relatório de progresso. A agência implementou dois Fóruns Interconselhos, os quais consubstanciaram eventos presenciais para a sociedade civil, a fim de monitorar o PPA e a LDO em parceria com o governo. Além disso, foram oferecidos aos membros do conselho e a movimentos sociais cursos de capacitação sobre planejamento estratégico municipal e sobre orçamentos governamentais. O governo também completou o aplicativo Mais Brasil, o qual disponibiliza ao público fragmentos de política e informações sobre os programas temáticos do

Versão para comentários públicos: favor não citar

PPA¹.

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Pequeno avanço

Participação cívica: Pequeno avanço

Responsabilidade pública: Pequeno avanço

A despeito do papel pioneiro do Brasil na implementação de orçamentos participativos em nível municipal (o qual remonta à década de 1980)², não houve nenhuma iniciativa similar em nível federal. Esse compromisso objetivou solucionar essa lacuna, de modo a abrir o principal processo orçamentário do Brasil à participação pública mediante o uso de ferramentas cívicas disponíveis no âmbito nacional para auxiliar a tarefa. Há muitos desafios no que tange ao aumento do acesso à informação, da participação cívica e da *accountability* social em um sistema de orçamentação tão complexo, mas o compromisso envolveu diferentes metodologias e ferramentas com vistas a proporcionar aos cidadãos um acesso mais fácil à informação orçamental, a treiná-los sobre os processos orçamentais e a promover oportunidades de interação entre a sociedade civil e o governo.

Embora o aplicativo Mais Brasil tenha facilitado o acesso dos cidadãos a informações sobre os programas orçamentários, o principal resultado do compromisso foi o aumento da participação cívica e do monitoramento do orçamento federal. Graças aos Fóruns Interconselhos mencionados anteriormente, os cidadãos tiveram uma oportunidade para compartilhar propostas orçamentárias com o governo e debatê-las em audiências públicas. Os Fóruns receberam o Prêmio do Serviço Público das Nações Unidas de 2014 por “promoverem a participação em decisões de políticas públicas por meio de mecanismos inovadores”³. A sociedade civil, entretanto, não viu os Fóruns como favoráveis. De acordo com o Instituto Brasileiro de Estudos Socioeconômicos (INESC), “os Fóruns Interconselhos permitem apenas debates políticos gerais, sem discussões orçamentárias. O tempo para discussões é curto, de modo que sobra pouco tempo para propostas cuidadosamente consideradas e planejadas”⁴. Além disso, em uma carta aberta ao governo, 164 organizações da sociedade civil criticaram anteriormente o governo por ele não ter considerado seus comentários nos Fóruns Interconselhos⁵. Some-se a isso o fato de que os Fóruns Interconselhos começaram antes do plano de ação analisado, considera-se que o compromisso teve contribuição apenas marginal para o avanço do governo aberto durante o período.

Próximos passos?

O compromisso tem prosseguimento no plano de ação seguinte. Na nova forma do compromisso, o governo pretende expandir a participação social no PPA por meio dos Fóruns Interconselhos e de novas ferramentas digitais, como audiências públicas digitais temáticas. O investigador IRM recomenda dedicar tempo suficiente para discussão e debate orçamentários com representantes da sociedade civil, além de fortalecer os mecanismos de *feedback* com vistas a assegurar que as sugestões da sociedade civil sejam consideradas em tempo hábil, de modo a influenciar o processo.

¹ PPA Mais Brasil, <http://ppamaisbrasil.planejamento.gov.br/sitioPPA/>

² Yves Sintomer et al. “Learning from the South: Participatory Budgeting Worldwide – an Invitation to Global Cooperation,” Dezembro de 2010, <http://bit.ly/2g0ujqw>

³ 2014 United Nations Public Service Awards Winners, <http://bit.ly/1I2wTmC>

⁴ Raphael Georges, “PPA 2016-2019: uma avaliação do processo”

⁵ Carta Aberta do Governo, <http://bit.ly/2f4mgUU>

I.11 - Sistema de Monitoramento das Demandas dos Movimentos Sociais

Implantar sistema– a partir do conjunto de informações disponíveis na instância interministerial denominada “Mesa de Monitoramento” – que constitua uma estratégia de acompanhamento, monitoramento e avaliação da ação governamental em resposta às demandas dos movimentos sociais encaminhadas ao Governo Federal por meio da Secretaria-Geral da Presidência da República, de tal maneira a viabilizar o necessário aperfeiçoamento dos processos de trabalho, a troca de informações e a articulação intragovernamental para a efetiva resolução de pautas e demandas apresentadas pela Sociedade Civil.

Instituição responsável: Secretaria-Geral da Presidência da República

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Julho 2014

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso		Intermediário		O governo ficou mais aberto?				
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substancial	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
I.11. Perfil				✓	✓	✓	✓				✓					✓			✓		

Objetivo do compromisso:

O compromisso objetivou estabelecer uma estratégia de monitoramento e de avaliação das ações governamentais em resposta às demandas dos movimentos sociais. Especificamente, procurou-se estruturar a gestão governamental das demandas provenientes de movimentos sociais, além de vincular essas demandas aos compromissos públicos assumidos pela presidência e mediar o contato entre os ministérios e a sociedade civil, a fim de maximizar sua implementação.

Status

Até o relatório intermediário: Finalizado

Durante o período de vigência do plano de ação, o governo publicou um regulamento que institucionalizou a “Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais” (Decreto 8.243/2014, Art. 19) e normatizou seus procedimentos internos (SG/PR nº 39, 17/12/2014). A Mesa de Monitoramento é composta pelos secretários-gerais de todos os ministérios, que se reúnem trimestralmente para desenvolver e para monitorar as respostas do governo às demandas da sociedade civil. A Mesa de Monitoramento igualmente divulga relatórios públicos com respostas oficiais às demandas dos cidadãos no portal Participa.br.

Versão para comentários públicos: favor não citar

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Pequeno avanço

Participação cívica: Pequeno avanço

Responsabilidade pública: Pequeno avanço

O compromisso resultou na criação formal de um sistema estratégico de monitoramento das demandas cívicas, que é uma contribuição para o governo aberto. Embora ainda seja novo, o sistema já foi usado para responder a muitas demandas dos cidadãos. Entre 2011 e 2014, por exemplo, o governo recebeu 2.433 demandas de movimentos de cidadãos urbanos e rurais. O governo classificou e sintetizou esses tipos de demandas antes de publicar suas respostas em uma série de relatórios públicos¹. Até o momento, o governo publicou seis relatórios que mencionam políticas que foram priorizadas e implementadas como resultado das demandas dos cidadãos².

A sociedade civil tem opiniões divergentes acerca do compromisso. A Plataforma pela Reforma Política considera que as Mesas configuram “um canal institucional para introduzir e discutir demandas sociais em um país com desigualdade social significativa”. Do mesmo modo, o Apologético Cristão Centro de Pesquisas argumenta que a Mesa representa um passo adiante, na medida em que destaca as agendas de movimentos sociais ao invés das de organizações sociais (muitas vezes criticadas por serem financiadas pelo Estado).

No entanto, durante o desenvolvimento do plano de ação, a sociedade civil questionou os critérios utilizados para selecionar e para priorizar as demandas. Durante as consultas sobre o decreto que estabeleceu as Mesas de Monitoramento, houve também preocupações dos cidadãos sobre a interferência das Mesa em outras áreas ministeriais, sobre os critérios utilizados para definir uma sociedade civil organizada e sobre a metodologia das Mesas. Deve-se notar ainda que, do ponto de vista das organizações da sociedade civil, houve uma falta de transparência na priorização, pelo governo, das propostas da sociedade civil, o que limitou as melhorias rumo a um governo aberto.

Apesar de suas limitações, as Mesas de Monitoramento fornecem aos cidadãos relatórios periódicos que listam as demandas da sociedade civil e a forma como o governo as abordou. Contudo, não é possível concluir que os resultados mais tangíveis do compromisso (como o aumento dos fundos públicos em dez vezes para apoiar a agricultura familiar ou a expansão dos programas de habitação social) foram alcançados graças aos pedidos da sociedade civil e não aos planos de políticas existentes. Como resultado, o compromisso representa uma melhoria marginal no governo aberto.

Próximos passos?

O compromisso não tem prosseguimento no plano de ação seguinte. Caso ele seja levado adiante no futuro, o investigador IRM sugere explicitamente definir e divulgar os critérios utilizados pelo governo para decidir sobre quais petições agir, além de adotar mecanismos para maior transparência nas propostas à medida que são recebidas, priorizadas e monitoradas.

¹ Secretaria-Geral, “Participação Social no Brasil: Entre Conquistas e Desafios,” 15 de Dezembro de 2014, <http://bit.ly/2g2GrVW>

² Biblioteca Digital de Participação Social, <http://biblioteca.participa.br/jspui/handle/11451/326>

1.12- Formação em educação fiscal

Desenvolver diversos produtos pedagógicos em Educação Fiscal, a serem ofertados para estudantes, servidores das três esferas de governo, gestores, conselheiros, lideranças comunitárias, entre outros. Além disso, a Escola Fazendária buscará ampliar a oferta de cursos sobre disseminação da educação fiscal, bem como estruturar um plano de formação permanente sobre o tema, de tal forma a construir uma matriz curricular e um alinhamento pedagógico de largo alcance. Também contribuirá com as instituições de controle interno e externo e com as redes de “Observatórios Sociais do Orçamento” e de “Cidades Justas e Sustentáveis” para a criação de um roteiro padrão destinado à construção de portais da transparência públicos amigáveis para o cidadão comum. Com isso, espera-se que a organização possa contribuir no sentido de fomentar a consciência crítica dos cidadãos e dos gestores acerca da relevância do controle social e da gestão democrática dos recursos públicos, de aprimorar a qualidade dos processos de formulação, execução e avaliação das políticas públicas e de melhorar a capacidade estatal de combater o desperdício ativo e passivo do erário.

Instituição responsável: Ministério da Fazenda

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Dezembro 2014

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progress o	Interme diário		O governo ficou mais aberto?					
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador		Não iniciado	Limitado	Substativo	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço
I.12. Perfil			✓		✓	✓	✓			✓				✓				✓			

Objetivo do compromisso:

Este compromisso está associado à política da Escola de Administração Fazendária no sentido de promover o Programa Nacional de Educação Fiscal. Objetivou-se fortalecer a capacidade dos servidores públicos, dos representantes da sociedade civil nos conselhos educacionais, e do público em geral no tocante às políticas tributárias. Em particular, o compromisso tem três pilares principais: novas diretrizes curriculares para educação fiscal (aprender, por exemplo, sobre como o governo coleta e gasta dinheiro e sobre como os poderes Legislativo e Executivo alocam e gastam recursos públicos), portais de transparência pública de melhor qualidade e acessibilidade, e a expansão dos atuais cursos sobre educação fiscal.

Status

Até o relatório intermediário: Limitado

Duas das três partes do compromisso não foram concluídas (isto é, diretrizes curriculares para

Versão para comentários públicos: favor não citar

educação fiscal e melhoria dos portais de transparência). A terceira parte, relacionada à expansão dos atuais cursos de educação fiscal, foi concluída. Os cursos de educação fiscal para professores e para funcionários públicos foram estendidos a profissionais da educação pública, e estavam em desenvolvimento cursos similares a alunos do ensino médio, a estudantes universitários e ao público em geral.

Status final: Limitado

De acordo com a autoavaliação do governo, as atividades de educação fiscal prosseguiram em 2015. O governo realizou seminários e palestras sobre a importância da educação fiscal. Além disso, o governo continuou a oferecer cursos de educação fiscal e, inclusive, cursos de ensino a distância voltados para profissionais, para funcionários públicos, para professores e para futuros professores. O governo também distribuiu recursos relacionados a educação fiscal para todos os estados e para o Distrito Federal, para cursos em andamento¹.

O investigador IRM, porém, não encontrou nenhuma evidência de progresso em direção aos outros elementos do compromisso desde o Relatório de Progresso. Consequentemente, duas das três partes do compromisso permanecem incompletas.

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Mantém o status quo

Participação cívica: Mantém o status quo

Responsabilidade pública: Mantém o status quo

Ao final do período de implementação, o compromisso havia sido apenas parcialmente concluído. A única parte do compromisso que foi realizada – expansão dos cursos de educação fiscal – não retesou a prática do governo, uma vez que se tratava de uma pequena modificação a um programa existente. De fato, de acordo com Revista Catarinense de Ciência Contábil, 26 dos 27 estados brasileiros já realizavam cursos de educação fiscal em 2012². O aperfeiçoamento dos portais de transparência pública para aumentar a conscientização do controle social foi o elemento mais relevante do compromisso com os valores da OGP, porém não foi concluído. Como resultado, o compromisso não mudou o *status quo*.

Próximos passos?

O compromisso não está incluído no Próximo Plano de Ação. No futuro, o investigador IRM sugere investir no uso de aplicativos e de ferramentas participativas para responsabilizar o governo, além de ensinar os cidadãos como eles podem denunciar o uso indevido de fundos públicos.

¹ Relatório de Avaliação Final – 2º Plano de Ação Nacional, Outubro 2016, <http://bit.ly/2f1BTQ5>

² Adriano K. Reis et al, Revista Catarinense de Ciência Contábil, 2012. <http://goo.gl/z0bp8j>

Versão para comentários públicos: favor não citar

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Pequeno avanço

Participação cívica: Pequeno avanço

Responsabilidade pública: Pequeno avanço

O compromisso promove diretamente os valores da OGP ao implementar os princípios de governo aberto nos institucionalizados Conselhos Locais de Assistência Social do SUAS. Os conselhos existentes são mecanismos ativos de participação, com uma parcela considerável de representantes da sociedade civil, inclusive com membros de grupos vulneráveis, como pessoas sem-teto. Além disso, esses conselhos realizam solicitações de acesso a informações e são responsáveis pelo monitoramento do desembolso de fundos de assistência social.

Como parte do compromisso, o governo vinculou as distribuições de fundos ao nível de representação e de participação nesses conselhos. Os conselhos devem agora responder a perguntas sobre sua presença e seu papel nos pedidos de financiamento. O compromisso é igualmente importante na medida em que os municípios se engajaram para abrir os objetivos do governo, embora não haja evidência, neste momento, de resultados tangíveis. Os outros aspectos do compromisso não melhoraram significativamente o governo aberto. Conquanto novos prêmios do governo por inovadores mecanismos participativos relacionados a controle social sejam positivos, estes configuram-se em passos incrementais para o governo aberto. Consequentemente, o investigador IRM considera que o compromisso abriu o governo de forma marginal.

Próximos passos?

Esse compromisso não tem prosseguimento no Próximo Plano de Ação. Para o futuro, o investigador IRM sugere documentar as práticas recomendadas (por exemplo, estudos de caso) sobre como os Conselhos podem promover serviços públicos melhores e aumentar o envolvimento cívico.

Tema 2: Aumento da Integridade Pública

2.1 - Biblioteca do acesso transparente à informação

Desenvolver ações com vistas à publicação de enunciados referentes às decisões adotadas pela Controladoria-Geral da União, no exercício da competência de instância recursal da Lei de Acesso à Informação, a fim de dar transparência a esses processos decisórios. Em um segundo momento, será criado um vocabulário controlado para a elaboração de ementários, de forma a permitir pesquisas temáticas com maior grau de acuidade. Adicionalmente, o sítio deverá conter informações quantitativas acerca de indicadores de provimento, provimento parcial e indeferimento dos pedidos/recursos em cada instância.

Instituição responsável: Controladoria-Geral da União

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Agosto 2014

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso		Interme diário Final		O governo ficou mais aberto?				
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substativo	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
2.1. Perfil				✓	✓			✓			✓					✓				✓	

Objetivo do compromisso:

O compromisso tem como objetivo melhor organizar e divulgar a jurisprudência de acesso à informação no país, com base nos registros de apelação da Controladoria Geral da União (CGU). Especificamente, o compromisso tem como objetivo oferecer, em um espaço virtual, informações organizadas sobre legislação, jurisprudência e literatura especializada acerca do acesso à informação, a fim de melhorar a regulamentação e aumentar a responsabilidade pública.

Status

Até o relatório intermediário: Finalizado

O compromisso foi concluído. As perguntas mais frequentes sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI) são agora respondidas online, e os cidadãos também podem acessar legislações relacionadas e a história da lei. Além disso, o governo criou uma coleção de documentos para estabelecer um vocabulário LAI para pesquisas mais fáceis e publicou relatórios estatísticos que estão disponíveis para download.

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Grande avanço

O compromisso fortalece a LAI, um dos principais marcos legais de governo aberto no Brasil, ao dar aos cidadãos acesso à forma como a lei funciona e como as decisões são tomadas. Os cidadãos agora podem ver e baixar solicitações anteriores de acesso à informação e a seus conteúdos, decisões de apelação sobre por que os pedidos foram concedidos ou rejeitados, e acesso geral a estatísticas de informação em formato de dados aberto. Ao mesmo tempo, as novas informações de referência sobre a lei e seus procedimentos criam uma maior compreensão sobre o processo que os cidadãos podem usar para defender seus pedidos. Conforme apontado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), o compromisso beneficia tanto as instituições governamentais quanto os cidadãos. Com isso, agências governamentais podem consultar a biblioteca virtual e determinar se certas informações devem ou não ser divulgadas sem terem que depender da CGU para reger em seu papel de apelação, o que propicia para respostas mais rápidas. Como resultado, o investigador IRM considera que este é um grande passo adiante em governo aberto no Brasil.

Próximos passos?

A "Biblioteca de Acesso à Informação" não está incluída no Próximo Plano de Ação. Para o futuro, o investigador IRM recomenda o desenvolvimento de APIs para expandir o acesso à informação e para aumentar as oportunidades para que o público em geral comente os resultados gerais do processo.

Versão para comentários públicos: favor não citar

2.2 - Banco de Preço da Administração Pública Federal

Criar um banco de dados que contenha um preço de referência dos produtos mais comprados pelo Governo Federal, a partir dos dados publicados no portal da transparência. A interface possibilitará a identificação de preços médios dos produtos, constituindo estratégia eficiente para a elaboração de orçamentos e licitações, para a disseminação de melhores práticas nas compras públicas, bem como para o apoio às ações de combate à corrupção, nas circunstâncias em que se verifique a existência de aquisições com sobrepreço.

Instituição responsável: Controladoria-Geral da União

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Outubro 2014

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso		Intermediário		O governo ficou mais aberto?				
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substancial	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
2.2. Perfil				✓	Unclear						✓					✓		✓			

Objetivo do compromisso:

Embora os dados sobre aquisições já estivessem disponíveis em formato aberto, o formato dessas informações (por compra ou por item) tornava impossível para o público (ou para o governo) calcular os preços médios dos bens. Consequentemente, o compromisso objetivou produzir uma base de dados dos preços médios dos bens comprados pelo governo por meio de avançadas análises qualitativas e quantitativas dos dados. O governo procurou utilizar a base de dados de preços para formular orçamentos e aquisições, divulgar as práticas recomendadas em compras públicas, e apoiar ações voltadas para a realização de atividades preventivas e investigativas de possíveis casos de fraude ou de corrupção.

Status

Até o relatório intermediário: Finalizado

O governo reportou (e demonstrou ao investigador IRM) que o compromisso foi concluído. A base de dados contém 80 mil preços, desagregados por região, por estado, e por época, com foco em preços de 51 produtos-chave, como papel, café, água e combustível. Além disso, o banco de dados é submetido a frequentes atualizações e validação de dados, e pode ser utilizado para identificar quais agências estão pagando acima ou abaixo dos preços médios.

Versão para comentários públicos: favor não citar

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Grande avanço

Participação cívica: Mantém o status quo

Responsabilidade pública: Mantém o status quo

O compromisso objetivou usar dados abertos divulgados pelo governo para promover análise sistemática dos valores orçamentais para combater a corrupção. Embora o compromisso não tenha sido feito para ter um mecanismo explícito para o envolvimento da sociedade civil no processo, o sistema já está disponível para uso público¹. Cidadãos já podem consultar o preço médio, máximo e mínimo de aproximadamente 50 produtos comprados pelo governo com frequência entre 2014 e 2016. O portal ainda permite que se realize a filtragem por produto, ano e região. Considerando que essa informação inexistia antes na administração pública, e que agora está disponível inclusive para consulta pública, e que isso é uma ferramenta importante e de fácil compreensão por parte do cidadão para controle de gastos públicos, considera-se que o compromisso é um grande avanço no acesso à informação. A ferramenta teve ainda boa cobertura na mídia, e recebi prêmio pela Escola de Administração Financeira do Ministério da Fazenda.²

Próximos passos?

O compromisso não está incluído no próximo Plano de Ação. Para o futuro, o investigador IRM recomenda divulgar o sistema desenvolvido e os preços de referência, a fim de aumentar o seu potencial impacto, especialmente no que se refere a objetivos de governo aberto, e incluir novos produtos.

¹ Portal da transparência, Banco de preços, <http://bancopreco.cgu.gov.br/consultarPreco/index.jsf>

² Ministério da Fazenda, ESAF, Ganhadores do prêmio, <http://bit.ly/2qASpxV>

Versão para comentários públicos: favor não citar

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Pequeno avanço

Participação cívica: Pequeno avanço

Responsabilidade pública: Pequeno avanço

O compromisso entrega uma ferramenta fundamental para promover o envolvimento da OGP no país. No entanto, a maioria dos avanços envolve a publicação de materiais informativos. Isso melhora o acesso do público à informação sobre a OGP no Brasil, e o compromisso do governo em desempenhar a tarefa. O governo reforça que o site foi frequentemente atualizado, e que centraliza e dá fácil acesso aos recursos da OGP no país, incluindo acesso à outros portais utilizado. Quanto à participação cívica e à *accountability* pública, o governo já havia criado (e estava usando) um canal participativo anterior, o e-Democracia, para o engajamento da sociedade civil na OGP. O novo portal substituiu este mecanismo, mas não o melhorou necessariamente. De acordo com o Artigo 19, o impacto do portal é limitado pela falta de atualizações regulares e pelo seu foco no fornecimento de links para os mecanismos existentes de participação e de *accountability*, em vez de estabelecer novos canais ou melhorar os anteriores¹. Ainda assim, a nova página da Web centraliza os recursos da OGP e fornece fácil acesso às iniciativas de consulta e de *feedback* do governo sobre a consulta. Como resultado, o investigador IRM considera que o compromisso tem um impacto marginal sobre o governo aberto no Brasil.

Próximos passos?

O compromisso não está incluído no próximo Plano de Ação. Para o futuro, o investigador IRM sugere melhorar as ferramentas de participação cívica no portal, a fim de promover um diálogo mais permanente entre o governo e a sociedade civil.

¹ Artigo 19, contribuição na consulta, Participa.br, 2014. <http://goo.gl/9S8Gki>

Versão para comentários públicos: favor não citar

2.4 - Relatórios de monitoramento do Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC)

Serão criados relatórios e painéis de indicadores, a partir de informações obtidas no Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Os relatórios servirão para que a sociedade acompanhe informações relativas à Lei de Acesso a Informação no Brasil e auxiliarão os órgãos na gestão de seus serviços de informação.

Instituição responsável: Controladoria-Geral da União

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Março 2014

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso	Interme diário		O governo ficou mais aberto?
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador		Final		
2.4. Perfil			✓		✓			✓		✓						

Objetivo do compromisso:

O compromisso objetivou aperfeiçoar o Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC), que se tornou um dos dois principais mecanismos de acompanhamento da Lei de Acesso à Informação (LAI). O e-SIC automatiza dados sobre a implementação e o sistema de solicitações de acesso a informações em tempo real. Embora o compromisso 2.1 se concentrasse na compreensão da jurisprudência envolvendo a LAI, o presente compromisso objetivou melhorar o monitoramento em tempo real de solicitações de informações e identificar problemas de divulgação de informações em cada agência. Especificamente, esse compromisso buscou publicar relatórios de monitoramento para tanto aperfeiçoar a supervisão das informações relacionadas à LAI quanto ajudar as instituições governamentais a gerenciar melhor os pedidos de informações.

Status

Até o relatório intermediário: Finalizado

Os relatórios e-SIC são disponibilizados online e também podem ser baixados em padrões abertos¹. Os relatórios contêm informações sobre solicitações, respostas, recursos e solicitantes relacionados à LAI. O compromisso também estabeleceu uma rede de especialistas governamentais e de funcionários públicos interessados em padrões e em práticas de e-SIC, a qual é composta por mais de 300 membros e é utilizada pelo governo para avançar na implementação do compromisso.

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Pequeno avanço

Anteriormente, as informações monitoradas por meio do e-SIC estavam disponíveis somente para os gerentes do sistema. Esse compromisso objetivou veicular publicamente essa informação e condensá-la em relatórios de monitoramento. O compromisso melhora o *status quo* por meio da publicação de indicadores e de dados sobre a implementação da LAI, como o número de solicitações e de respostas por agência, e as razões para declinar certas solicitações. No entanto, tem-se alcance limitado, na medida em que se trata de informações apenas sobre o Poder Executivo e não leva em consideração o uso de dados pela sociedade civil. O Artigo 19, por exemplo, usa a amostragem para visualizar os dados do e-SIC em todos os ramos do governo. Embora os novos relatórios de monitoramento estejam baseados em todos os dados de solicitação de informações, o que amplia a quantidade de informações disponíveis publicamente, o investigador IRM considera que esse compromisso avançou marginalmente no que se refere ao acesso às informações, dadas as ferramentas da web existentes para visualizar os dados do e-SIC².

Próximos passos?

Embora os relatórios de monitoramento do e-SIC não tenham prosseguimento no plano de ação seguinte, o objetivo geral desse compromisso – maior monitoramento do desempenho do governo com relação à LAI – é levado adiante. Especificamente, o Próximo Plano de Ação inclui um compromisso que, entre outras coisas, objetiva avaliar as respostas governamentais às solicitações de informação e estabelecer diretrizes para as mesmas. Para o futuro, o investigador IRM recomenda promover a interação da sociedade civil com o governo no desenvolvimento de indicadores e na *accountability* de pedidos relacionados à LAI.

¹ Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, Relatórios Estatísticos, <http://bit.ly/2f7TXVE>

² Artigo 19, Observatório, <http://observatorio.artigo19.org/>

Versão para comentários públicos: favor não citar

anticorrupção em parceria com uma popular empresa brasileira de quadrinhos (Turma da Mônica). Não obstante, trata-se de atividades de longo prazo, e é difícil determinar a sua contribuição direta para governo aberto a curto prazo.

O aspecto mais relevante do compromisso com relação a governo aberto foi a capacitação de mais de 4 mil membros de conselhos locais em controle social, por meio de cursos presenciais e online em 144 municípios. Essa iniciativa contribuiu para a capacidade de monitoramento dos conselhos locais participativos e foi selecionada pelo público para ser indicada pelo Brasil para o prêmio OGP de melhor inovação em participação social. No entanto, baseia-se em um programa já existente, e é difícil identificar mudanças no comportamento como resultado dos treinamentos. Dessa forma, o investigador IRM considera que o compromisso proporcionou uma contribuição marginal para governo aberto no momento, a despeito de seu grande potencial em contribuir para os valores da OGP no futuro.

Próximos passos?

The commitment is not *Próximos passos* to Brazil's third action plan. If the commitment is *Próximos passos* in the future, the IRM researcher recommends designing more specific milestones, and better integrating them. The Little Portal of the CGU in particular shows potential for growth and could be developed in partnership with civil society, especially with the open software community.

O compromisso não tem prosseguimento no *Próximo Plano de Ação*. Se o compromisso tiver prosseguimento no futuro, o investigador IRM recomenda a concepção de marcos mais específicos e a sua melhor integração. O “Portalzinho da CGU”, em particular, apresenta potencial de crescimento e poderia ser desenvolvido em parceria com a sociedade civil, especialmente com a comunidade de software livre.

Versão para comentários públicos: favor não citar

2.6 - Política de Gestão da Informação do Ministério da Defesa

Aprovação da Política de Gestão da Informação do Ministério da Defesa, que versará sobre os procedimentos relativos à disponibilização, à classificação, ao tratamento e à gestão da informação, no âmbito do Ministério da Defesa.

Instituição responsável: Ministério da Defesa

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Junho 2014

2.6. Perfil	Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial		Nível de progresso		Interme diário Final		O governo ficou mais aberto?							
		Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substativo	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	
					✓	✓					✓					✓					✓		

Commitment Aim

Esse compromisso visou aprovar a Política de Gestão da Informação do Ministério da Defesa, fortalecer o cumprimento da LAI e articular os planos de gestão de documentos no MD. O MD foi criado em 1999 e é responsável por atividades de grande demanda para o controle pela sociedade civil, tais como registros históricos durante o período de ditadura militar. O compromisso objetiva aumentar a transparência e o cumprimento dos procedimentos de acesso à informação, ademais de esclarecer como o acesso às solicitações de informação deve ser abordado.

Status

Até o relatório intermediário: Substantivo

O novo regulamento do MD foi desenvolvido pela primeira vez em março de 2013. Passou-se, então, para um processo de consenso entre autoridades do MD e funcionários públicos em abril de 2013, e o regulamento foi analisado pelos diferentes órgãos do ministério em novembro de 2014.

Status final: Finalizado

O regulamento foi aprovado e publicado em maio de 2015¹. O regulamento aprova formalmente a Política de Gestão da Informação do Ministério da Defesa e estabelece um protocolo formal de gerenciamento de informações e de tratamento do acesso a solicitações de informação.

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Pequeno avanço

A nova Política de Gestão da Informação do Ministério da Defesa inaugura padrões e critérios para a divulgação, a classificação e a gestão da informação. De acordo com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji):

"a iniciativa representa um avanço importante e fundamental, especialmente porque o Ministério da Defesa e as Forças Armadas ainda são mencionados como exemplos em que o sigilo é mais frequente do que a transparência. A definição dos critérios para gestão de documentos classificados na área da Defesa pode ajudar na melhor definição das hipóteses descritas nos incisos I, V e VIII do Art. 23 da LAI [que permite a classificação de documentos por razões de defesa, estratégia das Forças Armadas, e inteligência], ainda aplicados de maneira demasiadamente ampla"²

Ademais de melhorar os padrões de qualidade do procedimento de acesso à informação, o novo regulamento estipulou a criação de uma Comissão de Gestão da Informação do Ministério da Defesa, a fim de apoiar e de avaliar a implementação da nova política de gestão da informação³. A Comissão já se reuniu várias vezes e publicou um relatório sobre o status da nova política em Setembro de 2016⁴, após o encerramento do plano de ação.

Ainda que o compromisso tenha formalizado e sistematizado as práticas da LAI, os aspectos mais fundamentais da divulgação de informações pelo MD já foram implementados antes desse compromisso. Além disso, o investigador IRM não conseguiu encontrar evidências do novo regulamento que resultaram na melhoria das respostas às solicitações de informação. A finalização do compromisso configura, portanto, um avanço marginal no acesso à informação.

Próximos passos?

O compromisso não está incluído no Próximo Plano de Ação. Se o compromisso tiver prosseguimento no futuro, o investigador IRM recomenda a expansão da participação cívica, como por meio do debate sobre a reclassificação de documentos secretos e ultrassecretos (um tema importante para a sociedade civil) e da utilização de tecnologias para promover a transparência ativa em formatos de dados abertos.

¹ Ministério da Defesa, Regulamento Nº 1.000, 4 de Maio de 2015, <http://bit.ly/2eYKOnf>

² Correspondência por e-mail ao investigador IRM feita por Marina Atoji, da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo.

³ Comissão de Gestão da Informação do Ministério da Defesa, <http://bit.ly/2gdDt0J>

⁴ Relatório de Implementação da Política de Gestão da Informação do Ministério da Defesa, Setembro de 2016, <http://bit.ly/2gCw2DI>

2.7 - Base de Dados de Documentos Administrativos produzidos pela Marinha do Brasil

Criação de uma base de dados que contenha a descrição de todos os documentos administrativos produzidos pelas Organizações Militares da Marinha do Brasil (MB) e transferidos/recolhidos para o Arquivo da Marinha, a partir do ano de 2014. Será permitida a realização de consultas online pelos cidadãos.

Instituição responsável: Ministério da Defesa

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Junho 2014

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso	Interme diário		O governo ficou mais aberto?
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador		Final		
2.7. Perfil				✓	✓			✓		✓					✓	✓

Objetivo do compromisso:

Esse compromisso prometeu criar uma acessível base de dados de documentos produzidos por organizações militares, que anteriormente podiam ser acessados apenas pessoalmente. Comprometeu-se, igualmente, a digitalizar as transferências após 2014. Visou-se, dessa forma, a alinhar a base de dados com a Lei de Acesso à Informação (LAI).

Status

Até o relatório intermediário: Finalizado

O compromisso foi concluído. Arquivos estão publicamente disponíveis online, em um site que proporciona consultas à base de dados de arquivos da Marinha a partir 2014.

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Pequeno avanço

O compromisso envolve um tema de grande importância para o país: os registros das Forças Armadas. Não obstante, os registros publicados online pelo compromisso são limitados aos mais recentes períodos democráticos do país e incluem apenas documentos anteriormente desclassificados. Além disso, todas as informações que estão disponíveis online já estavam disponíveis *in loco*. Consequentemente, o investigador IRM considera o compromisso contribuiu marginalmente para o governo aberto.

Versão para comentários públicos: favor não citar

Próximos passos?

O compromisso não está incluído no Próximo Plano de Ação. Para o futuro, o investigador IRM recomenda a expansão e a adoção de padrões abertos de dados e de APIs para incentivar a reutilização dos dados.

2.8 - Dados Educacionais Abertos

Adequação dos dados educacionais, já disponibilizados pelo MEC, ao formato de dados abertos, de modo aderente aos princípios de dados abertos e à Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA, possibilitando a ampliação do acesso pelo cidadão, inclusive com disponibilização de consultas com filtros e com o acesso a formatos que permitam tratamento amigável.

Instituição responsável: Ministério da Educação

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Março 2015

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso	Interme diário		O governo ficou mais aberto?
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador		Final		
2.8. Perfil				✓	✓			✓				✓	✓			✓

Objetivo do compromisso:

O compromisso objetivou aperfeiçoar a qualidade dos dados de um dos principais portais do Ministério da Educação (MEC), a fim de garantir a conformidade dos dados com os princípios de dados abertos e com os padrões da INDA (Infraestrutura Nacional de Dados Abertos), de modo a aumentar o acesso do cidadão à informação..

Status

Até o relatório intermediário:Not started

O compromisso não foi iniciado, pois o governo adiou as datas para a entrega do compromisso. A principal fonte de dados para o MEC, o Painel do MEC, não estava em formato de dados aberto na revisão de meio termo. Além disso, representantes do governo desafiaram alguns dos princípios básicos de dados abertos em entrevistas com o investigador IRM.

Status final: Not started

Não há evidência de progresso adicional. O site <http://painel.mec.gov.br/> ainda não está em conformidade com os padrões de dados abertos. Note-se que o Ministério da Educação publicou seu Plano de Dados Abertos em junho de 2016, porém os detalhes do compromisso não foram mencionados no plano¹.

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Mantém o status quo

Versão para comentários públicos: favor não citar

O compromisso não foi iniciado e, como tal, não contribuiu para um governo aberto.

Próximos passos?

Esse compromisso não tem prosseguimento no plano de ação seguinte, mas anota-se a importância do compromisso demonstrada pela sociedade civil organizada que participou da fase de consulta.

Um importante passo adiante seria o de o MEC familiarizar-se com os princípios básicos de dados abertos e com os procedimentos da INDA.

¹ Ministério da Educação, Plano de Dados Abertos, <https://goo.gl/SUU8Y>

Versão para comentários públicos: favor não citar

2.9 - Aprimoramento da transparência dos dados do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec)

Aprimorar a transparência sobre os registros das demandas do Sindec, mediante a publicação periódica de seus dados em formato aberto no Portal Dados.gov.br, observando os princípios inerentes à política de Dados Abertos Governamentais. O conteúdo divulgado poderá ser utilizado para a avaliação do impacto regulatório sob a perspectiva do consumidor, para o monitoramento da efetividade das medidas implementadas por todos os entes do sistema, além de outros órgãos públicos e o mercado, bem como para a avaliação da qualidade das relações de consumo – viabilizado mediante a elaboração de proposta de indicador pelo órgão

Instituição responsável: Ministério da Justiça

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Dezembro 2014

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso		Interme diário Final		O governo ficou mais aberto?				
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substativo	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
2.9. Perfil				✓	✓			✓			✓					✓				✓	

Objetivo do compromisso:

Esse compromisso faz referência ao Sindec, que integra processos e procedimentos relacionados aos serviços ao consumidor nos 26 estados e nas 232 instituições municipais responsáveis pela proteção ao consumidor (Procons). O compromisso objetivou divulgar regularmente os dados do Sindec em formato aberto no portal dados.gov.br, a fim de avaliar o impacto regulatório do sistema e de monitorar todas as suas entidades.

Status

Até o relatório intermediário: Finalizado

O compromisso foi concluído. Os dados do Sindec sobre as queixas dos consumidores são agora divulgados regularmente em formato aberto de dados¹. O Ministério da Justiça também incluiu o Sindec no Plano Institucional de Dados Abertos e Espaciais². Além disso, o governo lançou o Consumidor.gov.br em junho de 2014, a fim de tratar das queixas de direitos do consumidor de forma coordenada com o governo, com empresas e com cidadãos.

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Grande avanço

Versão para comentários públicos: favor não citar

A principal contribuição desse compromisso de governo aberto no Brasil é a implementação de padrões avançados de dados abertos e de governança de dados abertos para o Sindec. Anteriormente, os dados não eram facilmente acessíveis para pesquisa e para análise. Agora, organizações da sociedade civil, como o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), órgãos governamentais, como o Tribunal de Contas, além de várias organizações de mídia usaram os dados³. O uso dos dados pelos meios de comunicação, em particular, ilustra os benefícios de dados acessíveis e bem organizados para a sociedade civil. Exemplo disso são os dados do Sindec, que resultaram em uma ampla cobertura de notícias sobre o alto nível de queixas dos consumidores no setor de telecomunicações.⁴⁵ Os cidadãos agora podem identificar melhor quais setores e empresas são abusivos para os consumidores, ao passo que as empresas são incentivadas a encontrar soluções para queixas comuns dos consumidores e a melhorar os seus serviços. No entanto, seu impacto é orientado a longo prazo.

O lançamento do consumidor.gov.br, por outro lado, teve impactos mais imediatos. Trata-se de uma plataforma destinada a reduzir a dependência com relação aos meios judiciais para as queixas dos consumidores. A iniciativa é um espaço virtual para que consumidores e empresas se comuniquem diretamente entre si e resolvam conflitos. De acordo com a autoavaliação do governo, o sistema tem mais de 53 mil reivindicações de consumidores e é utilizado por mais de 74 mil usuários e 230 grandes organizações do setor privado. Além disso, quatro de cada cinco queixas são resolvidas dentro de uma semana⁶. A nova plataforma também permite aos consumidores filtrar as empresas com base nos níveis de satisfação ou de reclamações dos consumidores, e baixá-las em formato aberto de dados. De acordo com o IDEC, “...a plataforma viabiliza a solução de problemas individuais. O Idec apoia, portanto, esta via alternativa de solução de conflitos de consumo e entende que a ampla adesão dos consumidores brasileiros ao serviço contribuirá para que essa plataforma virtual se popularize como uma via rápida e eficaz de resolução de problemas.”⁷

Note-se, no entanto, que embora a liberação de dados do Sindec seja um produto direto do compromisso, o lançamento do portal consumidor.gov.br não foi incluído no plano de ação. Em vez disso, tratou-se de uma iniciativa separada de dados abertos do Ministério da Justiça. Dessa maneira, considera-se que o compromisso tal como definido no plano de ação tenha aberto o governo de forma significativa, mesmo que o consumidor.gov.br tenha sido uma conquista excepcional para o governo aberto no Brasil.

Próximos passos?

O compromisso não está incluído no Próximo Plano de Ação. Se o compromisso for levado adiante no futuro, o investigador IRM recomenda a criação de mecanismos participativos entre a sociedade civil e o governo, como formas colaborativas com vistas a melhorar as relações de consumo.

¹ Portal Brasileiro de Dados Abertos, Sindec, <http://dados.gov.br/dataset?q=sindec>

² Ministério da Justiça, Plano Institucional de Dados Abertos e Espaciais, 2014, <http://justica.gov.br/dados-abertos/plano.pdf>

³ “Procons realizaram quase 2,5 milhões de atendimentos em 2014,” Globo, 9 fevereiro 2015, <http://glo.bo/2hBhuAX>

⁴ “Setor de telecomunicações lidera queixas no Procon de SP em 2014,” Folha de São Paulo, 24 março 2014, <http://bit.ly/1MpJLnq>

⁵ “Telefonia é a mais reclamada nos Procons,” Meio e Mensagem, 9 fevereiro 2015, <http://bit.ly/2h4Y0DO>

⁶ Ministério da Justiça, Balanço do consumidor.gov.br, 15 de Junho de 2015, <http://bit.ly/2htfXz>

⁷ IDEC, 2015, <http://www.idec.org.br/especial/consumidor-gov>

2.10 - Política de Gestão de Documentos no Governo Federal

Fortalecer os serviços arquivísticos governamentais, por meio da capacitação dos servidores que atuam na área de gestão de documentos, nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA). Também haverá uma ampliação no número de reuniões técnicas entre o órgão central, os setoriais e os seccionais do SIGA.

Instituição responsável: Ministério da Justiça

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Dezembro 2013

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso		Interme diário		O governo ficou mais aberto?				
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substativo	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
2.10 Perfil			✓		Unclear					✓						✓		✓			

Objetivo do compromisso:

Com a adoção do LAI, certas condições tornaram-se necessárias para que as agências deem acesso às informações de que dispõem. Nesse contexto, o compromisso visa a fortalecer os serviços de arquivamentos governamentais por meio da capacitação de funcionários públicos encarregados da gestão documental nos órgãos e nas agências da Administração Pública Federal que sejam membros do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA).

Status

Até o relatório intermediário: Finalizado

O compromisso foi entregue com ações internas ao governo, e permitiu internamente a melhoria do acesso público aos documentos. Mais de 300 funcionários públicos de 65 agências públicas diferentes receberam treinamento como parte do compromisso, e mais de 150 agências governamentais foram envolvidas no processo. Para obter detalhes adicionais, consulte o Relatório de Progresso IRM.

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Mantém o status quo

Participação cívica: Mantém o status quo

Responsabilidade pública: Mantém o status quo

O compromisso limitou-se a apenas atividades intragovernamentais. Embora os resultados possam melhorar as oportunidades futuras de avançar no governo aberto, o compromisso como tal não mudou o *status quo* do governo aberto no país.

Próximos passos?

O compromisso não está incluído no Próximo Plano de Ação. Se o compromisso for prosseguido no futuro, o investigador IRM recomenda o desenvolvimento de mecanismos de participação da sociedade civil e o alinhamento da Política de Gestão de Documentos com políticas de acesso à informação e de *accountability* pública.

2.11 - Abertura dos dados da execução do orçamento da União e das compras governamentais

Realizar a abertura dos dados da Lei Orçamentária Anual (LOA), da execução orçamentária e das informações sobre compras governamentais seguindo os princípios dos dados abertos. Também serão abertos dados do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG). O objetivo é disponibilizar plataformas para que os cidadãos tenham acesso às informações atualizadas sobre a execução orçamentária e a respeito de compras, licitações, atas de registro de preços e outros dados do processo de compras do governo federal. A plataforma também visa a beneficiar os interessados em desenvolver novas visões, aplicativos, e serviços a partir dos dados do orçamento e das compras públicas. A ação facilitará a integração dos dados orçamentários e das compras governamentais em sistemas de informação estruturantes e setoriais, ampliando a possibilidade de implementar mecanismos que garantam a integridade dos dados dos referidos sistemas e permitindo a construção de análises e relatórios gerenciais. Os dados desses sistemas, por sua vez, quando divulgados como dados abertos, permitirão análises mais profundas, proporcionando um controle social mais efetivo.

Instituição responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Abril 2014

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso		Interme diário Final		O governo ficou mais aberto?				
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substativo	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
2.11. Perfil				✓	✓			✓			✓					✓				✓	

Objetivo do compromisso:

Esse compromisso procurou criar APIs para bases de dados de compras e de orçamentos como forma de reforçar o controle social dos recursos públicos. O objetivo era garantir ao cidadão acesso a informações atualizadas sobre a execução orçamentária e sobre aquisições do Governo Federal; integridade dos dados para o desenvolvimento de análises e de relatórios gerenciais; e melhor controle social.

Status

Até o relatório intermediário: Finalizado

Tanto a API de Dados de Compras (SIASG/compras.dados.gov.br) quanto a API de Orçamento (LOA/orçamento.dados.gov.br) foram concluídas. O acesso aos dados orçamentários é de uso fácil,

Versão para comentários públicos: favor não citar

e um manual técnico foi elaborado para a comunidade de desenvolvedores. Para obter detalhes adicionais, consulte o Relatório de progresso IRM.

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Grande avanço

Os dados divulgados em formatos de dados abertos são uma importante fonte de informação para o controle social. Embora o foco do compromisso tenha sido a liberação de dados e não necessariamente o uso de dados, a API desenvolvida é uma contribuição importante para o acesso à informação, graças à escala de dados divulgados. As novas APIs incluem dados sobre fornecedores governamentais, pagamentos, detalhes de contratos, uso pretendido de fundos, tipos de compras, e instituições governamentais contratantes. As APIs incentivam outras administrações a usar o sistema e a compartilhar conjuntos de dados de forma integrada. O portal de transparência também permite consultas integradas por parte dos cidadãos e do setor privado. De acordo com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, as empresas têm usado o sistema para verificar o histórico de fornecedores, ao passo que fornecedores o têm usado para melhorar seus serviços aos clientes. Quanto aos cidadãos, esta é uma área de alta demanda. Transparency Hacker e outras organizações da sociedade civil têm organizado *hackathons* para incentivar o uso de dados, incluindo eventos *hackathon* realizados em parceria com outras organizações da sociedade civil latino-americana¹. Há também evidências de uso dos novos dados, embora até agora a captação tenha sido limitada². Outras inovações recentes do Ministério neste campo incluem um aplicativo móvel para os cidadãos entenderem como sua cidade está gastando fundos públicos de forma semelhante ou diferente de outras cidades³.

Próximos passos?

O compromisso não está incluído no Próximo Plano de Ação. Se o compromisso for levado adiante no futuro, o investigador IRM recomenda a criação de marcos para incentivar o uso de dados. Integrar esses bancos de dados com o Encontro Nacional de Dados Abertos, por exemplo, e usar os dados em *hackathons* poderia ser uma forma mais sistemática de aumentar a sinergia entre as iniciativas.

¹ Hackatona Latino-Americana, 7 de Junho 2014, <http://bit.ly/2hA2jMI>

² Cirilo Max Macedo e Díbio Leandro Borges, Extração de dados da Web relativos a licitações e contratos públicos para inferência por reconhecimento de padrões estatísticos: estudo de caso, 2015, <http://icofcs.org/2015/ICoFCS-2015-013.pdf>

³ Diferentona, <http://portal.convenios.gov.br/aplicativo-as-diferentonas>

Versão para comentários públicos: favor não citar

2.12 - Disseminação da cultura de abertura de dados públicos junto a governos locais

Sensibilizar gestores estaduais e municipais, além de representantes do legislativo, do judiciário e do ministério público para que eles atentem para a importância da sedimentação de uma cultura de dados abertos. Além disso, os gestores federais deverão compartilhar boas práticas, disseminar padrões e trocar experiências com outras esferas e poderes de governo no Brasil. Pretende-se, a partir do desenvolvimento desses processos colaborativos, que haja a inserção de conteúdos de outras esferas governamentais no Portal dados.gov.br.

Instituição responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Novembro 2014

2.12. Perfil	Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso		Interme diário		O governo ficou mais aberto?				
																Final						
		Nenhuma				Acesso à informação				Nenhuma				Não iniciado		Substativo		Piorou				
		Baixa				Participação cívica				Pequeno avanço				Limitado				Mantém status quo				
		Média				Responsabilidade Pública				Grande avanço						Finalizado		Pequeno avanço				
		Alta				Inovação				Transformador								Grande avanço				
																		Transformador				
	✓	✓				✓				✓						✓		✓				

Objetivo do compromisso:

Esse compromisso decorreu da necessidade de integrar iniciativas de dados abertos entre órgãos federais. Seu objetivo é compartilhar boas práticas, disseminar padrões, trocar experiências com outros níveis e ramos do governo, além de aumentar o uso de dados no Portal dados.gov.br por outros níveis governamentais.

Status

Até o relatório intermediário: Finalizado

O compromisso foi concluído graças ao Segundo Encontro Nacional de Dados Abertos, a um concurso nacional de dados abertos, e à criação de uma seção portal nacional de dados abertos dedicada a inserir conteúdo de outras agências governamentais. Para obter detalhes adicionais, consulte o Relatório de Progresso IRM.

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Pequeno avanço

O compromisso resultou em uma série de eventos informais e de reuniões paralelas para compartilhar boas práticas com os estados. Embora a iniciativa seja válida e fundamental para expandir o governo aberto rumo a outros níveis do governo, não há evidências que sugiram uma maior ou melhor publicação de informações para além da inclusão de já existentes iniciativas

Versão para comentários públicos: favor não citar

loais relacionadas a dados no portal nacional de dados. A maioria das ações do compromisso promoveu a cultura do governo aberto e o aperfeiçoamento de ferramentas e de programas existentes por meio de palestras e de eventos, o que representa uma contribuição importante, ainda que marginal, para o governo aberto.

Próximos passos?

O compromisso não é levado adiante para o Próximo Plano de Ação. Para o futuro, o investigador IRM recomenda a adoção de metas mais específicas e, em particular, a adição de marcos especificamente relacionados ao uso de conjuntos de dados novos ou existentes publicados pelo governo. Também é importante estabelecer um mecanismo permanente para garantir a conscientização sobre o governo aberto, como um portal de práticas recomendadas ou de estudos de caso de atividades de governo aberto desenvolvidas no país, mas não diretamente relacionadas ao processo da OGP.

2.13 - Tecnologias de suporte e modelos de licenciamento para a publicação de dados abertos

Pesquisar, desenvolver e disponibilizar tecnologias para facilitar a extração, transformação e publicação de dados pelas organizações públicas seguindo os princípios de dados abertos, bem como os modelos de licenças existentes para Dados Abertos sob o ordenamento jurídico brasileiro, de tal forma a avaliar a necessidade de adotar um modelo de licenciamento próprio. Os documentos de compilação das soluções tecnológicas e das conclusões sobre o licenciamento serão desenvolvidos com a participação da sociedade, da Academia, de comunidades de desenvolvedores e do terceiro setor, e serão publicados no Portal Brasileiro de Dados Abertos.

Instituição responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Agosto 2014

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso	Interme diário		O governo ficou mais aberto?
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador		Final		
2.13. Perfil				✓	✓	✓		✓		✓					✓	

Objetivo do compromisso:

O compromisso objetivou definir um modelo de licenciamento de dados para o uso de dados de governo aberto, que é fundamental para promover a reutilização de dados abertos entre a sociedade civil e empresas do setor privado. Um objetivo secundário foi desenvolver ferramentas de publicação de dados, a fim de promover o uso de dados de governo aberto já divulgados.

Status

Até o relatório intermediário: Finalizado

A proposta de licença de dados foi concluída. Além disso, o governo atualizou seu portal de dados com maior integração e classificação de dados, assim como lançou um conjunto de ferramentas de dados abertos para agências governamentais.

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Pequeno avanço

Participação cívica: Pequeno avanço

O compromisso consiste em um passo essencial, ainda que preliminar, para a promoção de dados abertos no país. Trata-se de uma melhoria no acesso à informação, na medida em que o portal de dados atualizado e o novo conjunto de ferramentas fornecem um quadro mais robusto e mais claro para os setores público e privado reutilizarem dados governamentais, e para o governo liberar

Versão para comentários públicos: favor não citar

conjuntos de dados. No entanto, a contribuição do compromisso é marginal a curto prazo – e incerta a longo prazo – porque o licenciamento ainda não foi implementado e porque as ferramentas de liberação de dados ainda estão em processo de implementação pelas agências governamentais.

Em termos de participação cívica, vale notar que a licença foi desenvolvida com o uso ferramentas colaborativas, como wiki e Grupos do Google. Há evidências de uma ampla participação de organizações da sociedade civil e de ativistas nos grupos de discussão, e as organizações da sociedade civil exerceram a função de liderança no desenvolvimento das próprias licenças¹, já que o compromisso foi concluído em parceria com a Open Knowledge Foundation.

Próximos passos?

O compromisso não tem prosseguimento no plano de ação seguinte. Para o futuro, o investigador IRM recomenda implementar o modelo de licenciamento e incentivar a sociedade civil e o setor privado a monitorarem sua implementação.

¹ Google Groups Instituto Nacional de Dados Abertos, <https://groups.google.com/forum/#!forum/lista-inda-gt3>

Versão para comentários públicos: favor não citar

2.14 - Informações dos sistemas governamentais em formato de dados abertos

Estimular o aumento da quantidade de informação em dados abertos ofertadas pelos órgãos públicos, por meio da implementação de Planos de Dados Abertos (PDA), com acompanhamento e priorização do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), como descrito no Plano de Ação da INDA.

Instituição responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Dezembro 2014

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso	Interme diário		O governo ficou mais aberto?
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador		Final		
2.14. Perfil			✓		✓	✓		✓			✓				✓	

Objetivo do compromisso:

Esse compromisso objetivou encorajar a adoção de Planos de Dados Abertos (PDA) como forma de melhorar a implementação de práticas de dados abertos dentro das agências governamentais. Os PDAs documentos orientadores para a abertura de dados com um padrão mínimo de qualidade, de modo a aumentar a eficiência, a padronização e a responsabilidade pública de políticas de dados abertos e de programas de agências públicas.

Status

Até o relatório intermediário: Finalizado

O PDA do Ministério do Planejamento passou por um processo colaborativo e transparente ao final do ano de 2013 antes de ser oficialmente publicado. O governo também divulgou um manual para a criação de PDAs e realizou seminários com outros ministérios, a fim de promover a iniciativa. Durante o período do plano de ação, tanto o Ministério do Planejamento quanto o Ministério da Justiça publicaram PDAs, sendo que este último passou por um período de comentários públicos. Uma vez que o texto do compromisso não especificava um número específico de PDA a publicar (indicava apenas que mais de um seria produzido), o compromisso foi considerado completo.

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Grande avanço

Participação cívica: Grande avanço

O compromisso aborda um tema muito importante: a promoção estratégica da cultura de dados abertos dentro do governo e o estabelecimento de práticas que promovam a eficácia e a responsabilidade do processo de dados abertos em nível ministerial. Em termos de acesso à

Versão para comentários públicos: favor não citar

informação, o modelo PDA fornece um quadro para o aperfeiçoamento da qualidade, da quantidade, da gestão e da sustentabilidade das iniciativas ministeriais no tocante a dados abertos. Alguns exemplos de compromissos ministeriais são a divulgação de dados sobre gastos em infraestrutura e o acesso a dados da justiça, assim como a realização de concursos e de conferências em dados abertos.

O grande valor desse novo quadro é evidenciado pela sua amplitude de alcance. Embora os PDAs tenham sido implementados em apenas dois ministérios nacionais importantes (Ministério da Justiça e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), demais órgãos têm publicado PDAs desde o encerramento do plano de ação, como o Ministério da Fazenda¹, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística², e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações³. Até dezembro de 2016, mais de 20 agências haviam publicado PDAs⁴, inclusive as já envolvidas no Segundo Plano de Ação (como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação⁵, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária⁶ e o Ministério da Educação⁷) e outros órgãos, como o Ministério do Turismo⁸.

Quanto à participação cívica, o modelo do PDA institucionaliza a participação da sociedade civil na governança dos Planos de Dados Abertos. Especificamente, a sociedade civil tem um lugar garantido no conselho que monitora os planos e também é incluída, como padrão, na fase de consulta dos planos.

Próximos passos?

O compromisso não é levado adiante para o Próximo Plano de Ação. Para o futuro, o investigador IRM recomenda expandir a cultura do PDA para outros ministérios e desenvolver um modelo e o PDA que interaja com os três poderes do governo e com o Ministério Público. Também é importante criar métricas de monitoramento, para determinar se os planos estão sendo implementados, e documentar as práticas recomendadas, para compartilhar experiências

¹ Ministério da Fazenda, “Fazenda disponibiliza Plano de Dados Abertos (PDA),” 27 de julho de 2016, <http://bit.ly/2ipNE5m>

² “IBGE disponibiliza Plano de Dados Abertos”, 6 de Setembro de 2016, <http://bit.ly/2iNshvL>

³ Lúcia Berbert, “Por mais transparência, MCTIC institui Plano de Dados Abertos,” 13 de julho de 2016, <http://bit.ly/2ifVW7YL>

⁴ Plano de Dados Abertos, <http://wiki.gtinda.ibge.gov.br/Plano-de-Dados-Abertos.ashx>

⁵ FNDE, PDA, <https://goo.gl/PSRqtM>

⁶ ANVISA, PDA, <https://goo.gl/bOzzb0>

⁷ MEC, PDA, <https://goo.gl/2oKaI3>

⁸ Ministry of Tourism, PDA, <https://goo.gl/iyOvWO>

2.15 - Gestão da Informação Corporativa na Previdência Social (e-Governança)

Implementar a política de Gestão da Informação na Previdência Social (e-Governança), no âmbito do Ministério da Previdência Social e suas entidades vinculadas. Isso deve ocorrer por meio das seguintes iniciativas: (i) Implementar a política de gestão da informação e documentação; (ii) Promover iniciativas de preservação da memória institucional; (iii) Promover a adequação da infraestrutura tecnológica; (iv) Desenvolver Serviços de Gestão da Informação e Documentação (Sistema); e (v) Disseminar a cultura da Gestão da Informação Corporativa.

Instituição responsável: Ministério da Previdência Social

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Dezembro 2014

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso		Intermediário		O governo ficou mais aberto?				
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substancial	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
2.15. Perfil				✓	Unclear					✓				✓				✓			

Objetivo do compromisso:

Esse compromisso resultou de uma necessidade interna do governo no sentido de reformar o sistema de Gestão da Informação da Previdência Social e de suas entidades vinculadas. Abordou-se a necessidade de adaptar os sistemas arquivísticos internos aos novos regulamentos federais de sistemas de protocolos integrados, que podem levar a um melhor acesso à prestação de serviços de informação.

Status

Até o relatório intermediário: Limitado

O compromisso teve conclusão limitada, com quatro dos cinco marcos em andamento, e um não iniciado (aperfeiçoamento das práticas de memória institucional). Os marcos em andamento incluíram a implementação de uma política de gestão de informações (e-Documentação), o desenvolvimento de um sistema de gestão de informações, a execução de um plano de comunicações para a criação de uma cultura de informação corporativa, e a melhoria da infraestrutura tecnológica.

Status final: Limitado

Dois dos cinco marcos do compromisso demonstraram progresso. A política de gestão da informação e documentação foi implementada (Decreto Executivo 8.539 / 2015), e o sistema e-DOC DATAPREV foi parcialmente implementado. Esses marcos referem-se a procedimentos internos sobre como unificar protocolos em um único protocolo de rastreamento, e como os

Versão para comentários públicos: favor não citar

cidadãos (e o governo) podem acessar o processo online. O marco da memória institucional, o plano de comunicação da informação corporativa e as melhorias na infraestrutura de tecnologia permanecem incompletos.

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Mantém o status quo

Participação cívica: Mantém o status quo

Responsabilidade pública: Mantém o status quo

Embora o sistema de Previdência Social seja extremamente importante para o país, o compromisso concentrou-se em melhorar as estruturas internas, sem relevância clara para o governo aberto. Como tal, o compromisso não aperfeiçoou diretamente as práticas de governo aberto no país.

Próximos passos?

O compromisso não está incluído no Próximo Plano de Ação. Para o futuro, o investigador IRM recomenda focar mais na incorporação de dados abertos, na promoção de mecanismos de consulta, e no fortalecimento das investigações colaborativas de irregularidades.

2.16 - Aprimoramento da Transparência Ativa e da Ouvidoria do Sistema Único de Saúde (SUS)

O compromisso visa estabelecer a mediação entre o poder público e os cidadãos - conforme prevê a Lei 8080/90, regulamentada pelo Decreto 7.508/2011-, e o acesso à informação, conforme estabelecido pela Lei 12.527/2011. Pretende-se, para tanto, aprimorar o portal do Ministério da Saúde trabalhando sobre as informações mais frequentes e demandadas ao Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) e ampliar o Sistema Nacional de Ouvidorias conforme o Contrato Organizativo de Ação Pública, de tal forma a permitir o aumento da capacidade dos cidadãos de contribuir para a melhoria das políticas públicas de saúde.

Instituição responsável: Ministério da Saúde

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Dezembro 2014

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso		Interme diário Final		O governo ficou mais aberto?				
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substativo	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
2.16. Perfil				✓	✓	✓	✓	✓		✓						✓			✓		

Objetivo do compromisso:

The National Ombudsman System of the Single Health System (SUS) works to integrate a complex network of ombudsmen overseeing health services at the federal, state, and local levels. The commitment aimed to both facilitate user participation in the permanent evaluation of health services through this system and improve active transparency within the SUS.

Status

Até o relatório intermediário: Finalizado

The government simplified the ombudsman system during the action plan by adopting guidelines, conducting trainings, and releasing instructional publications for establishing additional ombudsmen within the SUS. The architecture of the system's online portal was also simplified, and a new regulation on the standardization of municipal, state and federal ombudsman practices was implemented. For additional details, please O Sistema Nacional de Ouvidoria do Sistema Único de Saúde (SUS) trabalha para integrar uma rede complexa de ouvidores que supervisionam os serviços de saúde nos níveis federal, estadual e local. O compromisso objetivou facilitar a participação dos usuários na avaliação permanente dos serviços de saúde por meio desse sistema e melhorar a transparência ativa no SUS.

Status

Até o relatório intermediário: Finalizado

O governo simplificou o sistema de ouvidoria durante o plano de ação mediante a adoção de diretrizes, a realização de treinamentos e o lançamento de publicações instrucionais com vistas à incorporação de ouvidores adicionais dentro do SUS. A arquitetura do portal online do sistema também foi simplificada, e foi implementado um novo regulamento sobre a padronização das práticas de ouvidoria municipais, estaduais e federais. Para obter detalhes adicionais, consulte o Relatório de Progresso IRM.

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Pequeno avanço

Participação cívica: Pequeno avanço

Responsabilidade pública: Pequeno avanço

Além de ser um mecanismo de transparência e de participação, a Ouvidoria representa o principal instrumento de *accountability* do governo federal. A Ouvidoria analisa os processos de acesso à informação, supervisiona as operações do Conselho do SUS que incluem membros do governo e da sociedade civil e é a mais importante instituição pública de *accountability* do SUS. Como resultado, com o objetivo de fortalecer esse sistema de ouvidoria, o compromisso teve o potencial de trazer melhorias com relação a todos os valores da OGP.

Apesar disso, a maioria dos resultados do compromisso gira em torno de regulamentações internas que não afetaram muito a forma como os ouvidores do SUS operam. Exemplo disso é que, embora existam novos acordos, diretrizes e manuais que formalizam a estrutura do sistema de ouvidoria do SUS, não há evidência concreta de melhorias significativas nas práticas de ouvidoria (como a redução dos tempos médios de processamento ou mais casos de tornar órgãos governamentais *accountable*). A Instrução Normativa nº 2416, por exemplo, estabelece expectativas e responsabilidades básicas para os ouvidores do SUS¹. Ainda que os administradores de saúde locais concordem com essas novas diretrizes², não há evidência de que a Portaria tenha resultado em uma mudança de comportamento.

Por outro lado, o governo colaborou com parceiros externos com vistas a realizar treinamentos, em todo o país, para os ouvidores do SUS³. O curso de 80 horas de duração capacitou os participantes em políticas e em marcos legais de saúde, na operacionalização dos orçamentos de auditoria, e as práticas recomendadas no campo⁴. A curto prazo, uma das principais contribuições dos treinamentos tem sido a aproximação entre os ombudsmen do SUS, que criaram novos sistemas de ouvidoria e fóruns para aprofundar a discussão das políticas de saúde do SUS⁵. Quanto ao acesso à informação, o Ministério da Saúde realizou seminários e treinamentos sobre a Lei de Acesso à Informação, o que constitui um passo positivo, ainda que marginal, rumo ao acesso à informação.

Próximos passos?

Parte desse compromisso tem prosseguimento o Próximo Plano de Ação. Especificamente, o Terceiro Plano contém o compromisso de lançar uma plataforma de transparência ativa com dados de saúde. Embora o elemento do compromisso relativo à ouvidoria não seja levado adiante, o investigador IRM recomenda investir em mecanismos de colaboração entre os usuários e o governo, a fim de promover melhorias ao sistema de ouvidoria. Também é importante documentar o impacto do sistema de ouvidoria do SUS no país. Trata-se de uma rede de ouvidoria bem estabelecida, que organiza conferências nacionais regularmente, que tem um quadro regulatório robusto e que busca ser mais acessível aos cidadãos, como mediante a adoção de um número de telefone para atendimento (136). As lições aprendidas com o sistema de ouvidoria do SUS podem ajudar a aperfeiçoar a cultura mais ampla de ouvidoria do país.

¹ Ministério da Saúde, Portaria N° 2.416, 7 de novembro de 2014, <http://bit.ly/2n4LyLF>

² Raelma Paz Silva *et al.* “The thought of municipal managers about the ombudsman as a potential tool of participatory management of SUS,” 40, no. 110 (2016), <http://bit.ly/2nPujBi>

³ Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 23 de Junho de 2016, <http://bit.ly/2nQ4aff>

⁴ “Curso Nacional Qualificação de Auditorias e Ouvidorias do SUS: Detalhamento da Estrutura de Governança e Orientações de Funcionamento do Curso,” <http://bit.ly/2oRLqLO>

⁵ Portal da Saúde, “Oficina prepara facilitadores para curso nacional de qualificação de auditorias e ouvidorias do SUS,” 26 fevereiro 2016, <http://bit.ly/2ouKWin>

2.17 - Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (SUS)

O compromisso objetiva revisar os principais normativos que ordenam o Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Nacional de Saúde - SUS. Além disso, a proposta prevê o encaminhamento do Plano Anual de Atividades de Auditoria para a Controladoria-Geral da União, para que seja acompanhado e visa a garantir o dispêndio dos recursos da saúde pública conforme os objetivos propostos, assegurando qualidade no atendimento prestado aos usuários do SUS.

Instituição responsável: Ministério da Saúde

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Dezembro 2013

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso		Interme diário		O governo ficou mais aberto?
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substativo	Finalizado	
2.17. Perfil				✓	Unclear					✓					✓		✓

Objetivo do compromisso:

Esse compromisso envolveu a revisão do Decreto 1.651/1995, que regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria (SNA) do Sistema Único de Saúde (SUS). O governo procurou rever o decreto para integrar os procedimentos do SNA com os da Procuradoria Geral da União (CGU) e para focalizar a legislação sobre o papel do SUS na gestão direta das relações entre estados e municípios.

Status

Até o relatório intermediário: Substantivo

O compromisso foi substancialmente completo. A proposta de minuta do decreto foi formulada, mas não foi publicada. Por outro lado, o Plano Anual de Atividades de Auditoria de 2014 foi submetido à CGU conforme estipulado no texto de compromisso.

Status final: Substantivo

O pesquisador da IRM não constatou progresso adicional desde a última avaliação, embora o relatório de autoavaliação de fim de mandato do governo mencione que o compromisso deveria ser concluído em dezembro de 2015. O decreto revisado não foi publicado¹.

O governo ficou mais aberto?

Versão para comentários públicos: favor não citar

Acesso à informação: Mantém o status quo

Participação cívica: Mantém o status quo

Responsabilidade pública: Mantém o status quo

A despeito de o compromisso ter sido incluído por sugestão da sociedade civil, ele não promove claramente os princípios da OGP. O objetivo do compromisso é padronizar práticas intragovernamentais e integrar sistemas. Como resultado, ele visa a criar melhores bases para futuros avanços no governo aberto, ao invés de abrir o próprio governo.

Próximos passos?

O compromisso não tem prosseguimento no plano de ação seguinte. Para o futuro, o investigador IRM recomenda publicar os resultados primários das auditorias para consulta e para monitoramento por parte do cidadão.

¹ O texto do decreto de 1995 não foi alterado por nenhuma nova resolução. Veja aqui o decreto ainda vigente, de 1995: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/d1651.htm

2.18 - Transparência da Secretaria de Relações do Trabalho

O compromisso buscará aumentar a transparência pública da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, publicando, na página do MTE na internet, as Notas Técnicas e as Notas Informativas exaradas pela Secretaria de Relações do Trabalho, bem como a relação dos processos relativos ao registro sindical em andamento com a respectiva ordem prevista para a análise no âmbito desse órgão. Assim, busca ofertar à sociedade informações claras e transparentes, visando demonstrar a lisura do procedimento de registro sindical e da análise dos processos, bem como de outras informações disponibilizadas por este órgão.

Instituição responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Julho 2014

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso		Interme diário		O governo ficou mais aberto?				
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substativo	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
2.18. Perfil				✓	✓					✓				✓		✓			✓		

Objetivo do compromisso:

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mantém e atualiza o registro das organizações sindicais e garante o respeito à independência sindical. O compromisso objetivou imprimir transparência e celeridade ao processo de registro sindical, o qual enfrenta fortes críticas da sociedade civil e dos sindicatos, que se queixam de vieses na prestação de serviços públicos¹. Diversos relatórios têm sido publicados em revistas nacionais que sugerem uma falta de transparência e possíveis irregularidades no processo de registro sindical².

Status

Até o relatório intermediário: Limitado

O compromisso foi concluído em um grau limitado. Entre 2012 e 2014, informações sobre o processo de solicitações de registro sindical foram parcialmente publicadas e atualizadas online. Porém, a parte "Notas Técnicas e Notas Informativas", do processo de registro, não foi publicada. Essas informações incluem o conteúdo real do processo de registro, como documentos, análises e respostas, em vez de apenas informações sobre datas de protocolo e outras informações de indexação do sistema.

Status final: Substantivo

O governo divulgou mais informações online sobre o processo de registro do sindicato, com a inclusão de decisões passadas e precedentes. No entanto, nem todas as Notas Técnicas e Notas

Versão para comentários públicos: favor não citar

Informativas foram publicadas. O governo ainda não publicou as análises das solicitações de registro sindical.

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Pequeno avanço

O tema do registro sindical é muito importante no Brasil. O compromisso tratava de um aspecto burocrático, ainda que essencial, dos procedimentos sindicais no país. No Brasil, apenas os sindicatos registrados podem ter acesso a determinados fundos públicos para suas atividades e, em alguns casos, a depender de certas categorias de trabalho, os fundos são distribuídos aos sindicatos por meio de um sistema em que o vencedor leva tudo (*winner-take-all*). Nesse contexto, os sindicatos acusaram o governo de ter enviesado o processo de registro. Como resultado, o acesso público à informação sobre o processo e o status dos registros sindicais é fundamental para dissipar preocupações quanto a procedimentos possivelmente corrompidos.

Ainda assim, o compromisso avançou apenas marginalmente no que se refere à transparência do sistema e à percepção de baixa transparência do processo segundo alguns representantes sindicais. A principal contribuição do compromisso foi publicar os nomes dos sindicatos que solicitaram o registro, assim como a data dessas aplicações. Isso é importante, já que, na maioria dos casos, os sindicatos são registrados (e, portanto, elegíveis para financiamento) em conformidade com uma lógica segundo a qual os ganhos vão para os que chegam primeiro. Os sindicatos e os cidadãos podem agora verificar se e quando os processos começaram. No entanto, as informações recém-publicadas não abordam a transparência do próprio processo em si, que só melhorará se mais informações estiverem disponíveis para acesso público, como, por exemplo, o motivo pelo qual certas aplicações foram processadas primeiro e a forma com que cada solicitação de registro foi analisada e classificada.

De acordo com um dos maiores sindicatos do Brasil – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) –, o compromisso manteve pouco transparente o processo de registro sindical ainda. Na opinião da CTB, enquanto a ordem dos requerentes determina a ordem segundo a qual as solicitações são distribuídas, o processo de análise dos pedidos não é transparente. Por essa razão, a CTB recomenda uma maior transparência quanto à estrutura do processo e um sistema de envio por e-mail para notificar os requerentes sobre mudanças no status de seu registro³.

Próximos passos?

O compromisso não está incluído no Próximo Plano de Ação. Para o futuro, o investigador IRM recomenda implementar o acesso público às Notas Informativas na íntegra e fortalecer os mecanismos de participação dos sindicatos nas reformas.

¹ Intersindical, “Dificuldades e desafios do movimento sindical”, 28 de Agosto de 2015. <https://goo.gl/IHdJjh>

² Claudio Dantas Sequeira, “Eles fabricam sindicatos,” Isto é, 11 de Agosto de 2011, <http://bit.ly/2hAy7vj>

³ Portal CTB, “Em audiência pública, CTB apresenta ao MTE propostas para agilizar emissão do registro sindical,” 18 de setembro de 2015, <http://bit.ly/2nTEWwJ>

Versão para comentários públicos: favor não citar

2.19 - Recomendações sobre realização de audiências públicas

Publicar recomendações sobre a realização de audiências públicas a serem utilizadas como referência para o Governo, de forma a melhorar o entendimento geral a respeito da utilização desse instrumento, bem como a sua própria qualidade.

Instituição responsável: Secretaria-Geral da Presidência da República

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Fevereiro 2014

2.19. Perfil	Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial		Nível de progresso		Interme diário Final		O governo ficou mais aberto?						
		Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substativo	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador

Objetivo do compromisso:

O compromisso objetivou sistematizar o conhecimento sobre audiências públicas como um instrumento de participação popular, com vistas aperfeiçoar sua qualidade e sua eficiência quando utilizadas pelo governo para engajar sociedade civil.

Status

Até o relatório intermediário: Finalizado

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) desenvolveu um estudo que resultou na publicação, em maio de 2013, de uma Nota Técnica. A Nota Técnica abordou os principais fatores que influenciam a eficácia das consultas públicas realizadas pelo Poder Executivo. Conforme exigido pelo compromisso, essas recomendações foram divulgadas e incorporadas à Política Nacional de Participação Social e ao Compromisso Nacional pela Participação Social por meio de consulta colaborativa.

Versão para comentários públicos: favor não citar

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Mantém o status quo

Participação cívica: Mantém o status quo

A principal contribuição potencial do compromisso foi aumentar a eficiência de um importante método de participação cívica: as consultas públicas. O compromisso também teve potencial no sentido de melhorar o acesso às normas de informação, ao adotar como padrão do governo a publicação de *feedback* por escrito a todas as consultas públicas conduzidas pelo governo. Embora o governo tenha publicado uma série de recomendações que posteriormente foram integradas à Política Nacional de Participação Social e ao Compromisso Nacional pela Participação Social, os novos princípios e diretrizes para a realização de audiências públicas não foram implementados na prática pelo governo (mesmo no âmbito das práticas de consultas públicas da própria agência implementadora).

Próximos passos?

O compromisso não tem prosseguimento no Plano de Ação seguinte. Para o futuro, o investigador IRM recomenda implementar o material de referência e adotar procedimentos de *feedback* para que o público avalie a qualidade das reuniões e monitore a qualidade do *feedback* recebido do governo.

2.20 - Auditorias Participativas nas obras da Copa do Mundo FIFA 2014

Realização de auditorias participativas em todas as cidades-sede da Copa com foco nas obras de portos e aeroportos, de maneira a atender aos requisitos de respeito aos direitos humanos e negociações e acordos com os movimentos sociais e trabalhistas. O trabalho, realizado em conjunto com a Sociedade Civil, consiste em identificar, aplicando técnicas de auditoria, pontos críticos em projetos, licenças ambientais, desapropriações e em outros aspectos técnicos e sociais que possam representar entraves aos empreendimentos e riscos às populações atingidas pelos mesmos.

Instituição responsável: Secretaria-Geral da Presidência da República

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Outubro 2014

2.20. Perfil	Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial		Nível de progresso		Interme diário Final		O governo ficou mais aberto?						
		Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substativo	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
																	</					

Objetivo do compromisso:

O compromisso visou à realização de auditorias participativas – instrumentos de controle social que incluem a participação da sociedade civil organizada – em cada uma das 12 cidades-sede da Copa do Mundo de 2014. O governo procurou trabalhar diretamente com o Comitê Popular da Copa, uma mobilização de grupos da sociedade civil, de movimentos sociais, de universidades e de organizações sociais.

Status

Até o relatório intermediário: Finalizado

Todas as 12 sedes da Copa do Mundo receberam auditorias participativas. Cada auditoria resultou em um relatório que incluía documentação das ações do governo, uma visão geral dos problemas comprovados, e instruções para apoiar queixas. Detalhes adicionais podem ser encontrados no Relatório de Progresso IRM.

Versão para comentários públicos: favor não citar

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Pequeno avanço

Participação cívica: Pequeno avanço

Responsabilidade pública: Pequeno avanço

In addition, the audits focused on the relationship between human rights and the public works preparing for the World Cup. Though this was a major issue, it is worth pointing out that the audits did not satisfy civil society's demand of identifying issues related to transparency and public integrity in the financing of the public works. In 2013, following the completion of the audits, the Popular Committee of the World Cup and the Olympics in Rio de Janeiro indicated that "there remain situations of clear lack of respect for human rights and for the collective rights of city residents, including the right to housing, mobility, the environment, work, participation, and others."¹

O compromisso tinha, na concepção, um potencial significativo para abrir o governo, uma vez que as auditorias participativas pressupõem a participação dos cidadãos. O objetivo do compromisso era que uma equipe de auditoria visitasse as 12 cidades da Copa do Mundo e se associasse a uma organização da sociedade civil. Em seguida, eles publicariam um relatório final, a fim de divulgar os problemas encontrados não só sob a perspectiva do governo, mas também sob a perspectiva da sociedade civil. O relatório, uma vez publicado, seria enviado ao conselho do governo federal responsável tanto por organizar a Copa do Mundo e quanto por lidar com as questões levantadas.

A despeito de seu potencial, o compromisso deu apenas uma contribuição marginal ao governo aberto. A equipe de auditoria conseguiu envolver organizações locais da sociedade civil, a fim de monitorar os gastos da Copa do Mundo em todas as cidades, de modo que encaminhou as conclusões ao governo e publicou relatório para acesso público. No entanto, há poucas evidências de aceitação das recomendações finais da auditoria participativa. Tal parecer é partilhado tanto pelo governo como pela sociedade civil. Nesse sentido, o compromisso configurou antes um processo de documentação de irregularidades, com a utilização da sociedade civil como fonte de informação, que um exercício devidamente participativo, que envolvesse a colaboração entre governo e sociedade civil para identificar e resolver problemas públicos.

Além disso, as auditorias centraram-se na relação entre os direitos humanos e as obras públicas de preparação para a Copa do Mundo. Embora esta tenha sido uma questão importante, vale ressaltar que as auditorias não atenderam à demanda da sociedade civil no sentido de identificar questões relacionadas à transparência e à integridade pública no financiamento das obras públicas. Em 2013, após o término das auditorias, o "Comitê Popular da Copa" e as Olimpíadas no Rio de Janeiro indicaram que "permanecem as situações de nítido desrespeito aos Direitos Humanos e ao Direito Coletivo à Cidade [do Rio de Janeiro], envolvendo o direito à moradia, à mobilidade, ao meio ambiente, ao trabalho, à participação, entre outros..."²

Próximos passos?

O compromisso não pode ser continuado, já que o evento já foi concluído. No entanto, as auditorias participativas refletem valores importantes de governo aberto e podem ser replicadas para outros tipos de projetos.

¹ Direito à Moradia "Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro," 17 maio 2013, <http://direitoamoradia.org/?p=20277&lang=en>

² Direito à Moradia, "Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro," 17 de maio de 2013, <http://direitoamoradia.org/?p=20277&lang=en>

2.21 - Indicadores municipais de participação

O compromisso envolve o levantamento de informações e o desenvolvimento de indicadores municipais para avaliar e promover a adoção de uma perspectiva participativa e de direitos na gestão pública municipal. A ideia é que sejam levantadas informações sobre o grau de abertura das administrações municipais à participação e ao controle social; seja ampliado o acesso à informação sobre a gestão municipal; e aumentado o conhecimento de representantes da sociedade civil sobre indicadores municipais e de gestores municipais sobre a adoção de uma perspectiva de direitos em políticas sociais.

Instituição responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Julho 2015

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso		Interme diário Final		O governo ficou mais aberto?				
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substativo	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
2.21. Perfil				✓	✓					✓				✓				✓			

Objetivo do compromisso:

Esse compromisso está relacionado à produção de informação sobre direitos humanos no país. Para tanto, o governo procurou utilizar a MUNIC (Pesquisa de Informações Básicas Municipais) como ferramenta de coleta de informações. O objetivo foi reunir informações e desenvolver indicadores locais para avaliar e para estimular a adoção de uma perspectiva participativa na gestão pública dos municípios.

Status

Até o relatório intermediário: Limitado

O compromisso estava em andamento, porém atrasado, até a última avaliação do IRM. De acordo com a autoavaliação do governo, o atraso ocorreu em função de greves em curso no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o órgão encarregado de realizar a pesquisa. Espera-se que a MUNIC inclua indicadores de direitos humanos e estruturas participativas em nível municipal.

Status final: Limitado

De acordo com a autoavaliação do governo, a pesquisa da MUNIC foi publicada em setembro de 2015. Entretanto, no momento da redação, a Secretaria de Direitos Humanos ainda estava em processo de análise dos dados para desenvolver os indicadores locais, o que é pré-requisito para dar continuidade ao compromisso.

Versão para comentários públicos: favor não citar

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Mantém o status quo

O compromisso foi apenas parcialmente concluído e, na sua fase atual, não há melhoria nas práticas de governo aberto. Se houvesse sido completado, porém, o compromisso teria fornecido informações importantes sobre o nível de institucionalização das práticas de governo aberto no nível municipal, o que atualmente não se encontra disponível.

Próximos passos?

Esse compromisso não é levado adiante para o Próximo Plano de Ação. Se o compromisso tiver prosseguimento no futuro, o investigador IRM recomenda a inclusão de modelos de dados abertos para o desenvolvimento de índices, assim como o uso de mecanismos participativos para discutir os indicadores com a sociedade civil.

2.22 - Indicadores de transparência dos municípios brasileiros

O compromisso envolve a construção de uma proposta de indicadores de transparência do desempenho institucional dos municípios brasileiros. O objetivo é oferecer informações aos gestores públicos e aos cidadãos que possam servir de base comparativa sobre os avanços e desafios básicos da gestão municipal.

Instituição responsável: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Dezembro 2014

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso		Interme diário Final		O governo ficou mais aberto?				
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substativo	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
2.22. Perfil			✓		✓						✓				✓			✓			

Objetivo do compromisso:

Esse compromisso objetivou utilizar a metodologia e o alcance da pesquisa da Munic para criar indicadores sobre questões-chave que possam influenciar o progresso na transparência, como a existência de portais de transparência e de legislação específica. A falta de um índice de transparência municipal foi a motivação para o compromisso.

Status

Até o relatório intermediário: Substantivo

Como resultado de um acordo de cooperação técnica entre o IPEA e a CGU em junho de 2013, um questionário com indicadores de transparência municipal foi formulado e aplicado nacionalmente em 2014. As novas questões abordaram tópicos como acesso público gratuito em centros de acesso, criação de telecentros, instalação de computadores com acesso à Internet em escolas públicas, e a existência de acesso às legislações em informação e a portais de transparência. No entanto, na revisão intermediária, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) ainda não havia sido publicada.

Status final: Substantivo

De acordo com a autoavaliação do governo, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou a proposta de indicadores para o desenvolvimento institucional municipal¹. No entanto, o documento foi criado em 4 de Agosto de 2016, o que equivale a dizer que está fora do período do plano de ação. Como resultado, a conclusão do compromisso permaneceu substancial

Versão para comentários públicos: favor não citar

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Mantém o status quo

Conforme mencionado anteriormente, o produto-chave do compromisso que poderia ter melhorado as práticas de governo aberto (isto é, indicadores de transparência no nível da cidade) foi concluído após o fim do plano de ação. Dessa maneira, esse compromisso não alterou o status quo do governo aberto no país durante o período avaliado pelo presente relatório..

Próximos passos?

O compromisso não está incluído no próximo plano de ação. Se o compromisso for prosseguido no futuro, o investigador IRM recomenda a promoção de registros de dados abertos e também o uso de mecanismos estruturados de participação, com vistas a discutir o levantamento da pesquisa junto à sociedade civil.

¹ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, “Proposta Ipea sobre Modelo de indicadores de gestão para cidadania municipal plena CGU OGP,” 4 de Agosto de 2016, <http://bit.ly/2hWfUvq>

Tema 3: melhoria dos Serviços Públicos

3.1 - Reestruturação do Portal da Transparência do Governo Federal Brasileiro

Aperfeiçoar o Portal da Transparência, melhorando sua usabilidade, adequando-o aos princípios de dados abertos e tornando-o mais interativo e acessível, de modo a facilitar a navegação para seus diferentes públicos. Todas as informações que hoje fazem parte do escopo do sítio devem ser mantidas e serão criadas ferramentas para tornar mais intuitiva a busca por quaisquer desses dados. O novo Portal deve também ser capaz de incorporar tecnologias inovadoras e responder às crescentes expectativas da sociedade. Haverá, ainda, reestruturação das bases de dados do Portal, integrando-as de modo a garantir a manipulação de grandes volumes de dados de forma mais dinâmica e eficiente.

Instituição responsável: Controladoria-Geral da União

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Dezembro 2014

3.1. Perfil	Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial		Nível de progresso		Interme diário		O governo ficou mais aberto?				
														Final						
		Nenhuma				Acesso à informação				Nenhuma		Não iniciado		Substivo		Piorou				
		Baixa				Participação cívica				Pequeno avanço		Limitado		Finalizado		Mantém status quo				
		Média				Responsabilidade Pública				Grande avanço		Transformador				Pequeno avanço				
		Alta				Inovação										Grande avanço				
		✓				✓				✓		✓				Transformador				

Objetivo do compromisso:

Esse compromisso objetivou reestruturar o portal de transparência, com o fito de melhorar a sua navegabilidade, sua integração com redes sociais e suas ferramentas de pesquisa, bem como para suportar mais opções para visualização de dados e de conteúdo. O portal de transparência abordado pelo compromisso é um eixo central para a maioria dos dados de transparência federal que fornecem aos cidadãos acesso a conjuntos de dados abertos e outros acessos a registros de informações. Apesar de seu registro pioneiro (lançado em 2004 como o primeiro portal do gênero no país), os aspectos técnicos do site não foram consideravelmente atualizados desde então. O portal, por exemplo, não estava disponível para smartphones e para tablets (o método de acesso à internet que mais cresce no país, sobretudo entre as classes mais baixas).

Status

Até o relatório intermediário: Limitado

O compromisso teve conclusão limitada em função tanto de novas regulamentações financeiras internacionais que exigiram mudanças no servidor de dados, quanto de um novo processo de contratação da empresa de comunicação responsável pela implementação das mudanças. Com base em informações governamentais, houve resultados entregues e verificações do andamento, inclusive com informações de testes de usabilidade junto a cidadãos voluntários, reuniões com a sociedade civil organizada, levantamento de usabilidade de interface online junto à Universidade de Brasília (UNB), e levantamento interno via *feedback* recebido do canal "Fale Conosco" durante os últimos cinco anos.

Status final: Limitado

Houve uma série de melhorias internas ao portal, como aperfeiçoamentos em extração de dados, armazenamento e processamento, além de novos protótipos (por exemplo, layouts de páginas da Web). No entanto, nenhum grande desenvolvimento do portal de transparência é totalmente implementado para que os cidadãos o usufruem. Não há resultados implementados que tenham relação com aspectos-chave descritos no compromisso, a exemplo do uso de tecnologias interativas, acessíveis e inovadoras destinadas a facilitar a navegação para usuários em geral. Cabe ressaltar o caráter participativo do projeto, na medida em que indivíduos da sociedade civil e organizações da sociedade civil se engajaram no processo de conceber e de testar ferramentas.

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Mantém o status quo

O Portal abordado por esse compromisso é o mais importante do gênero no nível federal. As principais áreas técnicas abrangidas no compromisso, no entanto, não foram concluídas, de modo que não resultaram em nenhuma mudança do *status quo* para os usuários finais. Note-se, igualmente, que esta é a segunda vez que o governo inclui um compromisso de modernizar o portal de transparência, e também é a segunda vez que o compromisso não foi concluído. Cabe reconhecer, contudo, o esforço do governo com vistas a progredir nessa área, ademais do papel colaborativo dos membros da sociedade civil na tentativa de fazer avançar o compromisso.

Próximos passos?

O compromisso não é levado adiante para o Próximo Plano de Ação brasileiro. Se o compromisso tiver prosseguimento no futuro, o investigador IRM recomenda alcançar do objetivo do compromisso: tornar o Portal mais interativo e acessível. Isso pode incluir a integração do Portal com aplicativos móveis, com ferramentas de visualização de dados, com instituições de *accountability* públicas e com terceiros que sejam desenvolvedores da sociedade civil ou do setor privado.

Versão para comentários públicos: favor não citar

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Mantém o status quo

Participação cívica: Pequeno avanço

Responsabilidade pública: Mantém o status quo

Em 2015, quase 90 por cento dos municípios foram classificados como "baixos" em transparência¹. No nível federal, os patamares ficaram mais altos, porém ainda havia uma falta de padronização de necessidades e de práticas. O compromisso visou a resolver esse problema por meio do fortalecimento de redes de sistemas de ouvidorias em diversos setores do país.

O compromisso resultou em uma minuta para a criação de um Sistema Federal de Ouvidorias, que embora não assinada teve grande parte de seu conteúdo incluída no Decreto 8.243/2014², que instituiu a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social, incluindo elementos relacionados ao conceito e a definição do Sistema de Ouvidorias. Anota-se ainda que o processo de consulta usado para completar o compromisso incluiu uma significativa participação cidadã. Como exemplo, tem-se que os cidadãos puderam enviar comentários online por meio do portal de participação Participa.br, assim como por meio do portal do Ministério da Justiça Pensando o Direito, que mostrou uma forte interação entre o governo e a sociedade civil. A Ouvidoria-Geral da União (OGU) também realizou uma série de discussões e criou uma comissão para sistematizar os resultados das consultas.

Além disso, o governo realizou um projeto chamado Caravanas das Ouvidorias: Rumo ao Sistema Participativo, que serviu para disseminar informações sobre participação social, para trocar experiências sobre a realidade regional das ouvidorias e discutir a criação do sistema federal. Esse projeto consistiu em vários eventos presenciais em todo o Brasil, os quais foram vistos favoravelmente tanto por ouvidores quanto por representantes da sociedade civil. O presidente de uma associação de moradores de Manaus, por exemplo, disse que o evento ajudou as pessoas a se tornarem mais conscientes dos serviços que os ouvidores fornecem aos cidadãos, ao passo que vários ouvidores elogiaram o programa por facilitar o intercâmbio de experiências³. Por fim, embora a minuta não tenha sido assinada, o governo envolveu os cidadãos durante o seu desenvolvimento por meio tanto de eventos presenciais quanto de portais online.

Próximos passos?

O compromisso não está incluído no Próximo Plano de Ação. Para o futuro, o investigador IRM recomenda a assinatura do projeto de lei para unificar os ouvidores e as informações que eles coletam, bem como replicar a elaboração colaborativa de minutas em outras áreas

¹ "Quase 90% dos municípios do país não são transparentes," Época Negócios, 19 maio 2015, <http://glo.bo/2j8uygY>

² Decreto N° 8.243, Presidência da República, 23 de maio de 2014, <http://bit.ly/1mwQCgG>

³ Portal do Holanda, "Manaus sedia quinta etapa da Caravana das Ouvidorias," 29 de novembro de 2013, <http://bit.ly/2nH8L2y>

3.3 - Programa Brasil Transparente

Apoiar a implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) e conjugar esforços para o incremento da transparência pública e da adoção de medidas de governo aberto nos Estados e Municípios. Para tal, serão desenvolvidos tanto seminários, cursos e treinamentos quanto materiais técnicos e de orientação sobre os temas em questão. Além disso, serão realizadas campanhas e ações de disseminação sobre a LAI, bem como atividades de instrução a respeito do desenvolvimento de Portais da Transparência e de sistemas de informação ao cidadão (e-SICs) em nível subnacional.

Instituição responsável: Controladoria-Geral da União

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Dezembro 2014

3.3. Perfil	Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial		Nível de progresso		Interme diário		O governo ficou mais aberto?				
														Final						
		Nenhuma				Acesso à informação				Nenhuma		Não iniciado		Substativo		Piorou				
		Baixa				Participação cívica				Pequeno avanço		Limitado				Mantém status quo				
		Média				Responsabilidade Pública				Grande avanço				Finalizado		Pequeno avanço				
		Alta				Inovação				Transformador						Grande avanço				
																Transformador				
		✓				✓				✓				✓		✓				

Objetivo do compromisso:

O objetivo do compromisso é auxiliar os estados e municípios na implementação das medidas de governo transparente incluídas na Lei de Acesso à Informação (LAI). A LAI delineia um conjunto de requisitos a serem adotados por governos de diferentes ramos, níveis federais e tipos de organização, como sites para receber solicitações de liberdade de informação e capacitação de funcionários públicos no tocante ao tratamento de solicitações, entre outras coisas. O compromisso objetivou lançar o programa Brasil Transparente, com o fito de apoiar as agências governamentais na implementação da LAI, de modo a aumentar a transparência pública e a expandir os esforços do governo aberto, particularmente no nível subnacional.

Status

Até o relatório intermediário: Finalizado

Em dezembro de 2014, 1.444 municípios haviam aderido ao sistema Brasil Transparente, e vários materiais de apoio, como guias e manuais, foram publicados. Outra entrega do compromisso diz respeito à distribuição do código fonte do Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Para obter detalhes adicionais, consulte o Relatório de progresso IRM.

Versão para comentários públicos: favor não citar

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Grande avanço

Participação cívica: Pequeno avanço

Responsabilidade pública: Pequeno avanço

O compromisso deu um grande contributo para o governo aberto ao publicar um índice de transparência, de modo a apoiar os governos municipais no acesso à informação e a envolver os cidadãos no processo. Talvez o resultado mais visível do compromisso tenha sido um portal de índice de transparência, que classifica os municípios e estados brasileiros quanto ao cumprimento da LAI e quanto a seu nível de transparência passiva¹. O governo publicou duas edições do índice, e ambas receberam ampla cobertura da mídia, que destacou histórias de sucesso, os piores ofensores e as mudanças ao longo do tempo². Os dados dos rankings também foram lançados em formato de dados abertos³.

O ranking é crucial para expandir a implementação da LAI no país, pois as agências governamentais precisam juntar-se voluntariamente ao programa Brasil Transparente. Em novembro de 2016, 1.630 municípios aderiram ao programa Brasil Transparente⁴. Esses municípios recebem apoio, como um sistema de software livre que gerencia solicitações de liberdade de informação e integra dados locais com dados nacionais. Isso significa que as agências governamentais que entram no programa veem um grande aumento na transparência e na eficiência dos pedidos de liberdade de informação. O ranking tem recebido uma forte cobertura de mídia nacional⁵, local⁶ e de instituições do setor privado que o utilizam como uma ferramenta para melhorar as parcerias público-privadas no nível local⁷. Além disso, a última edição do ranking demonstra que os índices de transparência aumentaram na maioria dos estados e municípios.⁸

Em termos de apoio aos governos municipais, até o final de 2014, o governo capacitou cerca de 9.000 servidores públicos em 929 municípios no que concerne transparência e acesso à informação. Além disso, o governo publicou práticas padronizadas de acesso à informação, como a implementação de um portal de transparência, a regulamentação da LAI e a criação de uma seção de acesso a informações em sites públicos, embora não se saiba claramente quantos desses foram utilizados. O código e-SIC, por outro lado, foi solicitado por 127 entidades diferentes e, segundo o governo, cinco municípios já o utilizam. Em geral, as muitas contribuições do compromisso para regulamentar a LAI em todas as regiões do país são dignas de nota por representarem um grande passo adiante no acesso à informação⁹.

Quanto à participação cívica e à *accountability* pública, o governo capacitou cerca de 10 mil pessoas no tocante à LAI, incluindo cidadãos e servidores públicos que participam de conselhos federais, estaduais e municipais. A comunidade de Transparência no Brasil no site da e-Democracia também serviu como espaço para os cidadãos fornecerem *feedback* ao longo do compromisso. Embora o impacto da capacitação possa ser transformador no futuro, trata-se de uma melhoria marginal na participação cívica e na *accountability* pública a curto prazo.

Próximos passos?

O compromisso não teve prosseguimento no plano de ação seguinte. Se o compromisso for levado adiante no futuro, o investigador IRM recomenda a expansão da adoção do sistema e-SIC e a inclusão de indicadores publicados pelas cidades. O investigador IRM também sugere a adoção de mecanismos para a participação da sociedade civil no monitoramento dos e-SICs.

¹ CGU, Escala Brasil Transparente, <http://bit.ly/2iYpgVW8>

² Para exemplos de cobertura midiática, ver <http://glo.bo/2jbwB3M>; <http://bit.ly/2hXGUfV>; <http://bit.ly/2hYsAP6>; <http://bit.ly/2hXKJSg>

³ CGU, Escala Brasil Transparente, Open Data, <http://bit.ly/2iYhRWZ>

⁴ CGU, Brasil Transparente, Mapa das Adesões, <http://bit.ly/2ijEIRs>

⁵ Estadão, “Veja o ranking do Transparência Brasil”. <https://goo.gl/oGz5hl>

⁶ 94 FM, “Dourados tem nota zero em transparência no poder público, diz CGU”. <https://goo.gl/398LxK>

⁷ Instituto Votorantim, “Administração pública transparente ainda é desafio para gestores”. <https://goo.gl/0SkAAe>

⁸ CGU, Escala Brasil Transparente, <http://bit.ly/2iYpgW8>.

⁹ 5 anos de implementação da Lei de Acesso à Informação.

http://transparencia.ebape.fgv.br/sites/transparencia.ebape.fgv.br/files/transparencyandopacity_pt.pdf

3.4 - Carta SUS

A CartaSUS constitui-se de uma pesquisa de avaliação (cartão-resposta) em que são feitas breves perguntas sobre o atendimento que o cidadão realizou pelo Sistema único de Saúde. Através dessa pesquisa pode-se identificar a qualidade dos profissionais e prestadores dos serviços públicos de saúde sob a ótica do cidadão que utiliza esses serviços. A carta também possui dados do atendimento que o cidadão realizou, incluindo o valor que o Ministério da Saúde pagou por esse atendimento.

Instituição responsável: Ministério da Saúde

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Março 2015

3.4. Perfil	✓	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso		Interme diário		O governo ficou mais aberto?				
		Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substativo	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
																✓		✓				

Objetivo do compromisso:

A Carta SUS, uma pesquisa com breves perguntas sobre a qualidade dos serviços de saúde oferecidos pelo SUS, foi lançada com vistas a oferecer aos cidadãos mais transparência nos serviços que recebem e responsabilizar o governo pelo uso de recursos de saúde pública. Com efeito, o objetivo do compromisso é promover uma melhor utilização dos bens públicos e uma melhor prestação de serviços.

Status

Até o relatório intermediário: Finalizado

O compromisso foi concluído em 2012, antes do início do plano de ação. Há, no entanto, evidência clara do uso sistemático do canal durante o período de implementação do plano, bem como do progresso no fluxo interno das cartas. Durante os dois primeiros anos do plano, vinte e oito milhões de cartas foram enviadas aos cidadãos para que esses dessem seus comentários, e 4% delas foram devolvidas para avaliação pelo governo.

Versão para comentários públicos: favor não citar

O governo ficou mais aberto?

Participação cívica: Mantém o status quo

Responsabilidade pública: Mantém o status quo

De acordo com a sua autoavaliação, o governo enviou cerca de 50 milhões de cartas entre 2012 e 2015. Quase 2 milhões de cartas foram retornadas, das quais menos de 0,4% incluem alegações de irregularidades. Essas alegações são então enviadas às agências responsáveis e são monitoradas pelo braço de auditoria do SUS. Os auditores do SUS lançaram várias investigações como resultado de cartas do SUS. Tem-se, por exemplo, uma clínica em São Gonçalo (RJ), a qual recebeu 28 queixas de cidadãos que alegaram que a clínica cobrava o dobro por serviços. Isso resultou em uma investigação que levou ao descredenciamento da clínica¹. Essa prática estava, entretanto, em vigor antes da implementação do plano de ação (as cartas SUS foram lançadas em Novembro de 2011). Como resultado, não se considera que o compromisso tenha mudado o *status quo*. Além disso, é importante mencionar que a taxa de retorno das cartas é baixa (4%).

Próximos passos?

O compromisso não é levado adiante para o Próximo Plano de Ação. Se o compromisso tiver prosseguimento no futuro, o investigador IRM recomenda a promoção de dados abertos como um primeiro passo. Também é importante criar canais participativos para discutir o modelo de pesquisa, além de mecanismos de transparência para a *accountability* na investigação de irregularidades ou para a identificação, por parte do cidadão, de possíveis fraudes.

Versão para comentários públicos: favor não citar

3.5 - Projeto Cidades Digitais

O objetivo do compromisso é implantar infraestrutura de conexão à internet em municípios, interligando órgãos públicos. A proposta ainda buscará fomentar o uso de ferramentas de governo eletrônico na gestão pública municipal, além de viabilizar a formação de uma rede digital aberta voltada para a troca de experiências e de conteúdos.

Instituição responsável: Ministério das Comunicações

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Dezembro 2014

3.5. Perfil	Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial		Nível de progresso		Interme diário		O governo ficou mais aberto?						
		Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substantivo	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
		✓			Unclear							✓			✓			✓				

Objetivo do compromisso:

Esse projeto buscou melhorar a inclusão digital em cidades com menos de 50.000 habitantes. O compromisso procurou conectar órgãos e agências públicas por meio da implementação de infraestruturas de acesso à Internet e da capacitação em governo eletrônico.

Status

Até o relatório intermediário: Substantivo

O compromisso foi substancialmente entregue. Durante a fase do projeto-piloto, 77 dos 79 municípios pré-selecionados receberam nova infraestrutura de internet, 61 receberam treinamento, e nove estavam em processo de receber novas aplicações de governo eletrônico. Segundo entrevistas com representantes do governo, 262 municípios foram selecionados na segunda fase do projeto, 15 dos quais receberam nova infraestrutura de internet. Os treinamentos ainda não haviam sido iniciados. Os treinamentos deste ultimo não haviam sido iniciados.

Status final: Substantivo

Não houve progresso adicional constatado pelo investigador IRM desde a última avaliação. De acordo com a autoavaliação do governo, espera-se que a segunda fase do projeto seja concluída em dezembro de 2019.

Versão para comentários públicos: favor não citar

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Mantém o status quo

Participação cívica: Mantém o status quo

Responsabilidade pública: Mantém o status quo

O compromisso não deixou clara a sua relevância para o governo aberto. Seu foco principal é expandir a capacidade de governo eletrônico em cidades desconectadas, ao invés de promover o governo aberto. Cabe salientar, no entanto, que o compromisso de fato inclui no pacote de software entregue a cada cidade importantes ferramentas de governo aberto (como o sistema e-SIC, usado para estabelecer um sistema de ouvidoria). Além disso, vale ressaltar que o compromisso demonstrou resultados positivos para o governo eletrônico no Brasil. Há evidências, por exemplo, de cidades que usam a nova fibra óptica e o acesso à Internet para monitorar a segurança local², para processar violações de trânsito mais rapidamente e para organizar registros de assistência médica³.

Próximos passos?

O compromisso não está incluído no próximo plano de ação. Se o compromisso for levado adiante no futuro, o investigador IRM recomenda explicitamente a promoção do uso de software de governo aberto como o e-SIC, e a manutenção de políticas de software aberto ademais de prioridades como implementação e capacitação.

¹ Portal Brasil, “Carta SUS possibilita que cidadão avalie serviços de saúde e denuncie irregularidades,” 18 de Julho de 2012, <http://bit.ly/2oAgsew>

² Portal Brasil, “Programa Cidades Digitais leva internet a 71 cidades,” <http://bit.ly/2jjxdsz>

³ Parque Tecnológico Itaipu, “Cidades Digitais é lançado em Toledo. Itaipu e Fundação PTI são parceiras,” <http://bit.ly/2i0Hesy>

3.6 - Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR

O objetivo é institucionalizar definitivamente a política de igualdade racial e de enfrentamento ao racismo em todo país. Com isso, será possível conferir maior efetividade a essa política, o que poderá ocasionar uma melhoria dos serviços públicos prestados direcionados à população negra.

Instituição responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Dezembro 2014

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso		Intermediário Final		O governo ficou mais aberto?				
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substativo	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
3.6. Perfil		✓			Unclear					✓				✓					✓		

Objetivo do compromisso:

Esse compromisso é um prolongamento do Estatuto da Igualdade Racial e planeja instituir o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR). O objetivo do SINAPIR é institucionalizar e fortalecer políticas de igualdade racial e a distribuição de recursos federais para esse fim.

Status

Até o relatório intermediário: Limitado

A implementação inicial do SINAPIR foi concluída em 2014, após um processo de consulta que envolveu a colaboração entre a sociedade civil e o governo. De acordo com o governo, mais de R\$ 3 milhões foram distribuídos a entidades públicas que institucionalizaram políticas de igualdade racial. No entanto, dada a imprecisão do texto de compromisso, não ficou claro quais outros marcos eram necessários para alcançar o objetivo geral: “institucionalizar definitivamente a política de igualdade racial e de enfrentamento ao racismo em todo o país”.

Status final: Substantivo

Novos órgãos governamentais aderiram ao SINAPIR desde a avaliação de meio termo. Até julho de 2016, 43 entidades governamentais haviam aderido ao SINAPIR, e mais 28 estavam em processo de adesão¹. No entanto, dada a pouca especificidade das entregas do compromisso (em particular, a não definição de entregas intermediárias, optando ao invés por definir as entregas como “institucionalizar definitivamente a política de igualdade racial e de enfrentamento ao racismo em todo país”), não é possível concluir que este foi totalmente implementado durante o período do plano de ação. É impreciso por exemplo avaliar quantas instituições teriam que ter aderido a SINAPIR para cumprir com o objetivo do compromisso, ou se outras políticas estariam ou não condicadas ao compromisso para este atingir seu objetivo.

Versão para comentários públicos: favor não citar

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Mantém o status quo

Participação cívica: Pequeno avanço

Responsabilidade pública: Mantém o status quo

Embora o compromisso não fosse relevante para o governo aberto conforme escrito anteriormente, sua implementação fez uma contribuição importante, ainda marginal, para o governo aberto em relação à participação cívica. O SINAPIR inclui a participação da sociedade civil por meio de conferências e de conselhos nos níveis nacional, distrital, estadual e municipal. Além disso, como parte do compromisso, o governo federal agora prioriza as distribuições do orçamento federal para a igualdade racial às entidades que aderiram ao SINAPIR e que estabeleceram os canais de participação. Dessa forma, incentiva a criação e a manutenção de mecanismos de participação cívica no sistema nacional para a promoção da equidade racial.

Próximos passos?

O compromisso não está incluído no Próximo Plano de Ação. Se o compromisso for levado adiante no futuro, o investigador IRM recomenda estabelecer transparência de dados para as operações do SINAPIR e criar mecanismos de *accountability* para monitorar os recursos distribuídos.

¹ Seppir, Entes Participantes do SINAPIR, <http://www.seppir.gov.br/articulacao/sinapir/AdesaoSinapir.xls>

Versão para comentários públicos: favor não citar

3.7 - Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Participação Social nas Políticas Públicas

Objetiva a aperfeiçoar os instrumentos de Participação Social nas políticas públicas, por meio da criação de referências e recomendações gerais e da promoção de uma maior articulação entre os instrumentos existentes. Espera-se que as ações previstas potencializem a efetividade dos fóruns de participação e das políticas públicas.

Instituição responsável: Secretaria-Geral da Presidência da República

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Dezembro 2014

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso	Intermediário		O governo ficou mais aberto?				
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador		Final		Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
3.7. Perfil			✓			✓				✓					✓			✓		

Objetivo do compromisso:

Esse compromisso objetivou o aperfeiçoamento de mecanismos de participação social na formulação de políticas públicas mediante o desenvolvimento de um modelo regulatório para todas as práticas participativas da Secretaria-Geral da Presidência.

Status

Até o relatório intermediário: Finalizado

O Decreto 8.243/2014 foi publicado em 23 de maio de 2014¹. Instituiu a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social, com vistas ao aperfeiçoamento dos canais de participação social e à maior coesão entre canais existentes. O instrumento contém orientações gerais para os Conselhos de Políticas Públicas, conferências e ouvidores, e pode ser utilizado como justificativa para promover outros métodos de participação, como a participação eletrônica e os padrões de dados abertos.

O governo ficou mais aberto?

Participação cívica: Pequeno avanço

O compromisso não necessariamente propôs novos mecanismos de participação cívica, porém visou a institucionalizar as práticas existentes e a promover sua adoção nos níveis estadual e municipal. No entanto, embora o Decreto tenha sido publicado pelo Poder Executivo, o Poder Legislativo posteriormente anulou seus efeitos². Entretanto, como o processo ainda tramita no Senado, o Decreto continua vigente.

O Decreto foi desenvolvido por meio de um processo participativo que incluiu uma consulta pelo Participa.br em maio de 2014³. Note-se, no entanto, que, após a publicação do Decreto pelo Presidente, houve uma forte oposição ao Decreto no nível legislativo, o que levou a um debate nacional sobre os prós e os contras dessa legislação nos meios de comunicação e entre as organizações da sociedade civil e outros importantes agentes políticos. A resposta pública ao decreto polarizou-se. Como exemplo, A Rede Brasileira pela Integração dos Povos, a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais e o Comitê Brasileiro de Política Externa e Direito Humanos assinaram um memorando de apoio ao decreto⁴, ao passo que os principais jornais publicaram editoriais contra ele⁵. Após intenso debate, o decreto teve seus efeitos anulados pelo Poder Legislativo. No entanto, o compromisso fez uma contribuição marginal para a participação cívica, pois estimulou a aprovação de políticas semelhantes em outros níveis de governo. A cidade de São Paulo, por exemplo, aprovou um decreto similar no nível municipal⁶, o qual foi usado para apoiar a sua candidatura ao programa piloto subnacional da OGP. Um decreto similar também foi aprovado pelo estado de São Paulo⁷.

Próximos passos?

Esse compromisso é levado adiante para o Próximo Plano de Ação. No novo plano, o governo compromete-se a melhorar a participação social com o lançamento de um portal em colaboração com a sociedade civil e com o aperfeiçoamento das ferramentas de participação, particularmente em nível local. Para avançar, o investigador IRM recomenda conciliar os pontos de vista dos diferentes ramos do governo, como o Legislativo e o Judiciário, a fim de apoiar a sistematização dos mecanismos de participação.

¹ Decreto N° 8.243, Presidência da República, 23 de maio de 2014, <http://bit.ly/1mwQCgG>

² Projeto de Decreto Legislativo, 1491/14. <https://goo.gl/BGhxmH>

³ Arena da Participação Social, Planalto da República, 2014. <http://goo.gl/25RMpd>

⁴ Jornal GGN, “Em nota, entidades repudiam derrubada do decreto 8243 pela Câmara,” 4 de novembro de 2014, <http://bit.ly/2jj3L1L>

⁵ Estadão, “Mudança de regime por decreto,” 29 de maio de 2014, <http://bit.ly/13EYoln>

⁶ Coordenação de Política Municipal de Participação Social. <https://goo.gl/LfivJl>

⁷ ALESP, “Assembleia aprova Política Estadual de Participação Social”. <http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=360867>

Versão para comentários públicos: favor não citar

3.8 - Portal Brasileiro de Participação Social

O Portal faz parte da construção da Política Nacional de Participação Social. O portal vai agregar informações sobre oportunidades de participação social no governo federal e estimular a formação de comunidades em torno de temas ligados à participação.

Instituição responsável: Secretaria-Geral da Presidência da República

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Dezembro 2014

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso	Interme diário		O governo ficou mais aberto?
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador		Final		
3.8. Perfil			✓			✓		✓		✓					✓	
															✓	
																✓
																✓
																✓

Objetivo do compromisso:

O compromisso objetivou desenvolver uma plataforma virtual que realizasse práticas de participação inovadoras, além de abrir um espaço de debate para qualquer cidadão ou organização, inclusive aqueles dentro do governo.

Status

Até o relatório intermediário: Finalizado

O compromisso resultou na criação do portal Participa.br, que contém funções interativas e participativas para consulta pública, bem como a projeção de telas virtuais para a transmissão de conferências, de eventos e de reuniões. O site tornou-se um repositório de conhecimento sobre participação social, previamente disperso pela rede. Alguns dos recursos de participação já estavam disponíveis em portais anteriores, mas foi o Participa.br que os expandiu. Para obter detalhes adicionais, consulte o Relatório de progresso IRM.

O governo ficou mais aberto?

Participação cívica: Transformador

Com o portal, tem-se a ambição de dispor-se de sua inovação tecnológica para melhor engajar os cidadãos no desenvolvimento de políticas públicas. O portal possibilita o debate e a discussão nas Comunidades Temáticas, que incluem participantes tanto do governo quanto da sociedade civil. Além disso, as pessoas podem aprender sobre participação social no site e trocar comentários e perguntas em tempo real por meio da função integrada do *Google Hangout*.

Versão para comentários públicos: favor não citar

Quanto ao uso, em outubro de 2015, o site continha 39 comunidades ativas (comunidades com pelo menos uma trilha de participação realizada) e mais de 13.500 usuários que produziram 400.000 comentários por meio de mais de 6 milhões de logins¹. O portal também foi utilizado para envolver os cidadãos em atividades importantes, como o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, a Política e Compromisso Nacional pela Participação Social, e as Ouvidorias Públicas Federais. A plataforma foi utilizada, por exemplo, para consultas aos cidadãos sobre a governança da Internet, durante as quais foram registradas 295 propostas e mais de 280.000 votos no decurso de cerca de um mês².

A recepção pública do site tem sido bastante positiva. Um estudo realizado em 2014 constatou que quase a metade de todos os usuários registrados (44%) participaram ativamente do portal, dos quais 74% acreditavam que a participação nas políticas públicas melhorou claramente como resultado de suas interações no site³. Embora os pesquisadores tenham apontado áreas de melhoria, como o grau de dificuldade no uso⁴, o envolvimento de administradores governamentais⁵, e tópicos excessivamente complexos⁶, eles concordam que o sistema é eficaz em reunir a sociedade civil e o governo para desenvolverem, em conjunto, as políticas públicas. De acordo com um levantamento sobre usuários, 56% dos entrevistados achavam que a participação cidadã na plataforma influenciou políticas públicas, pelo menos em grande medida⁷. Além disso, o Chefe de Tecnologia da *ThoughtWorks Latin America* elogiou a iniciativa de criar uma plataforma de participação social ao usar software aberto e enfatizou que o próximo passo é expandir o acesso à internet no Brasil, para garantir um maior acesso a esses novos meios⁸.

Próximos passos?

Esse compromisso é levado adiante para o Próximo Plano de Ação, que inclui o compromisso de melhorar o livre acesso às ferramentas tecnológicas de participação social. Para o futuro, o investigador IRM recomenda promover ainda mais o Participa.br dentro e fora do governo, a fim de fortalecer e de expandir a base de participantes.

¹ Abner da Costa Peixoto, "Instrumentos da Democracia Participativa: Um estudo sobre o Participa.br e o Dialoga Brasil," 2015, <http://bit.ly/2i4EyMa>

² Secretaria-Geral da Presidência, Resultado Consulta Pública, <http://bit.ly/2o4tNef>

³ Grazielle Machado Fernanda, UNDP, Project BRA/12/018 – desenvolvimento de Metodologias de articulação e gestão de políticas públicas para promoção da democracia participativa, produto 6, <http://bit.ly/2jt1SUf>

⁴ Raphael dos Santos Pinto, "Avaliação de Sistemas de Participação Social Online," agosto de 2016, <http://bsi.uniriotec.br/tcc/201608Pinto.pdf>

⁵ Vanderlei de Menezes Souza, "Plataforma Participa.br: Um Estudo Sobre a Participação Social na Formação das Políticas Públicas," 2014, <http://bit.ly/2nbFlh6>

⁶ Abner da Costa Peixoto, "Instrumentos da Democracia Participativa: Um estudo sobre o Participa.br e o Dialoga Brasil," 2015, <http://bit.ly/2i4EyMa>

⁷ Vanderlei de Menezes Souza, "Plataforma Participa.br: Um Estudo Sobre a Participação Social na Formação das Políticas Públicas," 2014, <http://bit.ly/2nbFlh6>

⁸ "Participa.br é destaque na Conferência Latino-Americana de Software Livre," 20 de outubro de 2014, <http://bit.ly/2oJBbKs>

3.9 - Dados abertos no âmbito do Ministério da Justiça

O compromisso consiste na padronização de dados abertos governamentais. Isso abrirá a possibilidade de manipulação e conexão de informações, o que ampliaria as suas possibilidades de uso pelos cidadãos. A partir do momento em que é assegurada a publicação dos dados governamentais em formato aberto, existe uma abertura para a construção e para o monitoramento de indicadores de transparência em políticas públicas. Além disso, há o fomento ao desenvolvimento de soluções e aplicativos para o gerenciamento e análise de dados abertos por organizações da sociedade civil, instituições de pesquisa e empresas de iniciativa privada especialistas em tecnologia da informação.

Instituição responsável: Ministério da Justiça

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Dezembro 2013

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso		Intermediário		O governo ficou mais aberto?				
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substancial	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
3.9. Perfil			✓		✓	✓	✓	✓			✓					✓			✓		

Objetivo do compromisso:

O compromisso objetivou padronizar dados de governo aberto do Ministério da Justiça, a fim de melhorar os indicadores de transparência das políticas públicas e de incentivar o desenvolvimento de ferramentas para a sociedade civil e para o setor privado monitorarem e analisarem dados.

Status

Até o relatório intermediário: Finalizado

O Ministério da Justiça divulgou dados, gerenciou *hackathons* e publicou um Plano Institucional de Dados Abertos (PDAE), para abranger questões estratégicas e táticas de uma cultura de dados abertos. O plano inclui todas as atividades de dados abertos do Ministério da Justiça e define detalhadamente os padrões de dados abertos adotados, as distribuições de responsabilidades para atualizar e manter os dados, e as próximas etapas para levar adiante as atividades de dados abertos.

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Pequeno avanço

Participação cívica: Pequeno avanço

Responsabilidade pública: Mantém o status quo

O compromisso resultou na melhoria dos padrões de dados abertos para os dados e os eventos do Ministério da Justiça, com o fito de fomentar o consumo e o uso de dados para a *accountability* pública. O Ministério da Justiça tornou-se o primeiro órgão governamental a publicar um plano de dados abertos. O plano, que foi publicado em 2014, estabelece diretrizes para melhorar a qualidade dos conjuntos de dados públicos e institui um plano de ação com atividades propostas, incluindo a liberação do acesso aos dados da justiça e a dados geoespaciais, a capacitação de servidores públicos, e a realização de workshops e de competições no tema. Como o plano é supervisionado pelo Ministério do Planejamento, que é responsável por padrões de dados abertos no país, o nível de detalhes e de precisão técnica do plano é consideravelmente alto. Em termos de acesso à informação, 11 conjuntos de dados estão abertos ao público, dos quais pelo menos dois foram disponibilizados durante o período do plano de ação, ao passo que os outros receberam atualizações. Os conjuntos de dados, que abrangem proteções ao consumidor, reclamações, acidentes de trânsito, entre outros tópicos, são de grande importância, mas referem-se a uma prática já bem estabelecida antes do plano de ação. Como resultado, eles constituem uma melhoria marginal no acesso à informação.

Com relação à participação cívica, o Ministério da Justiça realizou o 2º Concurso de Aplicativos para Dados Abertos, uma continuação de atividades que precederam o plano de ação, mas que resultou em novas ferramentas de visualização de dados de trânsito em casos de acidentes e de multas, de acordo com a autoavaliação do governo. O compromisso também utilizou ferramentas de consulta pública (por exemplo, Participa.br), embora houvesse baixos níveis de participação da sociedade civil¹. Vale ressaltar, entretanto, a parceria estabelecida com o Comitê Gestor da Internet (CGI.br) – uma instituição chave no Brasil que compõe diversos participantes e é responsável pela governança da Internet – e com OSCs eminentes no campo, como a Open Knowledge Foundation e a W3C Brasil.

Quanto à *accountability* pública, não houve atividades que explicitamente melhorassem os canais para que os cidadãos pedissem reparação ou justificativa de funcionários do governo. Como resultado, não houve nenhuma mudança no *status quo* no que se refere a esse valor OGP.

Próximos passos?

Embora esse compromisso específico não seja levado adiante para o Terceiro Plano de Ação do Brasil, o terceiro plano de fato inclui um compromisso concernente à divulgação de dados abertos sobre o sistema penitenciário. Se esse compromisso específico tiver prosseguimento no futuro, o pesquisador do IRM recomenda intensificar o trabalho sobre acessibilidade e criar ferramentas de visualização de dados.

¹ Participa.br, “Plano de dados abertos e espaciais do Ministério da Justiça,” 15 de abril de 2014, <http://bit.ly/2nbLLMQ>

3.10 - Sistema eletrônico para consultas públicas na Agência Nacional da Vigilância Sanitária

O compromisso consiste na implantação de um sistema eletrônico, por meio do qual a Anvisa pretende tornar o processo de Consultas Públicas mais acessível ao usuário, ágil e transparente, com destaque para o FormSUS, que possibilitará o acompanhamento das contribuições em tempo real pelo público interessado. O principal objetivo do projeto é o de garantir maior transparência das contribuições recebidas e estimular a participação social nas Consultas Públicas da Anvisa.

Instituição responsável: Ministério da Saúde

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Novembro 2014

3.10. Perfil	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substativo	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	O governo ficou mais aberto?
				✓	✓	✓	✓	✓		✓						✓			✓			

Objetivo do compromisso:

Esse compromisso objetivou aperfeiçoar o sistema de consulta online da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e adotar a ferramenta FormSUS, para permitir a visualização de todas as contribuições recebidas. Além disso, o FormSUS produz um Relatório de Contribuição, o qual compila as sugestões e retorna informações quantitativas sobre a consulta.

Status

Até o relatório intermediário: Finalizado

Desde 2013, todas as consultas públicas para os atos regulatórios propostos são mantidas via FormSUS, um sistema que compila as contribuições às consultas e produz informações quantitativas sobre as mesmas. Para obter detalhes adicionais, consulte o Relatório de progresso IRM.

Versão para comentários públicos: favor não citar

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Pequeno avanço

Participação cívica: Pequeno avanço

Responsabilidade pública: Pequeno avanço

O compromisso melhorou uma ferramenta de participação cívica no portal de consulta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a qual fora implementada antes do início do plano de ação. A nova ferramenta apresentou duas melhorias para o governo aberto. Em primeiro lugar, aumentou a qualidade das informações publicadas durante e após cada consulta, uma vez que faz uma publicação padronizada de todas as contribuições feitas durante o período de consulta online. A ferramenta registrou, por exemplo, 1.578 contribuições em 33 atos regulatórios propostos em 2013. A participação variou a cada consulta, conforme evidenciado pela disposição proposta sobre alergias em 2014, que recebeu 3.500 contribuições. A segunda melhoria diz respeito ao fato de que o FormSUS aumentou a *accountability* pública, na medida em que envia automaticamente o resultado das consultas a todos os indivíduos que participaram no processo. O governo é, ademais, obrigado a abordar explicitamente quais contribuições foram consideradas e quais não estavam no formulário de *feedback*. Por fim, o FormSUS tem sido bem recepcionado. De acordo com a autoavaliação do governo, 87% dos usuários acharam a ferramenta fácil de usar, 86% acharam as instruções e os campos de entrada claros, e 83% indicaram que a aparência do formulário era boa ou muito boa. Há também evidências de maior uso público do site de consulta desde o início do compromisso. Em 2013, houve 63 consultas públicas hospedadas pela plataforma. Esse número cresceu ano a ano para 108, 114 e 169 (2014, 2015 e 2016, respectivamente).

Próximos passos?

Esse compromisso não é levado adiante para o Terceiro Plano de Ação do Brasil. Se o compromisso tiver prosseguimento no futuro, o pesquisador do IRM recomenda ajustar a ferramenta para formatos de dados abertos, distribuí-lo como software livre e melhorar o sistema de relatório, para ressaltar os impactos de longo prazo das consultas sobre políticas públicas. É importante, ademais, expandir essa prática para outros processos de consulta.

Versão para comentários públicos: favor não citar

3.1.1 - Melhoria dos serviços de saúde por uso do Cartão Nacional de Saúde

O compromisso consiste na melhoria dos serviços de saúde no âmbito do SUS por meio da ampliação das vantagens inerentes à maior disponibilização do Cartão Nacional de Saúde. Isso possibilitará a vinculação dos procedimentos executados no âmbito do SUS ao usuário, ao profissional que os realizou e também à unidade de saúde onde foram realizados. Assim, a implementação desse projeto aumentará a garantia de acesso à saúde e a qualidade e efetividade do atendimento aos cidadãos e melhorará a qualidade das informações e de seu uso na elaboração, no desenvolvimento e na gestão de políticas de saúde.

Instituição responsável: Ministério da Saúde

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Dezembro 2013

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial		Nível de progresso	Interme diário		O governo ficou mais aberto?
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço		Substativo	Finalizado	
3.1.1. Perfil			✓		Unclear					✓		✓		✓

Objetivo do compromisso

O Cartão Nacional de Saúde, ou Cartão SUS, relaciona dados entre cidadãos, profissionais de saúde e estabelecimentos de saúde. O compromisso objetivou aumentar os benefícios oferecidos pelo cartão, a fim de melhorar a qualidade e a eficácia do atendimento na saúde.

Status

Até o relatório intermediário: Substantivo

O compromisso foi parcialmente entregue. Embora não houvesse evidência de melhorias nos serviços de saúde ou expansão dos benefícios do Cartão SUS, houve melhorias na coleta e no processamento de dados, como investimentos na infraestrutura de tecnologia, com vistas à maior conectividade, além de bancos de dados mais limpos.

Status final: Substantivo

Não houve progresso adicional constatado pelo pesquisador IRM desde a avaliação anterior.

Versão para comentários públicos: favor não citar

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Mantém o status quo

Participação cívica: Mantém o status quo

Responsabilidade pública: Mantém o status quo

O compromisso não é relevante com relação aos valores de governo aberto. O acesso à informação, conforme abordado pelo compromisso, é divulgado em uma base individual e não está disponível para a sociedade civil como dados gerais. Como resultado, o compromisso concentra-se mais na prestação de serviços públicos via governo eletrônico que em práticas voltadas a governo aberto.

Próximos passos?

O compromisso não é levado adiante para o Terceiro Plano de Ação do Brasil. Se o compromisso for tiver prosseguimento no futuro, o investigador do IRM recomenda o aperfeiçoamento das ferramentas de transparência (por exemplo, publicação de dados em formato aberto, publicação de ferramentas de monitoramento online), participação (por exemplo, desenvolvimento de ferramentas para os conselhos de saúde utilizarem os dados) e/ou *accountability* (por exemplo, associar os dados produzidos a programas como o do sistema de ouvidoria).

Tema 4: Aumento da Responsabilidade Corporativa

4.1 - Aperfeiçoamento e valorização do Cadastro Empresa Pró-Ética

Aperfeiçoar o sistema do Cadastro Empresa Pró-Ética, de forma a aumentar o número de empresas que constam do cadastro e que implementam programas efetivos e impactantes de compliance. Para tanto, a política de divulgação do cadastro será melhorada, bem como a estratégia para dar visibilidade às empresas que constam do cadastro. Além disso, o regulamento do cadastro e as ferramentas de verificação das medidas de integridade serão aprimoradas e novas parcerias, com outros órgãos e entidades do setor público, do setor privado e da sociedade civil, serão formatadas, de modo a fortalecer o alcance da iniciativa.

Instituição responsável: Controladoria-Geral da União

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Março 2015

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso	Intermediário		O governo ficou mais aberto?
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador		Final	Final	
4.1. Perfil				✓	✓	✓	✓			✓				✓		✓

Objetivo do compromisso:

O Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade (Cadastro Empresa Pró-Ética) é uma iniciativa que visa a melhorar a ética, a integridade e a transparência corporativas ao reconhecer publicamente as empresas que se comprometem a combater a corrupção e outros tipos de fraude. As empresas enviam informações sobre suas práticas anticorrupção e empresas que mais pontuam recebem uma “acreditação ética”. O compromisso procurou melhorar as ferramentas e as políticas do registro, a fim de incentivar mais empresas a aderirem à iniciativa.

Status

Até o relatório intermediário: Limited

O compromisso teve de ser revisto por conta da Lei Anticorrupção (Lei 12.846 / 2013), que obrigou o compromisso a redesenhar os princípios e as práticas com relação ao registro da empresa. O site do registro foi renovado, foi proposta uma nova norma para regulamentar a reestruturação do sistema e foi elaborada uma nova avaliação. No entanto, as avaliações das empresas foram suspensas até que o programa fosse reestruturado.

Status final: Finalizado

Desde o relatório intermediário foram feitas várias melhorias ao programa com vistas a cumprir o compromisso:

- O questionário utilizado para obter informações das empresas sobre suas práticas foi revisado, a fim de incluir os mais recentes requisitos positivados na Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013)¹.
- O site do programa foi atualizado, a fim de divulgar os regulamentos e os requisitos mais recentes para as empresas que desejam se certificar².
- Foi utilizada uma nova estratégia de comunicação, a qual incluiu a realização de duas conferências “Empresa Limpa”, para compartilhar os resultados do processo de acreditação³.
- O Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) juntou-se às outras organizações integrantes do comitê que revisa as candidaturas.
- O registro e a acreditação de novas empresas foram reabertos em 2015, e continuaram em 2016⁴.

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Pequeno avanço

Participação cívica: Pequeno avanço

Responsabilidade pública: Mantém o status quo

O Cadastro Empresa Pró-Ética avalia e destaca empresas envolvidas em práticas recomendadas de integridade e de anticorrupção. O objetivo do compromisso foi ampliar o escopo da iniciativa, de modo a remodelar a apresentação de candidaturas e a investir em ações de conscientização voltadas às empresas registradas e aos resultados do programa. Nesse sentido, os resultados do compromisso foram bastante positivos – as mudanças implementadas no programa ampliaram significativamente o número de empresas listadas no registro. Em 2016, 195 empresas mostraram interesse em registrarem-se no sistema, contra 170 entre 2011 e 2013, e 97 em 2015. O número de empresas avaliadas também aumentou de 33 em 2015, para 74 em 2016⁵.

Esses resultados marcam um avanço no acesso à informação, na medida em que proporcionam aos cidadãos mais informações sobre quais empresas têm seguido as práticas recomendadas e como elas pontuaram nos critérios de transparência e de integridade disponíveis publicamente. Em termos de participação cívica, a integração da ETCO ao comitê de seleção representa uma parceria crescente entre o governo e a sociedade civil na gestão do programa e na aplicação dos critérios de acreditação (o programa é co-liderado pelo Controladoria-Geral da União e pelo Instituto Ethos).

A despeito das melhorias, é importante mencionar que o Cadastro Empresa Pró-Ética foi lançado em 2010, antes do início do plano de ação. Com efeito, embora o programa tenha feito progressos importantes na conscientização das empresas certificadas e na expansão do número de candidaturas, as melhorias feitas durante o plano de ação representam melhorias incrementais a um programa já existente. Além disso, embora o compromisso seja uma importante iniciativa de *accountability* corporativa, não contribui para uma maior *accountability* governamental, razão pela qual não houve mudança na *accountability* pública.

Próximos passos?

O compromisso não está incluído no próximo plano de ação. Se o compromisso for levado adiante no futuro, o pesquisador do IRM recomenda publicar as pontuações e os resultados das

Versão para comentários públicos: favor não citar

empresas candidatas, bem como criar mecanismos de *accountability* para a sociedade civil monitorar as empresas registradas.

¹ Empresa Pró-Ética, Histórico, <http://bit.ly/2nc6ekJ>

² Empresa Pró-Ética, Regulamento, <http://bit.ly/2oD0YH6>

³ Instituto Ethos, “CGU promove a 2ª Conferência Lei da Empresa Limpa,” 9 de novembro de 2015, <http://bit.ly/2nLv8Ed>

⁴ Controladoria-Geral da União, “Pró-Ética 2016: Empresas têm até 13 de maio para solicitar adesão,” 1º de março de 2016, <http://bit.ly/1WUOfXg>

⁵ Controladoria-Geral da União, “Pró-Ética em Números,” 23 de janeiro de 2017, <http://bit.ly/2o4zite>

Versão para comentários públicos: favor não citar

4.2 - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) para licitar com a Administração Pública

Promover, por meio de parcerias, a ampliação do CEIS - banco de informações mantido pela Controladoria-Geral da União, que tem como objetivo consolidar a relação das empresas e pessoas físicas que sofreram sanções das quais decorre, como efeito, a restrição ao direito de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

Instituição responsável: Controladoria-Geral da União

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Dezembro 2014

4.2. Perfil	Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial		Nível de progresso		Interme diário		O governo ficou mais aberto?				
														Final						
		Nenhuma				Acesso à informação				Nenhuma		Não iniciado		Substativo		Piorou				
		Baixa				Participação cívica				Pequeno avanço		Limitado				Mantém status quo				
		Média				Responsabilidade Pública				Grande avanço						Pequeno avanço				
		Alta				Inovação				Transformador				Finalizado		Grande avanço				
														✓		Transformador				
		✓				✓				✓						✓				

Objetivo do compromisso:

O Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) compila a lista de empresas e de pessoas proibidas do direito de assinar contratos com a administração pública. O compromisso visou à melhoria do CEIS por meio da consolidação de informações sobre empresas e indivíduos que violaram contratos públicos ou regras de adjudicação de contratos no país, o que configura uma fonte de informação que já estava disponível, porém não indexada a outros grandes conjuntos de dados abertos.

Status

Até o relatório intermediário: Finalizado

Durante o período de implementação, entrou em vigor a Lei Anticorrupção (12.846/13). Essa lei ampliou significativamente o alcance do CEIS ao exigir que todas as entidades públicas mantivessem e atualizassem o registro das empresas penalizadas. Também foi criado o Cadastro Nacional das Empresas Punidas (CNEP), que lista as empresas violadoras da nova legislação anticorrupção. O governo cumpriu com os novos requisitos exigidos pela Lei e comprometeu-se a criar o Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP, ao qual órgãos públicos submetem diretamente os nomes das empresas que sofreram sanção por violarem as regras de contratação, de adjudicação, ou a Lei Anticorrupção. Os dados desse sistema estão agora disponíveis publicamente no Portal de Transparência Federal. De acordo com a autoavaliação do governo, desde a implementação do novo

Versão para comentários públicos: favor não citar

sistema, cinco Estados aderiram, enquanto outros estavam em processo de implementação.

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Grande avanço

Responsabilidade pública: Grande avanço

O compromisso avançou na transparência de um sistema de registro chave para combater a corrupção e melhorar a prestação de serviços públicos: o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – uma base de dados que consolida a lista de empresas e de indivíduos que infringiram as regras de contratação pública ou de licitação. Pela primeira vez, esse banco de dados agora é público e não limitado a apenas uso interno do governo. Além disso, a vinculação de dados sobre empresas que transgrediram a Lei Anticorrupção, bem como o uso de conjuntos de dados estaduais e municipais quando possível, aumentaram consideravelmente a eficácia dessa lista. Em dezembro de 2016, o CEIS atingiu um recorde de 7.000 novos registros no período de um ano¹. Desde janeiro de 2017, há mais de 13.000 entradas de dados no site, o que permite a filtragem por tipo de sanção, como declaração de má reputação, suspensão, e proibição². De acordo com o governo, até julho de 2016, 87 organizações e agências subnacionais (incluindo os governos estaduais e municipais) estavam usando o CEIS e o CNEP.

A sociedade civil tem apoiado largamente o compromisso. De acordo com a Transparência Brasil, o CEIS é:

“medida relativamente simples de ser implementada, mas fundamental para garantir que as empresas pegadas por inidoneidade sejam de fato impedidas de contratar com o poder público. A inexistência de um cadastro único revela falhas típicas de gestão e comunicação entre os diferentes órgãos da administração pública e as diferentes esferas de governo que precisam ser urgentemente corrigidas. É muito comum que informações produzidas pela administração sejam subaproveitadas, quando não descartadas. A Justiça, os Tribunais de Contas, as Controladorias e demais órgãos de controle precisam trabalhar de forma integrada, já que medidas isoladas surtirão efeitos restritos”³.

Além disso, o Instituto Ethos apresentou uma proposta para um registro semelhante de empresas envolvidas em corrupção em 2004. Hoje, o CEIS tornou-se uma ferramenta importante, mencionada frequentemente na mídia, com vistas a chamar a atenção para corporações corruptas⁴. Dessa forma, o compromisso melhorou significativamente o acesso do público à informação sobre as práticas de anticorrupção do governo e suas relações com o setor privado. Além disso, uma vez que o governo não está autorizado a contratar empresas que constam no CEIS, os cidadãos têm agora uma nova e importante ferramenta para tornar o governo *accountable* por suas práticas de contratações.

Próximos passos?

O compromisso não é levado adiante para o Terceiro Plano de Ação do Brasil. No entanto, para avançar, o pesquisador do IRM recomenda expandir o registro, a fim de incluir outros ramos do governo, especialmente o Judiciário, e outras entidades federais. O pesquisador da IRM recomenda a criação de mecanismos de consulta sobre outros dados a serem incorporados ao sistema, além do fortalecimento dos mecanismos de *accountability* para aqueles registrados que possam ter problemas com os dados.

¹ Antonio Carlos Vasconcellos Nóbrega, “Lei Anticorrupção melhorou relações entre setores público e privado,” <http://bit.ly/2idxoVh>

² Portal de Transparência, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis>

³ Natália Paiva (Presidente da Transparência Brasil), correspondência por e-mail com o pesquisador do IRM.

⁴ O Globo, “CGU declara inidônea empresa investigada na Lava-Jato,” 23 de dezembro de 2016, <http://glo.bo/2juXYdw>.
Veja também <http://bit.ly/2j06CA0> para artigo sobre 96 empresas no Espírito Santo proibidas de contratarem com o governo.

Versão para comentários públicos: favor não citar

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Pequeno avanço

Participação cívica: Pequeno avanço

Responsabilidade pública: Mantém o status quo

O compromisso teve o potencial de melhorar o acesso à informação ao implementar uma metodologia de monitoramento para o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e ao divulgar relatórios atualizados com frequência sobre o uso público de recursos financeiros para a segurança alimentar e nutricional. Graças à presença de representantes da sociedade civil nos conselhos do PLANSA, o compromisso também representou uma oportunidade para melhorar a participação cívica e a *accountability* pública. No entanto, o sistema de monitoramento online do PLANSA foi implementado apenas intra-agência e não estava disponível para o público. Mesmo que o governo tenha publicado e apresentado um relatório com o status com metas específicas na IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional +2, este representa um passo adiante, uma vez que: 1) essas conferências não são novas, pois remontam a 1994 e 2) os cidadãos não tinham acesso aos dados online, o que teria possibilitado o monitoramento em tempo real.

Ainda assim, cabe salientar que a conferência serviu de espaço para que a sociedade civil e o governo discutissem as conclusões do documento de balanço e fizessem propostas. De acordo com a Coordenadora da Assessoria Política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), “o encontro foi extremamente produtivo, revelando o amadurecimento do debate que pode ser percebido na qualidade das propostas apresentadas para aperfeiçoamento do Plano. Fica claro que avanços expressivos foram alcançados nos últimos anos, mas também é evidente que enormes lacunas precisam ser sanadas”¹. Nesse sentido, os cidadãos receberam mais informações sobre a implementação do PLANSA e estiveram envolvidos na discussão do tema com o governo. Por essa razão, o compromisso contribuiu positivamente para o acesso à informação e para a participação cívica. No entanto, dado que os cidadãos não estavam envolvidos no monitoramento direto da implementação em tempo real e não dispunham de um mecanismo para traduzir as informações recebidas na conferência em consequências ou em alterações, não houve qualquer modificação na *accountability* pública.

Próximos passos?

O compromisso não tem prosseguimento no plano de ação seguinte do Brasil. Para o futuro, o pesquisador do IRM recomenda a inclusão da sociedade civil em mais etapas do processo de monitoramento, a disponibilização do sistema de monitoramento online do PLANSA ao público e o estabelecimento de canais para que os cidadãos tornem as agências governamentais *accountable* pela implementação do PLANSA.

¹ INESC, “Encontro Nacional 4^a+2 discute Segurança Alimentar e Nutricional,” 21 de março de 2014, <http://bit.ly/2nOSbhg>

Versão para comentários públicos: favor não citar

5.2 - Sistema de Informações sobre a Lei Maria da Penha

Criação de um sistema para coleta e armazenamento de informações padronizadas sobre a execução de políticas públicas relacionadas à execução da Lei Maria da Penha.

Instituição responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Dezembro 2014

5.2. Perfil	Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial		Nível de progresso		Interme diário		O governo ficou mais aberto?				
														Final						
		Nenhuma				Acesso à informação				Nenhuma		Não iniciado		Substativo		Piorou				
		Baixa				Participação cívica				Pequeno avanço		Limitado				Mantém status quo				
		Média				Responsabilidade Pública				Grande avanço						Pequeno avanço				
		Alta								Transformador				Finalizado		Grande avanço				
		✓				Inovação										Transformador				
						✓				✓				✓		✓				

Objetivo do compromisso:

A Lei Maria da Penha, aprovada em 2006, previa a criação de um sistema unificado de informação sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres. O compromisso propõe-se a criar o sistema, a padronizar os dados nacionais, a comparar diferentes ramos e estados do governo e a permitir que a sociedade civil acompanhe as políticas governamentais voltadas às mulheres.

Status

Até o relatório intermediário: Substantivo

A Secretaria de Políticas para as Mulheres adaptou a ferramenta Ligue 180, a fim de alimentar um sistema nacional de informação. Isso transformou um sistema passivo que oferecia informações sobre violência contra as mulheres em um canal ativo para registrar queixas. Exemplo disso foi o lançamento do programa “Mulher, viver sem violência”, que utilizou o sistema Ligue 180 para encaminhar as queixas às autoridades de segurança pública, ao mesmo tempo em que copiava o Ministério Público de cada estado. Para ser concluído, o sistema necessitava aumentar a sua capacidade de recolher e de padronizar a informação. No relatório intermediário o governo começou a preparar-se para esse aumento de capacidade ao contratar mais operadores de telefonia, ampliar contratos para mais linhas telefônicas com vistas a atender chamadas gratuitas, e reestruturar o sistema de assistência às mulheres que sofreram violência.

Status final: Substantivo

O governo realizou reuniões interministeriais, a fim de preparar um projeto de sistema nacional de informação. Vários órgãos governamentais, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Casa Civil, trabalharam na definição dos indicadores e das variáveis a serem incluídos no sistema de dados. No entanto, não houve progressos concretos adicionais no sistema desde a avaliação intermediária. Além disso, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, responsável por implementar

Versão para comentários públicos: favor não citar

esse compromisso, foi integrada ao Ministério da Justiça em 2016. De acordo com um pedido de informação exarado no Artigo 19, não existe atualmente nenhuma agência atribuída à execução desse compromisso, o que significa que não é possível identificar uma data prevista para sua conclusão¹.

O governo ficou mais aberto?

Acesso à informação: Pequeno avanço

Participação cívica: Mantém o status quo

O compromisso resultou em um processo importante (ainda que parcial) para a gestão e para a divulgação de dados sobre a violência contra as mulheres. Embora o sistema de informação prometido no texto de compromisso não tenha sido concluído até o final do plano de ação, o governo melhorou a ferramenta Ligue 180, para coletar e divulgar informações sobre a violência contra as mulheres. Durante o plano de ação, o governo promoveu o sistema Ligue 180 por meio de uma campanha de conscientização pública, a fim de incentivar as mulheres a discar e a fornecer informações. Além disso, o governo aumentou o número de operadores de 90 para 300 e estabeleceu um mecanismo para que incidentes sejam encaminhados diretamente a agências de aplicação da lei². Essas melhorias levaram a um aumento no uso do sistema. Em 2016, o serviço recebeu mais de um milhão de chamadas (mais de 3.000 por dia), 51% acima do recorde anterior alcançado em 2015³, que já era 54% superior ao número de chamadas recebidas em 2014⁴. De acordo com dados do governo divulgados na imprensa nacional, 12% de todas as chamadas recebidas mencionam a violência contra as mulheres, e os relatos de violência por si só aumentaram 129% entre 2014 e 2015⁵, e 83% entre 2015 e 2016⁶. Os especialistas concordam que o aumento do número de chamadas é resultado da maior difusão do sistema Ligue 180⁷.

Estes resultados apontam para um maior acesso tanto à informação quanto à justiça. Uma vez que muitas pessoas telefonam para acessar informações sobre direitos e sobre serviços⁸, agora há mais pessoas que recebem essas informações do que antes. Além disso, o sistema é inovador na medida em que fornece dados padronizados ao público em um país em que os dados sobre a violência contra as mulheres não se encontravam amplamente disponíveis. Atualmente, há fortes evidências de que os meios de comunicação usam os dados produzidos pelo sistema, para apontar níveis mais altos de violência contra mulheres negras⁹ e para informar os cidadãos sobre as realidades da violência de gênero¹⁰.

Vale ressaltar que, embora importantes, as atividades realizadas durante o plano de ação consubstanciaram em melhorias marginais a um programa previamente existente. De fato, o Ligue 180 foi criado em 2005 e registrou 3,36 milhões de chamadas entre 2006 e 2013¹¹. De acordo com o Artigo 19, os resultados do compromisso não são muito impactantes e o sistema Ligue 180 “estaria longe de representar um sistema nacional, já que não permite o cruzamento com outras bases de dados, como a da saúde e da segurança pública, e também não permite acompanhar os casos das vítimas. Em outras palavras, não há acompanhamento após feita a denúncia para ver como o governo respondeu”¹².

Próximos passos?

O compromisso não está incluído no Terceiro Plano de Ação do Brasil. Para o futuro, o pesquisador do IRM recomenda a promoção da abertura dos dados e a revisão do processo de sistematização, além do convite às organizações da sociedade civil a mapear os dados e a ajudar no aperfeiçoamento da coleta, da qualidade e da quantidade de dados.

¹ Bárbara Paes, “How is Open Government Related to Violence Against Women in Brazil?” 8 março 2017, <http://bit.ly/2nxM2ph>

² Portal Brasil, “Ligue 180 dá salto no apoio às mulheres e bate recorde de atendimentos,” 8 de março de 2016, <http://bit.ly/2nllcdP>

³ Rafael Gregorio, “‘180’ teve recorde de denúncias em 2016; negras são maioria entre vítimas,” Folha de São Paulo, 8 de março de 2017, <http://bit.ly/2oO9PTt>

⁴ Agência Brasil, “Relatos de violência sexual aumentaram 129% em 2015 no Ligue 180,” 8 de março de 2016, <http://bit.ly/2oJPSQt>

⁵ *Ibid.*

⁶ Rafael Gregorio, “‘180’ teve recorde de denúncias em 2016; negras são maioria entre vítimas,” Folha de São Paulo, 8 de março de 2017, <http://bit.ly/2oO9PTt>

⁷ Rute Pina, “Denúncias de violência doméstica e familiar crescem 133%,” Brasil de Fato, 10 de agosto de 2016, <http://bit.ly/2p6rCVd>

⁸ Portal Brasil, “Ligue 180 dá salto no apoio às mulheres e bate recorde de atendimentos,” 8 de março de 2016, <http://bit.ly/2nllcdP>

⁹ Rafael Gregorio, “‘180’ teve recorde de denúncias em 2016; negras são maioria entre vítimas,” Folha de São Paulo, 8 de março de 2017, <http://bit.ly/2oO9PTt>

¹⁰ Luisa Bustamente, “Ligue 180: as mentiras e verdades do debate sobre a violência de gênero,” 9 de março 2017, <http://bit.ly/2oeJpMz>

¹¹ Compromisso e Atitude, “Com ampliação do Ligue 180, serviço passará a registrar e encaminhar denúncias de violência doméstica,” 6 de março de 2014, <http://bit.ly/2o2cYIJ>

¹² Joara marçoezini (Responsável pelo Projeto em Acesso à Informação, Artigo 19), correspondência por email com o pesquisador do IRM.

5.3 - Consulta prévia da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho

Foi firmado um compromisso conjunto entre a Secretaria-Geral da Presidência da República (SG) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) - com o apoio do Ministério da Justiça - cujo objetivo é estudar e avaliar a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais, no que tange aos procedimentos de consulta prévia a esses povos quando forem previstas medidas legislativas ou administrativas que os afetem diretamente, garantindo a efetiva participação dos povos indígenas e tribais na tomada de decisões.

Instituição responsável: Secretaria-Geral da Presidência da República

Instituição de apoio: Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Justiça

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Janeiro 2014

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso		Interme diário Final		O governo ficou mais aberto?				
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador	Não iniciado	Limitado	Substativo	Finalizado	Piorou	Mantém status quo	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador
5.3. Perfil			✓			✓					✓			✓		✓		✓			

Objetivo do compromisso

A Convenção 169 constituiu o primeiro instrumento internacional vinculativo que tratava especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais. O compromisso buscou avaliar a convenção, com vistas a desenvolver um processo de consulta prévia, de modo a assegurar a participação efetiva dos povos indígenas e tribais nas decisões que os afetam.

Status

Até o relatório intermediário: Limitado

Um grupo de trabalho interministerial realizou nove encontros com as comunidades quilombolas, na finalidade de mapear as preferências das partes interessadas quanto ao desenvolvimento de um processo de consulta. De acordo com o governo, 800 representantes da comunidade quilombola de 24 estados participaram dessas reuniões. Como resultado das discussões, o governo desenvolveu um esboço geral de um texto normativo, que foi apresentado à Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas (CONAQ) para consulta posterior. Até a revisão intermediária, no entanto, ainda não havia consenso sobre como implementar os 169 requisitos da convenção, conforme descrito no compromisso.

Status final: Finalizado

Em 17 de dezembro de 2015, o governo promulgou o Decreto 8.593/2015, que institui o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI). O CNPI é composto por 45 membros: 15 representantes do Poder Executivo, todos com direito de voto; 28 representantes de aldeias e de organizações indígenas, 13 dos quais podem votar; e dois representantes de entidades indígenas, os quais podem votar. O Conselho tem como objetivo desenvolver, monitorar e implementar políticas públicas que afetem os povos indígenas e tribais. O CNPI foi oficialmente criado em 27 de abril de 2016, e reuniu-se pela primeira vez em 28 e 29 de abril de 2016, a fim de discutir o regulamento interno do conselho, apresentar os resultados da primeira Conferência Nacional de Política Indigenista, e elaborar um plano de trabalho para 2016.

O governo ficou mais aberto?

Participação cívica: Mantém o status quo

O compromisso teve o potencial de transformar a participação cívica no país mediante a regulamentação e a implementação de ferramentas de consulta para grupos indígenas e quilombolas. Assim mesmo, tanto o desenvolvimento quanto a implementação do novo CNPI foram controversos, com opiniões divergentes sobre sua legitimidade dentro e fora do governo.

Os grupos indígenas foram em grande parte críticos das consultas durante a fase de planejamento do compromisso. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) posicionou-se contra o compromisso, e o Centro de Trabalho Indígena afirmou que “Grupos de Trabalho para ‘normatizar’ a participação indígena nos destinos de seus territórios não passaria de uma cortina de fumaça para encobrir a real intenção de minar os meios legítimos de consulta”¹. As opiniões foram divididas entre o governo também. O Ministério das Relações Exteriores apoiava a regulamentação da consulta prévia, ao passo que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão governamental encarregado dos assuntos indígenas, preferiu utilizar os canais já existentes para consulta prévia.

Quanto ao CNPI, os grupos indígenas criticaram fortemente a falta de poder de decisão do conselho, que foi concebido para consulta. A Conectas, por exemplo, criticou “a intenção do governo de regulamentar a Convenção 169 sem que se reconheça aos povos indígenas e tradicionais o direito à palavra final sobre a conveniência ou não da adoção de medidas que impliquem na restrição do usufruto de seus direitos, suas terras, suas crenças, seus hábitos culturais, enfim, suas riquezas materiais e imateriais”².

A despeito das críticas, o CNPI institucionaliza um mecanismo formal de consulta aos povos indígenas e tribais nas decisões que os afetam. Sonia Guajajara, representante dos povos indígenas no CNPI, disse: “Houve muitos desafios para chegarmos a este momento muito importante, mas o processo de escolha dos Conselheiros foi legítimo e traz para este espaço pessoas que recebem uma missão importante: garantir que sejamos ouvidos”. Ela acrescentou: “Apesar do Conselho não ser o ideal como nós pleiteamos, ... nós vamos ocupar esse espaço mostrando que nós, povos indígenas, não vamos aceitar retrocessos”³.

Por fim, ainda que o compromisso tenha potencial, não há evidências claras até o final do plano de ação (junho de 2016) de participação significativamente melhorada entre os afetados diretamente pelo compromisso. De acordo com a DHESCA Brasil (uma rede de OSCs que promove direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais), “Apesar de o mês de abril acenar positivamente – do ponto de vista formal – para a promoção dos direitos dos povos indígenas, estas medidas desacompanhadas de instrumentos garantidores de continuado comprometimento no atual contexto alertam para o risco de um discurso apenas retórico em torno das históricas e reiteradas violações contra os povos indígenas”⁴.

Próximos passos?

O compromisso não é levado adiante para o Terceiro Plano de Ação do Brasil. Para o futuro, o pesquisador do IRM recomenda que o processo de consulta seja mais inclusivo, dada a profunda

Versão para comentários públicos: favor não citar
polarização das opiniões das partes interessadas.

¹ Centro de Trabalho Indígena, “A quem interessa a regulamentação da convenção 169 da OIT?” 16 de outubro de 2013, <http://bit.ly/2oMtlCH>

² Conectas, “Nota pública sobre regulamentação da Consulta Prévia,” 4 de outubro de 2013, <http://bit.ly/2nlKbZ3>

³ FUNAI, “Conselho Nacional de Política Indigenista é instalado durante ato no Ministério da Justiça,” 27 abril 2016, <http://bit.ly/2p9Ajj5>

⁴ DHESCA Brazil, “Nota sobre a instalação do Conselho Nacional de Política Indigenista,” 2 de maio de 2016, <http://bit.ly/2nlQrjy>

5.4 - Reformulação dos atuais programas de proteção

Esse compromisso visa ao fortalecimento dos programas de proteção a pessoas ameaçadas, mediante uma discussão ampla do modelo atual com os principais atores envolvidos, tanto governamentais quanto da sociedade civil, e realização de estudos para a instituição do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas, que permitirá o aprimoramento da metodologia de proteção, considerando as especificidades de cada público alvo (crianças e adolescentes, testemunhas e vítimas, defensores dos direitos humanos). Além disso, serão institucionalizados mecanismos de articulação interministerial no que tange à coordenação e implementação de ações e políticas voltadas às pessoas ameaçadas (considerando as particularidades do sigilo das informações referentes às pessoas protegidas e a vulnerabilidade e risco a que estão submetidas) e serão estabelecidas parcerias com agentes de segurança pública para o aprimoramento da avaliação do risco no âmbito dos programas de proteção de forma a garantir uma melhor adequação das medidas de proteção caso a caso.

Instituição responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Instituição de apoio: Nenhuma

Data de início: Não especificada no Plano

Data de término: Dezembro 2014

Perfil do compromisso	Especificidade				Relevância valores OGP (como propostos)				Impacto Potencial				Nível de progresso	Interme diário		O governo ficou mais aberto?
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Responsabilidade Pública	Inovação	Nenhuma	Pequeno avanço	Grande avanço	Transformador		Final		
5.4. Perfil				✓		✓					✓		✓			✓

Objetivo do compromisso:

Esse compromisso teve início em 2013, com o fito de melhorar a eficiência do serviço público em programas de proteção a pessoas ameaçadas, incluindo a implementação e a expansão de mecanismos participativos (a exemplo de conselhos). Buscou-se desenvolver um novo modelo de programas de proteção mediante a participação da sociedade civil, a fim de padronizar procedimentos e de otimizar recursos, ferramentas e estruturas.

Status

Até o relatório intermediário: Limitado

De acordo com o governo, ao longo de 2013, foram realizadas reuniões de trabalho com representantes da sociedade civil e dos governos estaduais. Além disso, foram realizadas discussões entre os departamentos técnicos envolvidos nas operações dos programas. A coordenação intergovernamental foi estruturada, a fim de criar o Comitê Interministerial de Proteção a Pessoas

Ameaçadas, o qual não foi implementado. O governo também começou a desenvolver o Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas, porém o sistema não foi finalizado.

Status final: Limitado

Não houve progresso adicional constatado pelo pesquisador IRM desde a avaliação intermediária. De acordo com sua autoavaliação, o governo estabeleceu o mês de dezembro de 2017 como novo prazo para a conclusão do compromisso.

O governo ficou mais aberto?

Participação cívica: Mantém o status quo

O compromisso objetivou utilizar a participação cívica como um mecanismo para melhorar a prestação de serviços públicos. O governo propôs o aperfeiçoamento e a expansão dos conselhos e dos mecanismos de participação pública como forma de melhorar a prestação de serviços públicos e a *accountability* pública. Porém, dada a conclusão limitada do compromisso, não houve mudança nas práticas de governo aberto durante o plano de ação.

Próximos passos?

O compromisso não é levado adiante para o Terceiro Plano de Ação do Brasil. Para o futuro, o pesquisador do IRM recomenda a implementação do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas e a criação de mecanismos online de *accountability* pública que respeitem a confidencialidade dos dados.

NOTA METODOLÓGICA

Esse relatório é baseado no Relatório de Progresso anterior, e também em análise documental de programas de governo, regulações, relatórios da OGP publicados pelo governo, e monitoramento do processo de consulta do plano de ação seguinte. O IRM também se baseia em informações coletadas junto à stakeholders do governo e da sociedade civil, e informações de notório conhecimento como fontes de notícias.

Fabro Steibel é o Diretor Executivo do ITS Rio - Instituto de Tecnologia & Sociedade do Rio (itsrio.org), professor de inovação e tecnologia na ESPM Rio (Brasil) e fellow em governo aberto pela Organização dos Estados Americanos. Possui pós-doc em consultas públicas pela Universidade das Nações Unidas (Macao) e UFF (Brasil) e doutorado em Comunicação pela Universidade de Leeds (UK). Há mais de dez anos trabalha com pesquisa e projetos aplicados sobre tecnologia e sociedade para organizações como Unesco, Parlamento Europeu, Comissão Europeia, Mercosul e IDRC, além de publicar na área de Direitos Humanos, governo aberto e tecnologia.

A Parceria para Governo Aberto é uma iniciativa internacional, voluntária, em torno de compromissos concretos de governos para com seus cidadãos, com o objetivo de promover a transparência, a participação social, o combate à corrupção e a utilização de novas tecnologias que fortaleçam a governança democrática.

